

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Bruna Vieira Spenner

**ARQUITETURA, GADO E CATIVO: ESTÂNCIAS PASTORIS
EM RIO PARDO NO FINAL DO SÉCULO XIX**

Santa Cruz do Sul

2013

Bruna Vieira Spenner

**ARQUITETURA, GADO E CATIVO: ESTÂNCIAS PASTORIS
EM RIO PARDO NO FINAL DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr.Olgário Paulo Vogt

Santa Cruz do Sul

2013

S747a Spenner, Bruna Vieira

Arquitetura, gado e cativo: estâncias pastoris em Rio Pardo no final do século XIX / Bruna Vieira Spenner. – 2013.

136 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Olgário Vogt.

1. Propriedade rural – Rio Pardo (RS). 2. Estâncias – Rio Pardo (RS). 3. Gado - Criação. 4. Arquitetura de habitação. I. Vogt, Olgário. II. Título.

Bibliotecária responsável: Edi Focking - CRB 10/1197

Bruna Vieira Spenner

**ARQUITETURA, GADO E CATIVO: ESTÂNCIAS PASTORIS
EM RIO PARDO NO FINAL DO SÉCULO XIX**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Prof. Dr. Olgário Vogt

Professor Orientador - UNISC

Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Professor examinador – UNISC

Prof. Dra. Heleniza Ávila Campos

Professora examinadora – UFRGS

Santa Cruz do Sul

2013

Com amor para, Lia, Enita e Werner Spenner.

AGRADECIMENTOS

Muito imaginei o que escrever na hora dos agradecimentos, mas a verdade é que é difícil mencionar todas as pessoas que foram importantes nesta jornada. Sempre há o medo de esquecer de mencionar alguém importante, porém, todas as pessoas que estiveram, nestes dois anos, presentes na minha vida foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Em especial ao meu avô Werner Spenner, que possibilitou a realização deste sonho. Quando terminei a graduação em Arquitetura e Urbanismo e estava pensando em continuar meus estudos, ele disse o seguinte: “Conhecimento e estudo eu ajudo, pois isso ninguém te tira”. Uma frase que guardo para sempre. Podemos, um dia, perder tudo, mas a aprendizagem, isso jamais.

Agradeço ao meu professor orientador, Dr. Olgário, sempre prestativo ao dividir sua sabedoria, que muitas vezes me incentivou e me motivou a continuar a obter mais dados relevantes a para esta pesquisa, obrigado.

Agradeço aos professores do programa pela sabedoria transmitida durante as aulas.

Aos meus colegas do mestrado, que deixam as quintas e sextas-feiras sempre alegres.

A minha família, tios, tias, primas e primos, e ao meu namorado Dias, que sempre me apoiaram e entenderam as minhas constantes ausências nestes últimos meses.

Ao Jorge Domingues, pela colaboração com os dados, foram de grande importância para a conclusão deste trabalho.

As minhas amigas Mariana, Juliana e Cláudia, por aguentaram minhas lamentações e dificuldades enfrentadas nesta jornada.

À Leila Copelo Bremm, minha amiga e sócia no Escritório de Arquitetura, pela sua paciência e apoio ao entender minha ausência por ocasião durante das aulas e do desenvolvimento da dissertação. E, também, a toda a equipe do 501 Arquitetura, por suprirem minha ausência e aguentarem os falatórios sobre o tema.

Em fim, dedico este trabalho aos meus avós Enita e Werner Spenner, a minha mãe Lia Spenner, por terem acreditado na minha capacidade e pelo incentivo, sempre me apoiando nas minhas decisões.

RESUMO

A guerra e o gado estão na raiz da formação econômica, social e cultural do Rio Grande do Sul (RS). Até o início do século XIX, os confrontos ocorreram devido à disputa por terras e gado entre luso-brasileiros, índios e espanhóis. A posição de fronteira do RS permitiu características únicas, principalmente pela ocupação de grandes áreas por meio das sesmarias, com o intuito de instalação de estâncias para a criação de gado. Elas influenciaram, direta ou indiretamente, na organização e na formação dos espaços urbanos, tanto do ponto de vista estrutural e político, quanto do socioeconômico e cultural. A pecuária foi o carro-chefe que impulsionou o desenvolvimento econômico e social inicial de Rio Pardo e de grande parte da região adjacente. Ali surgiram importantes empreendimentos produtivos cujos resquícios testemunham uma época de opulência. Em razão da importância histórica de Rio Pardo na formação do território do RS e pela importância que teve o gado na sua economia, resolveu-se tomá-la como *locus* da presente pesquisa. O período escolhido foi o final do segundo Império, época em que a atividade criatória do RS estava no auge. O objetivo da pesquisa foi analisar o arranjo das benfeitorias e suas funções dentro do complexo das estâncias em Rio Pardo. Analisou-se a arquitetura das casas-sede e das benfeitorias, e, a partir dos levantamentos das plantas baixas e fotos, foi possível constatar como era o funcionamento e a infraestrutura das estâncias. Constatou-se que, ao longo do tempo, houve modificações nas construções das casas-sede, adaptando-as a novas funções. A introdução de materiais manufaturados na construção possibilitou a melhoria das casas-sede, que tornaram-se mais resistentes às intempéries e mais salubres. Nos levantamentos iniciais, constatou-se a presença de senzalas nas estâncias, o que indicava a presença de trabalhadores cativos. Assim, formulou-se dois objetivos específicos. O primeiro era detectar em que medida a força de trabalho escravo esteve presente nas atividades de criação de gado. Outro objetivo era compreender a composição do patrimônio das estâncias. Para a realização da pesquisa, selecionou-se três estâncias, todas localizadas em Rio Pardo. Além de fotografias, utilizou-se os inventários *post mortem* de Mathias José Velho, proprietário da Estância da Vitória, de 1876; José Ferreira Porto, proprietário da Estância das Pederneiras, de 1882; Luiz Francisco Newlands, dono da Estância da Quinta, de 1909. Com os dados encontrados nos inventários, foi constatado que havia dois tipos de trabalhadores nas estâncias: o cativo e o livre. Ou seja, ambos foram de grande importância nas estâncias. No que diz respeito à composição do patrimônio dos estancieiros pesquisados, apurou-se que ele não era homogêneo. Havia uma variação significativa no que diz respeito ao bem patrimonial preponderante. Nas estâncias da Vitória e da Quinta, a terra se constituiu no principal bem patrimonial. Porém, na das Pederneiras, o bem maior eram os animais. Dentre as proposições realizadas nesta pesquisa, pode-se considerar que as estâncias de criação de gado foram as grandes responsáveis pelo primeiro núcleo de atividade rural e produtiva do RS, e desempenharam grande importância na formação das fronteiras atuais do Estado.

Palavras-chaves: Vale do Rio Pardo. Formação regional. Estâncias de criação de gado. Arquitetura estancieira. Escravos campeiros.

ABSTRACT

The cattle and the war are in the roots of the economic, social and cultural formation of Rio Grande do Sul (RS). Up until the beginning of the 19th century, confrontations happened due to disputes for land and livestock between luso-brazilians, Indians and Spanish people. The RS border position permitted unique characteristics, mostly by the occupation of huge areas given in land grants, with the intention to install cattle farms. These farms influenced, directly or indirectly, the organization of urban spaces, both from the structural and political, as the socioeconomic and cultural standpoints. The livestock was the flag-ship that drove the initial economic development of Rio Pardo and most of the surrounding regions. There important productive ventures started and its vestiges attest an era of great prospers. Given the significance of Rio Pardo in the historic formation of the RS territory, and the importance of the cattle in its economics, it was decided to take it as the locus of this research. The chosen period was the end of the Second Empire, a time when the RS livestock breeding was at its peak. The purpose of this research was to analyze the arrangement of the betterments and its purposes within the Rio Pardo farm's complexes. The architecture of the farm-houses and its betterments were explored. From floor plans surveys and pictures it was possible to observe the operation and infrastructure on these ranches. It was found that over time there were changes in the construction of the houses/headquarters adapting them to new functions. The introduction of manufactured materials enabled improvements in the construction of the home/headquarters which became more and more weather-resistant and salubrious. The initial surveys have shown the presence of slave quarters in the ranches which indicate the presence of captive workers. Therefore, two specific objectives were formulated: First, to detect to what extent the slave labor force was present in the activities of livestock and second, to understand the composition of the country estates. For this research three properties were selected, all located in Rio Pardo. Besides the photographs, the post-mortem inventories of Mathias Joseph Elder, Estância da Vitória, owner, 1876; José Ferreira, Estância das Pederneiras, owner, 1882; and Luiz Francisco Newlands, Estância da Quinta, owner, 1909, were used. With the data found on the inventories, it was confirmed that there were 2 types of workers in the ranches, the captive and the free workers, both being of great importance in the farms. Regarding to the assets' composition of surveyed ranchers, it was concluded that it wasn't homogenous. There was a significant variation in terms of what represented the main asset. In the Vitória and Quinta farms, the land constituted the main patrimonial asset, while in the Pederneiras farm, the major asset was the livestock. Among the proposals made in this research, it can be considered that the cattle farms were greatly responsible for the first center of productive and rural activity of RS, thus exercising huge importance in the formation of the state borders that exist today.

Keywords: Rio Pardo Valley, Cattle Farm, Ranch Architecture, Slaves, Rio Grande do Sul livestock

"É sair da cidade e logo surgem à beira da estrada (...) feitas de 'pau' do mato próximo e da terra do chão como casas de bicho, servem de abrigo para toda a família (...) e ninguém liga de tão habituado que está, pois 'aquilo' faz mesmo parte da terra como formigueiro, figueira brava e pé de milho – é o chão que continua... Mas justamente por isto, por ser coisa legítima da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitável e digna". Lucio Costa, "Documentação Necessária", 1938.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustrações 1 - Limite estabelecido, em 1494, pelo Tratado de Tordesilhas no Brasil	27
Ilustrações 2 - Estâncias dos Sete Povos das Missões	30
Ilustrações 3 - Caminho dos Tropeiros	32
Ilustrações 4 - O tratado de Madri (1750) e o alargamento do Rio Grande	36
Ilustrações 5 - Tratado de Ildefonso 1777	38
Ilustrações 6 - Casa de três quartos de morada, Triunfo –Rs	58
Ilustrações 7 - Casa Azambuja, Santo Amaro-RS	58
Ilustrações 8 - Casa de morada inteira. Triunfo-RS	59
Ilustrações 9 - Casa de piso elevado ou alto em SC	60
Ilustrações 10 - Planta de benfeitorias de uma estância	61
Ilustrações 11 - Planta das Benfeitorias a segunda Estância N S Vitoria	62
Ilustrações 12 - Planta de benfeitorias a primeira Estância Nossa Senhora da Vitoria	64
Ilustrações 13 - Planta baixa da Fazenda do Tabatingaí, Rio Pardo	66
Ilustrações 14 - Planta baixa da Estância do Aterrado na cidade de Viamão	67
Ilustrações 15 - Exemplo de uma planta baixa de casa urbana	68
Ilustrações 16 - Fazenda do Seival em Caçapava do Sul	69
Ilustrações 17 - Casa rural estilo açoriano	70
Ilustrações 18 - Detalha da técnica taipa de pilão e/ou taipa de mão	72
Ilustrações 19 - Capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul, em 1809	75
Ilustrações 20 - Divisão do município de Rio Pardo (1872-1876)	79
Ilustrações 21- área inicial das estancias Pederneiras e da Vitória	81

Ilustrações 22 - Área de terra inicial da Estância Nossa Senhora da Vitória, atual Estância Santa Vitória.....	82
Ilustrações 23 - Esquema da primeira Estância Nossa Senhora da Vitória.....	84
Ilustrações 24 - Reconstituição das benfeitorias da primitiva Estância da Vitória	85
Ilustrações 25 - Atuais benfeitorias da Estância da Vitória em 2013.....	86
Ilustrações 26 - Esquema das atuais benfeitorias da Estância da Vitória em 2013.....	86
Ilustrações 27 - Planta baixa da casa-sede com algumas modificações feitas em torno de 1950	87
Ilustrações 28 - Fachada principal da casa-sede em 1989.....	87
Ilustrações 29 - Fachada principal da casa-sede em 2013.....	88
Ilustrações 30 - Detalhes da fachada da casa-sede	89
Ilustrações 31 - Fachada principal da casa-sede em 1989.....	89
Ilustrações 32 - Jardim e chafariz da casa sede em 2013	90
Ilustrações 33 - Interior da casa-sede da Estância da Vitória.....	90
Ilustrações 34 - Sala de jantar.....	91
Ilustrações 35 - Vista do jardim frontal da casa sede	91
Ilustrações 36 - Área inicial da estância em 1803 e sua área atual.....	92
Ilustrações 37 - Área de terras inicial da Estância das Pederneiras em 1882.....	102
Ilustrações 38 - Planta de benfeitorias da Estância das Pederneiras.....	104
Ilustrações 39 - Plantas das casas da Estância das Pederneiras.....	105
Ilustrações 40 - Árvore Genealógica da Família Ferreira Porto	106
Ilustrações 41 - Partilha das terras da Estância das Pederneiras.....	108
Ilustrações 42 - Área da Estância da Quinta em 1909.....	112
Ilustrações 43 - Fachada principal da casa-sede da Estância da Quinta.....	113

Ilustrações 44 - Planta Baixa da casa sede da Estância da Quinta	115
Ilustrações 45 - Vista do alpendre para pátio aberto de serviços.....	116
Ilustrações 46 - Fachada do bloco de serviços	116
Ilustrações 47 - Biblioteca e escadaria de acesso à parte do sobrado.....	117
Ilustrações 48 - Azulejos pintados com o nome da estância e o símbolo da estância.....	117
Ilustrações 49 - Árvore genealógica da Família Porto Newlands	118
Ilustrações 50 - Medição da Estância da Quinta em 1909.....	120
Ilustrações 51 - Partilha e medição da Estância da Quinta em 1916.....	120
Ilustrações 52 - Gráfico da variação dos preços dos escravos em Bagé e RS.....	122
Ilustrações 53 - Lista de pagamento de salários da Estância das Pederneiras, de julho a setembro de 1881	124
Ilustrações 54 - Conta de custeio da Fazenda da Cria	125
Ilustrações 55 - Registro de escravos nascidos na Estância da Vitória	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatística dos rebanhos.....	51
Tabela 2 - Comparativo de bens de produção no patrimônio produtivo das estâncias	52
Tabela 3 - Comparação da composição do patrimônio produtivo.....	53
Tabela 4 - Quantitativo de animais da Estância da Vitoria no ano de 1876.....	93
Tabela 5 - Listagem dos escravos da Estância Nossa Senhora da Vitória	95
Tabela 6 - Descrição dos móveis e equipamentos da Estância da Vitória	98
Tabela 7 - Bens de raiz da Estância da Vitória.....	101
Tabela 8 - Descrição dos escravos da Estância das Pederneiras em 1882	109
Tabela 9 - Descrição dos animais da Estância das Pederneiras.....	110
Tabela 10 - Descrição dos equipamentos da Estância das Pederneiras	110
Tabela 11 - Descrição terras e benfeitorias da Estância das Pederneiras	111
Tabela 12 - Bens de Raiz da Estância das Pederneiras.....	111
Tabela 13 - Descrição dos Animais da Estância da Quinta.....	118
Tabela 14 - Bens de Raiz da Estância da Quinta.....	119
Tabela 15 – Composição das estâncias.....	121
Tabela 16 - Composição do patrimônio das estâncias estudadas	128
Tabela 17 - Número de animais por hectare.....	129

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL-RIOGRANDENSE.....	22
2.1	Uma ocupação tardia	24
2.2	O interesse inicial pelo Rio Grande do Sul.....	26
2.3	A concessão de sesmarias	33
2.4	O surgimento das primeiras estâncias.....	39
3	A ECONOMIA GAÚCHA, GADO E ARQUITETURA	46
3.1	Arquitetura estancieira.....	54
3.2	As casas-sede	56
3.3	Outras benfeitorias	60
3.4	Programa de necessidades e materiais construtivos	65
4	RIO PARDO, FRONTEIRA E AS ESTÂNCIAS.....	74
4.1	Estância Santa Vitória.....	81
4.1.1	Formação e Arquitetura	83
4.1.2	Inventário <i>post-mortem</i>	92
4.2	Estância das Pederneiras	102
4.2.1	Formação e Arquitetura	103
4.2.2	Inventário <i>post-mortem</i>	106
4.3	Estância da Quinta	112
4.3.1	Formação e Arquitetura	112
4.3.2	Inventário <i>post-mortem</i>	118

4.4	Os trabalhadores das estâncias: cativos e livres.....	121
4.5	Composição do patrimônio	127
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
6	REFERÊNCIAS:	133

1 INTRODUÇÃO

A guerra e o gado estão na raiz da formação econômica, social e cultural do Rio Grande do Sul (RS). Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o RS foi palco de inúmeras guerras. Até o início do século XIX, os confrontos ocorreram devido à disputa por terras e gado entre luso-brasileiros e índios, e entre luso-brasileiros e espanhóis, expandindo as fronteiras do Império português no Brasil rumo ao Prata.

Inicialmente, Portugal teve um descaso com as terras do atual extremo sul do Brasil. O mercantilismo, prática política e econômica adotada por Portugal e pelas demais monarquias absolutistas europeias nos tempos modernos, foi o principal motivo disso. As terras do atual território do RS não possuíam metais preciosos, nem uma população com a qual comerciantes portugueses pudessem fazer comércio regular. O clima também não era adequado ao desenvolvimento da cultura de um produto tropical. Assim, por mais de 200 anos não despertou o interesse por parte da coroa portuguesa que nenhum esforço dispendeu para colonizar essas terras.

Foi somente no início do século XVIII que Portugal iniciou a ocupação do RS mediante a concessão de sesmarias. A fim de garantir a posse das terras, a coroa portuguesa criou fortes, presídios e dividiu o RS em sesmarias, as quais foram doadas a pessoas que detinham alto prestígio e recursos financeiros e humanos para as explorar. Assim surgiram as estâncias e fazendas do RS.

As instalações das estâncias e fazendas no atual Rio Grande do Sul aconteceram em três etapas: primeiramente a partir de 1634, após a introdução do gado pelos jesuítas, criaram-se as “estâncias missioneiras”, depois, a partir de 1732, com os primeiros “títulos de sesmarias nos campos de Viamão,” instalaram-se os primeiros estancieiros lusos-brasileiros provenientes de Laguna e, por último, “em 1801, com a tomada das Missões”, a Coroa redistribuiu terras para a conservação do território. (SILVA, 2003, p. 59):

As reduções jesuíticas foram as primeiras ocupações estáveis do RS. Elas foram desenvolvidas por padres da Companhia de Jesus sob os auspícios da coroa espanhola, com a finalidade de assegurar a posse do território. Nessas reduções, teve início a criação de gado. E esse gado missioneiro se constituiria, posteriormente, no fundamento da apropriação da terra (Pesavento, 2007).

A posição de fronteira do Estado permitiu características únicas para a região. Principalmente pela ocupação de grandes áreas por meio das sesmarias, com o intuito de

instalação de estâncias para a criação de gado. Essa sociedade pecuarista foi de grande importância para o desenvolvimento econômico inicial do RS. Os estabelecimentos de charque, que vieram depois, também tiveram grande impacto para o panorama econômico.

O sistema econômico do Estado, portanto, foi baseado na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva, que proporcionou a concentração da riqueza, consequentemente prejudicando o desenvolvimento do capitalismo, gerando atraso da tecnologia e oportunidades de mercado (Herrlein, 2004). Assim, apropriação de áreas de campo e preia ou criação de gado estão intimamente relacionados no que tange à ocupação inicial do atual território do RS. A apropriação da terra nos séculos XVIII e XIX foi de suma importância para a configuração de sua estrutura fundiária, principalmente naquelas áreas onde poderia ocorrer a criação de gado.

A temática aqui abordada – estâncias de criação de gado – já foi alvo de estudos. Ainda que poucos, eles são de grande importância para se compreender como ocorreu a formação histórica de diferentes regiões pastoris do RS.

Em seu livro publicado em 1989, “Antigas fazendas do Rio Grande do Sul”, Pinto (1986) faz um levantamento de 88 fazendas ainda existentes no RS. Trata-se de um livro ilustrativo que não apresenta reflexões teóricas e críticas. As fotografias de casas-sede e o desenho de suas plantas baixas constituem o cerne do trabalho.

O Livro “Arquitetura Rural do Planalto – antigas fazendas”, de Neri Luiz Auler da Silva (2003), possui como base sua dissertação de mestrado defendida na Universidade de Passo Fundo. Nesse livro, o autor realizou um levantamento histórico da arquitetura rural da região do planalto médio durante o século XIX.

Outro caso em que estâncias e fazendas foram tema de estudo, é na dissertação de mestrado de Luís Henrique Haas Lucas, intitulada “Estâncias e Fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul” (1997). Ele descreve o início da ocupação do território do Estado a partir das estâncias, detalhando, com perícia, o estilo da arquitetura de suas sedes.

Já Helen Osório, professora de História da UFRGS, possui inúmeros artigos importantes sobre a temática. Suas principais linhas de pesquisa são: história agrária do Brasil colônia, estrutura agrária, fronteira, império português e hierarquias sociais.

Foi nesse sentido que o objetivo geral da presente pesquisa procurou analisar o arranjo das benfeitorias e suas funções dentro do complexo das estâncias em Rio Pardo/RS, no final do século XIX. Como, nos levantamentos iniciais, constatou-se a presença de senzalas nas estâncias, o que indicava a presença de trabalhadores cativos, formulou-se dois objetivos específicos. O primeiro era detectar em que medida a força de trabalho escrava era utilizada

nas atividades de criação de gado. Conectado a esse objetivo específico, pretendeu-se, também, verificar qual a composição do patrimônio das estâncias escolhidas a partir dos inventários *post mortem* de seus proprietários.

O método de abordagem da presente pesquisa é o dialético. Para um melhor entendimento do objeto da pesquisa, partiu-se do conceito de território usado e defendido pelo geógrafo brasileiro Milton Santos. Santos (2000) propõe analisar o território numa perspectiva histórica, sendo o termo território usado fruto dos “resultados dos processos históricos quanto a base material e social das novas ações humanas.” Ou seja, todas as ações causam efeitos no processo de formação territorial.

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tem uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. (SANTOS, 2000, p.114).

Também para Raffestin (1993), o território é uma formação político-administrativa das inter-relações sociais entre os atores que nele estão agindo e interagindo. Ainda há que salientar que a ideia principal do autor trata de um espaço físico; um espaço delimitado, com uma ordem jurídica e política; com limites e fronteiras, um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano. As ideias principais do autor referem-se ao território como espaço apropriado, usado, utilizado. Sabidamente, o autor trata do sentimento de pertencimento sentido pelos atores que vivem e agem neste espaço. E esse espaço, entende-se, é constituído pelo homem ao longo do tempo.

No final do século XIX e início do século XX, somente geógrafos tratavam da temática região. Foi somente a partir dos anos de 1950 que economistas e politólogos se arriscaram a tornar o conceito operacional. Logo em seguida, deu-se a evolução de região natural para região econômica, seguida dos impulsos da “nova geografia” (geografia teórica ou quantitativa). Diante de todas as tentativas de conceituar região, podemos dizer que região é um produto social, construído de forma gradual pelas sociedades que interagem nos respectivos espaços de vida.

Assim, para compreender o território usado da atual região do Vale do Rio Pardo, é indispensável conhecer melhor sua formação social e econômica, que estudos anteriores já mostravam que esteve alicerçada inicialmente na criação extensiva de gado realizada em grandes estâncias.

Acredita-se que o tema escolhido seja relevante para a análise e compreensão da formação do Estado e do Município de Rio Pardo e de toda a região do seu entorno. O

primeiro núcleo de atividade rural e produtiva do RS formou-se a partir das estâncias, as quais também desempenharam um papel importante na formação das fronteiras atuais do Estado. Mas as estâncias foram responsáveis, também, pelo desenvolvimento desigual de várias regiões do RS. Elas ainda participaram, direta ou indiretamente, na organização e formação de espaços urbanos, tanto do ponto de vista estrutural e político quanto do socioeconômico e cultural.

Durante os séculos XVIII e XIX e nas primeiras décadas do século XX, a criação de gado foi o esteio da economia do RS. A pecuária foi, também, o carro-chefe que impulsionou o desenvolvimento econômico e social inicial de Rio Pardo e de grande parte da região adjacente. Ali surgiram importantes empreendimentos produtivos cujos resquícios testemunham uma época de opulência.

Como salienta o historiador Mário Maestri, o tema da formação territorial do RS ainda é pouco estudado em razão da ausência de levantamentos detalhados do patrimônio natural e construído desses territórios.

Entretanto, a sociedade pastoril sulina jamais foi objeto de estudos profundos e sistemáticos, apesar de rica e valiosa bibliografia sobre o tema. Em contradição com a enorme importância dessa realidade, não dispomos ainda de histórias gerais da fazenda rio-grandense, semelhantes aos valiosos trabalhos referentes ao tema no Uruguai e Argentina, regiões de grande identidade geocológica e socioeconômica com o Rio Grande do Sul. (MAESTRI, 2008 p.6)

Em razão da importância histórica de Rio Pardo na formação do território do RS e pela importância que teve o gado na sua economia, resolveu-se tomá-la como *locus* da presente pesquisa. O período escolhido foi o do final do segundo Império, época em que a atividade criatória do RS estava no auge, mas já apresentava visíveis sinais de esgotamento.

Consoante com objetivos da pesquisa, optou-se por trabalhar com uma amostra de três empreendimentos: a Estância Santa Vitória, a Estância das Pederneiras e a Estância da Quinta. As duas primeiras foram escolhidas por serem as mais representativas de Rio Pardo na época estudada. Elas eram as mais extensas e possuíam os maiores rebanhos do município. Já a Estância da Quinta entrou na pesquisa por ser um desdobramento da Estância das Pederneiras.

A base empírica principal utilizada na pesquisa é constituída pelos inventários *post mortem* dos seguintes estancieiros: Mathias José Velho, proprietário da Estância da Vitória, falecido em 25 de maio de 1875, cujo inventário iniciou em oito de março de 1876 e foi concluído em 1879; José Ferreira Porto, proprietário da Estância das Pederneiras, falecido em 29 de dezembro de 1881, cujo inventário iniciou em 1882 e terminou em 1884; Luiz

Francisco Newlands, dono da Estância da Quinta, que faleceu em 1909, cujo inventário iniciou em 1909 e foi finalizado em 1915.

Essas fontes documentais primárias foram localizadas no Arquivo Público do Estado do RS. O inventário de Mathias José Velho encontra-se no Fundo 007, Comarca de Rio Pardo, Subfundo Vara Cível e Crime. O do vereador José Ferreira Porto encontra-se no Fundo 004, Comarca de Porto Alegre, Subfundo 1ª Vara da Família e Sucessão. O inventário de Luiz Francisco Newlands integra o Fundo 004, Comarca de Porto Alegre, Subfundo Juízo Distrital da Vara de Órfãos. Os inventários, após localizados, foram digitalizados. Por se tratarem de documentos manuscritos, de leitura relativamente difícil, os dados relativos às estâncias foram transcritos para possibilitar uma análise mais atenta.

Inventários são documentos judiciais feitos após a morte do indivíduo. Através deles os bens do falecido são distribuídos entre seus herdeiros, conforme prevê a legislação da época. Para o pesquisador, “os inventários podem se transformar em importantes testemunhos da vida material e cultural de indivíduos e grupos sociais do passado” (VOGT, RADÜNZ, 2013, P. 27). Os inventários do século XIX quase sempre descrevem, pormenorizadamente, os bens de herança móveis (objetos, instalações profissionais, estoques, créditos e valores mobiliários), imóveis (propriedades rurais e urbanas) e semoventes (referentes a escravos e animais) de um indivíduo, dívidas ativas e passivas e os bens alheios encontrados no espólio do inventariado (DAUMARD et al, 1984, p. 176-179). Através deles, é possível “avaliar tanto a riqueza de um grande estancieiro como o grau de pobreza de um pequeno possessor” (ZARTH, 2011, p. 20).

A presente dissertação, além da introdução e das considerações finais, é integrada por mais três capítulos. O segundo capítulo deste trabalho destina-se a uma breve introdução sobre a formação do território sul-rio-grandense. Ali se apresenta o porquê da falta de interesse inicial da coroa portuguesa pelas terras do extremo sul do Brasil. Ressalta-se, ainda, o início do processo de ocupação do território do RS a partir das reduções jesuíticas, a distribuição de sesmarias para a criação de gado e o surgimento das primeiras estâncias. Finaliza-se o capítulo fazendo a diferenciação dos termos fazenda e estância, enfatizando a razão da utilização do termo estância na pesquisa.

Já no terceiro capítulo são abordados a economia gaúcha, gado e arquitetura no RS. Observa-se que a pecuária foi a atividade principal da Província nos séculos XVIII e XIX, sendo o gado muito importante para a economia tanto do RS como para o Município de Rio Pardo. Faz-se uma introdução sobre a arquitetura estancieira, relatando as tipologias das casas-sede, descreve-se a composição das benfeitorias que compunham as estâncias e a

função de cada uma delas, bem como os materiais utilizados na construção das edificações que compunham a estância.

O quarto capítulo constitui-se da análise da parte empírica da pesquisa. Ali se analisa as três estâncias selecionadas, sendo averiguada a formação da propriedade, a arquitetura das benfeitorias e os dados dos inventários *post mortem*. Faz-se a descrição da composição do patrimônio de cada uma das estâncias e analisa-se a força de trabalho empregada nas atividades de criação de gado, que envolve trabalhadores cativos e livres.

2 FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL-RIOGRANDENSE

A fronteira mais conflitante do império português na América, durante o século XVIII, foi a meridional, que hoje abraça parte do Uruguai e do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. (OSÓRIO, 2007, p. 55).

O Rio Grande do Sul (RS) é considerado um dos estados brasileiros no qual a identidade regional se manifesta de forma mais forte e constante. Percebe-se isso nos cultivos das tradições, nos hábitos, nos costumes, na música, na vestimenta e, principalmente, na forma de viver do sul-rio-grandense.

Ao longo de sua trajetória histórica, o RS foi palco de inúmeras guerras. Até o início do século XIX, os confrontos ocorreram devido à disputa por terras e gado entre luso-brasileiros e índios, e entre luso-brasileiros e espanhóis, expandindo as fronteiras do Império português do Brasil rumo ao Prata. A partir de 1835, as lutas travadas no RS tiveram caráter interno e político. A Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Federalista (1893-1895) foram as duas guerras civis mais destacadas.

Assim, pode-se afirmar que as guerras travadas contra índios e castelhanos foram fundamentais para a constituição do território do extremo sul do Brasil. A esse respeito, Prado Jr. (1992, p. 94) afirma que:

A extremidade meridional do território que hoje constitui o Brasil permaneceu durante muito tempo fora de sua órbita. Entrará para a história política e administrativa da colônia em fins do séc. XVII; [...] Antes disto é apenas um território arduamente disputado por espanhóis e portugueses, de armas na mão, e não terá outra forma de ocupação que a militar. Até aquele final do séc. XVII as fronteiras meridionais do Brasil se conservam não apenas indecisas, mas desconhecidas e descuidadas.

É imperioso ressaltar que se utiliza o termo fronteira para demarcar o limite, o fim ou o início de um território. A fronteira do Brasil Meridional, como se verá, é resultante de sua formação histórica. O termo fronteira demarca um limite artificial, ou seja, separa juridicamente duas jurisdições territoriais, e não necessariamente identidades diferentes. No caso da fronteira entre o RS e o Uruguai, há uma fronteira jurídica, porém, as semelhanças territoriais, embora muito mais nítidas no passado, ainda permanecem até os dias atuais. Isso pode ser observado pela semelhança da paisagem, pelas atividades econômicas desenvolvidas,

pelo modo de vida, pelas vestimentas e pelos costumes em comum entre sul-rio-grandenses e uruguaios. Há muito mais identificação entre a população da Campanha do RS com a população do Uruguai do que, por exemplo, com a população de Laguna ou de Joinville, no vizinho Estado de Santa Catarina.

Nesse sentido, Abramovay (2001, p.01) ressalta que "territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social". As semelhanças entre o RS e o Uruguai são mais visíveis quando se analisa as identidades dos seus territórios e se subtraí a fronteira, lembrando que, antes da definição da fronteira entre Brasil e Uruguai, os campos eram contínuos, sem a existência de divisas geográficas naturais. Os limites territoriais entre os dois países não foi feita com cercas ou muros.

Ainda sobre território, Milton Santos (2002, p. 10) assevera:

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício.

Visto isso, pode-se considerar o território do RS e do Uruguai como integrantes de uma mesma região, como partes de um todo, e não como territórios particulares e isolados. Axt (2010) afirma que a linha da fronteira é um instrumento que divide, e também opõe, como no caso da Cortina de Ferro e o muro de Berlim, que existiram na Europa na segunda metade do século XX.

O autor ainda comenta que a fronteira pode ser uma espécie de portal, onde mercadorias são exportadas ou importadas. Porém, a fronteira divide identidades, modifica pessoas e cria culturas, como no caso do "Gaúcho da Fronteira".

Sobre a constituição da fronteira no Rio Grande do Sul, Osório (2007, p.56) afirma que:

No Rio Grande, os períodos de guerra e virtualidade de novos conflitos produziam a insegurança da propriedade, das relações de produção e da própria estruturação do poder institucional, numa porção considerável do território. Nesse sentido, essa região constituiu uma fronteira, uma estremadura durante o século XVIII. O estabelecimento de linhas divisórias plenamente demarcadas foram *produtos* da ocupação de terras, da formação de rebanhos e das relações sociais instauradas na construção desse espaço; a "fronteira-linha" estatal só começaria a ser definida após a independência do Uruguai, em 1828, arrastando-se em disputas diplomáticas por o todo o século XIX.

Portugal e Espanha, caso pretendessem traçar um limite entre seus impérios na América do Sul, esbarrariam na falta de conhecimento dos territórios. Como cita Osório, "não tinham

denominado sequer seus rios, desconheciam aquelas terras e discutiam sua localização no momento de demarcar limites, como ocorreu após os tratados de 1750 e 1777” (OSÓRIO, 2007, p. 58). Ou seja, era uma fronteira política de difícil materialização, já que os terrenos não possuíam grandes diferenças entre si. Ainda, nesse sentido, Osório (2007, p. 55) declara que:

A fronteira mais conflitante do império português na América, durante o século XVIII, foi a meridional, que hoje abarca parte do Uruguai e do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Comumente estudada a partir de enfoques diplomáticos ou militares, é apresentada como uma entidade auto-referente e não-histórica. Encarar a fronteira entre os impérios espanhol e português como um dado e não como construção histórica tem levado historiadores a advogarem a existência de uma identidade “nacional já no século XVIII no Rio Grande. Nada mais anacrônico.

Nesse contexto, nota-se a importância de compreender a história e os atores envolvidos na formação do território sul-rio-grandense. A partir dos conceitos explicitados - fronteira e territórios -, parte-se para o estudo da formação do RS, como ele se deu em sua forma usada nos séculos XVIII e XIX.

2.1 Uma ocupação tardia

Parte-se da concepção de que cada região compreende um espaço único, com características específicas, moldado por um processo de formação histórico-cultural, o qual engendra uma identidade social, econômica e política específica. Entende-se, portanto, que as condições naturais do processo influem sobre o território e sobre o homem que nele se estabelece e impõe mudanças.

Vários fatores influenciam no uso do território. Pode-se mencionar, entre elas, as condições físicas e naturais. Nesse sentido, defende-se que o meio natural teve papel fundamental no processo de ocupação do território do RS.

Assim, as primeiras ocupações estáveis foram, de fato, as reduções jesuíticas. A partir das organizações jesuíticas, surgiram os Sete Povos das Missões, que foram um marco importante na história do RS e acabaram por se tornar importantes referenciais econômicos, sociais e culturais para o atual Estado do RS.

Mercantilismo e clima. São esses os principais fatores que fizeram com que Portugal tivesse um descaso inicial com as terras do atual extremo sul do Brasil. Na época das descobertas e da expansão das rotas marítimas e comerciais, para os exploradores europeus, o importante nas novas terras era retirar o máximo de proveito dos recursos preexistentes nos

territórios em um mínimo de tempo. Em nenhum momento, a intenção dos exploradores que descobriam as novas terras era povoá-las. O interesse real era somente explorar as riquezas ali existentes e fortalecer o comércio das metrópoles europeias.

Prado Jr. (1992, p. 94) afirma, quanto ao extremo sul brasileiro, que:

Tratava-se de uma área deserta e que parecia sem grande interesse; e por isso ninguém se preocupou em fixar aí o local onde se tocavam as possessões espanholas e portuguesas. A linha imaginária do acordo de Tordesilhas (1496) devia passar mais ou menos na altura da ilha de Santa Catarina; mas nenhuma das duas coroas ibéricas tratou jamais de a determinar com rigor.

O próprio Brasil, inicialmente, não despertou muito a atenção dos portugueses. No início do século XVI eles estavam mais interessados no lucrativo comércio de especiarias com as Índias Orientais, como destaca Prado Jr (1963, p. 17-18):

[...] e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vasto que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltavam objetos para atividades mercantis. [...] Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer nas simples feitorias [...] criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem e o seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí.

O Brasil foi uma colônia de exploração justamente para fornecer riquezas para Portugal, principalmente no auge do mercantilismo europeu. O objetivo dos colonizadores era explorar produtos extrativos e minerais. Sobretudo, desejavam metais preciosos. Na ausência inicial de ouro e de prata, passaram a extrair o pau-brasil. Depois, com o declínio do comércio de especiarias com o Oriente, desenvolveram a agricultura em larga escala de produtos tropicais com grande mercado na Europa (PRADO JR, 1992).

Disso resultou a plantação da cana-de-açúcar e a formação de engenhos; mais tarde seriam desenvolvidas as plantações de tabaco e algodão, sempre em consonância com os interesses da coroa portuguesa e de sua classe mercantil. O tão sonhado “*el dorado*” seria encontrado somente no final do século XVIII, na região das Gerais.

O território do Brasil era extenso e possuía diversos ecossistemas. As terras mais ao sul, onde as temperaturas não favoreciam o cultivo de produtos tropicais – cana-de-açúcar, fumo e algodão -, onde também não se encontrava o pau-brasil para ser extraído, nem havia sinais de existência de metais preciosos – ouro, prata e diamantes - , não causaram interesse instantâneo aos olhos dos exploradores portugueses.

Assim sendo, pelo fato de atual território do Rio Grande não possuir metais preciosos, não possuir uma população com a qual comerciantes portugueses pudessem entabular um comércio regular, nem possuir clima adequado para a cultura de um produto tropical, durante mais de 200 anos praticamente não despertou o interesse por parte da coroa portuguesa.

A seguir, tratar-se-á do interesse inicial pelo Rio Grande do Sul por parte dos portugueses e dos espanhóis, e de como esse interesse foi se modificando ao longo do tempo.

2.2 O interesse inicial pelo Rio Grande do Sul

“Se existiu algum vínculo ostensivo entre o Rio Grande de São Pedro e os povos do Prata, na época de sua formação territorial, vamos encontrá-la no centro de interesse a quem devem sua individuação econômica. Cá e lá, a força de atração foi a pecuária, a partir do gado reunido nas *vacarias*.” (CESAR, 2005, p.27).

É preciso lembrar que o território do RS, de acordo com o Tratado de Tordesilhas de 1494, pertencia ao domínio espanhol. E, para a Espanha, essas terras eram de difícil ocupação. Aparentemente, elas não possuíam os cobiçados metais preciosos. E a Espanha, por ser um país de reduzidas dimensões, não possuía uma grande população que pudesse ser deslocada para o vasto território colonial que lhe pertencia no início dos tempos modernos. Portanto, sem atrativos econômicos maiores, os campos do RS e do Uruguai não despertaram atenção maior por parte dos espanhóis. “Então surgiu a estratégia de ocupação dessa ampla parcela do território através da ação missionária da Companhia de Jesus.” (SILVEIRA, 2007, p. 60).

Ilustrações 1 - Limite estabelecido, em 1494, pelo Tratado de Tordesilhas no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Adaptado pela autora 2013.

No início do século XVII, os espanhóis, com a finalidade de assegurar a posse de vastas regiões, valeram-se de nativos. Para tanto, passaram aos padres da Companhia de Jesus a tarefa de reunir em reduções, missões ou *pueblos*, índios guaranis. Com isso, objetivavam impedir o avanço de portugueses além da linha de Tordesilhas, em direção às cobiçadas minas de prata de Potosi (na atual Bolívia) e ao estuário do rio da Prata. As missões jesuíticas, portanto, além de seu caráter evangelizador, cumpriram também uma clara finalidade política (MAESTRI, 2010).

Ainda que os sacerdotes que trabalharam nas missões do RS procedessem de diferentes nacionalidades, foi sob a bandeira da Espanha que os padres da Companhia de Jesus se estabeleceram na então chamada província do Tape, nome oriundo dos nativos que ali viviam. Aqui houve duas fases missionárias. A primeira, ocorrida entre 1626 e 1641, quando foram fundadas 18 reduções. A segunda, compreendida no período que se estendeu entre 1682 e 1767. Nessa fase foram implantadas os Sete Povos das Missões.

A presença dos jesuítas estendeu-se até o Vale do Rio Pardo, constituindo-se na mais avançada posição a leste em solo rio-grandense: a redução Jesus Maria, São Joaquim e São Cristóvão. Possivelmente, a intenção dos evangelizadores fosse ocupar o RS com mais algumas missões a leste, até atingir a costa atlântica (VOGT, 2010).

Em cada uma das 18 reduções criadas, os jesuítas introduziram lotes de cabeças de gado. A criação de gado vacum, cavalariço, muar e ovino foi considerada essencial para a economia e a sobrevivência das reduções. Além dos animais servirem de meio de locomoção e de transporte de pessoas e víveres, também forneciam a proteína necessária para a alimentação da população confinada.

Assim, a Companhia de Jesus teve como missão a catequização dos índios, sua domesticação e, principalmente, a constituição de uma rede de reduções jesuíticas que permitissem a ligação do litoral brasileiro com o Paraguai. Nessas reduções é que teve início a criação de gado. Foram construídos currais junto aos postos de criação de gado e nas reduções para o recolhimento e o confinamento do “gado destinado à alimentação semanal do povoado, pois as estâncias localizavam-se a longa distância” (SILVEIRA, 2007, p. 65). Iniciou-se, dessa forma, a delimitação das primeiras estâncias, utilizando-se artifícios naturais, como rios, serras e outros acidentes geográficos para confinar o gado, facilitando o trato e o controle do rebanho.

As missões jesuíticas cumpriram, também, uma importante função estratégica e geopolítica para os interesses da monarquia espanhola no Prata:

No caso do sul do Brasil e da chamada região platina, junto ao rio da Prata, os espanhóis buscaram, complementarmente, assegurar o domínio territorial lançando mão de um acordo com a Companhia de Jesus para povoar essas terras através da fundação de reduções e missões jesuíticas, nelas aldeando os indígenas nativos. (SILVEIRA, 2007, p.59).

Maestri (2010, p. 62) menciona, sobre os jesuítas, que:

O projeto jesuítico era o mesmo para todo o Novo Mundo: reunir aldeias e convertê-las ao cristianismo e ao que considerava civilização. Jamais houve estratégia jesuítica de construção de “império teocrático-cristão”, autossuficiente, nas Américas – Império Universal. Após algumas décadas, quando as comunidades nativas estivessem estabilizadas, elas se transformariam em doutrinas, ficando sob a autoridade eclesiástica de bispos e, portanto, das Coroas ibéricas, responsáveis pela administração religiosa nas colônias. Desde sua fundação, os povos missionários espanhóis estavam submetidos às audiências, órgãos judiciário-administrativos criados pela Coroa ibérica para assessorar os vice-reis. A mesma submissão às autoridades coloniais e metropolitanas ocorria quanto às reduções jesuíticas portuguesas.

Entretanto, os bandeirantes, a partir de 1636, promovem o fim das reduções porquanto objetivavam tomar os índios aldeados, conduzi-los a São Paulo e vendê-los como escravos para os fazendeiros. Os bandeirantes convenceram os jesuítas de que era impossível se manter no território da margem esquerda do rio Uruguai.

Fugindo do ataque dos paulistas que, até por volta de 1660, persistiram fustigando a região em busca dos índios reduzidos, os padres transmigraram a população de guaranis remanescente que conseguiram arrebanhar para a margem direita do rio Uruguai. No entanto, quando perseguidos pelos bandeirantes, acabaram deixando nos campos situados ao sul do rio Jacuí algumas centenas de cabeças de gado vacum.

Esses animais, abandonados à sua própria sorte entre as bacias dos rios Jacuí e Ibicuí, rumaram em direção ao Sul. Ali, escreveu Aurélio Porto (1954 p.149), “magníficas pastagens e perenes aguadas facilitaram, em longas décadas, sua assombrosa multiplicação e aprimoraram uma raça de seleção que foi o gado crioulo”.

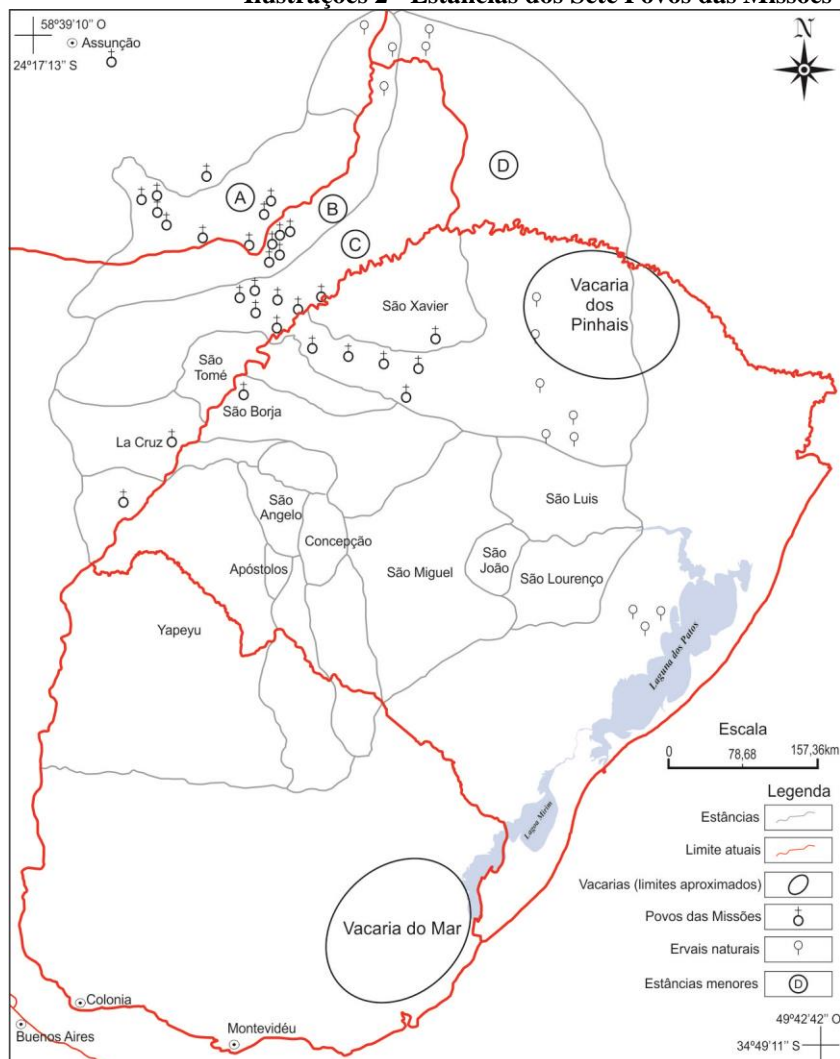
Esse gado, possivelmente, misturou-se com outros rebanhos que os jesuítas introduziram nos campos do Rio Grande do Sul após seu êxodo para terras da atual Argentina. Mas deve ter se fundido, igualmente, com o gado introduzido nas campinas uruguaias por autoridades de Buenos Aires. Esse gado tornou-se chimarrão, ou seja, xucro e selvagem.

Precavendo-se contra a atividade predatória praticada ao gado xucro concentrado nas margens da Lagoa Mirim, não somente por parte de luso-brasileiros, mas também por homens de Santa Fé e de Buenos Aires, os padres jesuítas tomaram duas providências.

Primeiramente, reuniram cerca de uma centena de milhar de cabeças de gado e as direcionaram para um lugar menos acessível, na Vacaria dos Pinhais. O local, de boas aguadas e campos pastosos, passou a ser conhecido pelo nome de Campos de Cima da Serra. As reses ali deixadas reproduziram-se com o passar do tempo, formando outra grande reserva. Assim,

[...]criaram duas regiões de grande reserva de gado, em áreas protegidas pelos acidentes geográficos e desconhecidas dos paulistas: as “Vacarias”, que foram duas – “Vacaria do Mar” (na República do Uruguai e parte do Rio Grande), e “Vacaria dos Pinhais” (ao ocidente do Jacuí, ao norte do rio Uruguai, nos atuais limites com Santa Catarina, e ao sul e oeste a Serra e Cordilheira Geral, no Rio Grande do Sul). [...] As “Vacarias” tiveram o mesmo destino das estâncias dos povos: foram ocupadas e divididas pelos europeus, que tiraram dos padres e dos índios o gado e as terras. A origem do gado pertence, no Rio Grande, ao período espanhol, como a origem da estância é do período português (LAYTANO, 1952, p.02).

Ilustrações 2 - Estâncias dos Sete Povos das Missões



Fonte: produzido pela autora, a partir de Silveira 2007, p.68.

A segunda providência tomada pelos padres foi planejar o retorno dos guaranis cristianizados às terras que haviam pertencido aos seus antepassados. Isso se concretizou a partir de 1682, com a formação dos Sete Povos das Missões. Os Sete Povos são uma reação da Espanha à fundação de Sacramento pelos portugueses. Como súditos da coroa espanhola, padres e índios cristianizados atuavam para impedir a expansão lusa na direção do Prata. Várias vezes autoridades de Buenos Aires iriam requerer o auxílio dos guaranis missioneiros em guerras, para a edificação de obras públicas e para o transporte e construção naval (MAESTRI, 2010).

Pode-se considerar que a fundação da Colônia do Sacramento, na margem esquerda do Rio da Prata, em 1680, pelo Império português, foi um dos propulsores para o interesse luso pelas terras localizadas ao sul do rio Uruguai.

A fundação da Colônia em território considerado espanhol pelos ajustes do mas que centenário Tratado de Tordesilhas provocou queixas da Corte castelhana. Seguiram-se discussões diplomáticas inconclusivas até o ano de 1688, quando o governador de Buenos Aires resolveu sitiar a praça portuguesa à revelia das determinações metropolitanas; sob pressão diplomática, a Coroa Espanhola teve de devolver o território. (MENZ, 2006, p. 44).

Em torno desse mesmo assunto, Garcia (2010, p. 70) afirma que

Para povoar o que considerava ser o extremo sul de suas terras americanas, Portugal tinha de ter certeza de seus direitos até a margem norte do Prata e, principalmente, sentir-se capaz de bem exprimi-los e defendê-los, senão seria empresa perdida. D. Pedro II de Portugal (Regente, 1666-83; Rei, até 1706), então Regente, com caráter firme e decidido, cognominando o Pacífico, pela Paz de 1668 com a Espanha, mandou que se consultassem teólogo, quando Colônia foi colocada como assunto de consciência, pois estaria infringindo o Tratado de Tordesilhas, originário de uma bula papal e consagrado pela bula *Ea quae pro bono pacis*, de 1506. O parecer dos jesuítas portugueses, interessadíssimos em catequizar os índios do sul, rezou “que Sua Alteza podia, sem escrúpulo, e antes, com o direito, conservar a posse da colônia”. A sinceridade do Monarca era a de todo Portugal. Os cálculos modernos do historiador uruguaio Assunção, que colocam a linha de Tordesilhas na região de Maldonado, lançaram luz sobre a boa fé de D. Pedro e de toda a nação portuguesa quanto à convicção que tinham sobre seus direitos no Prata.

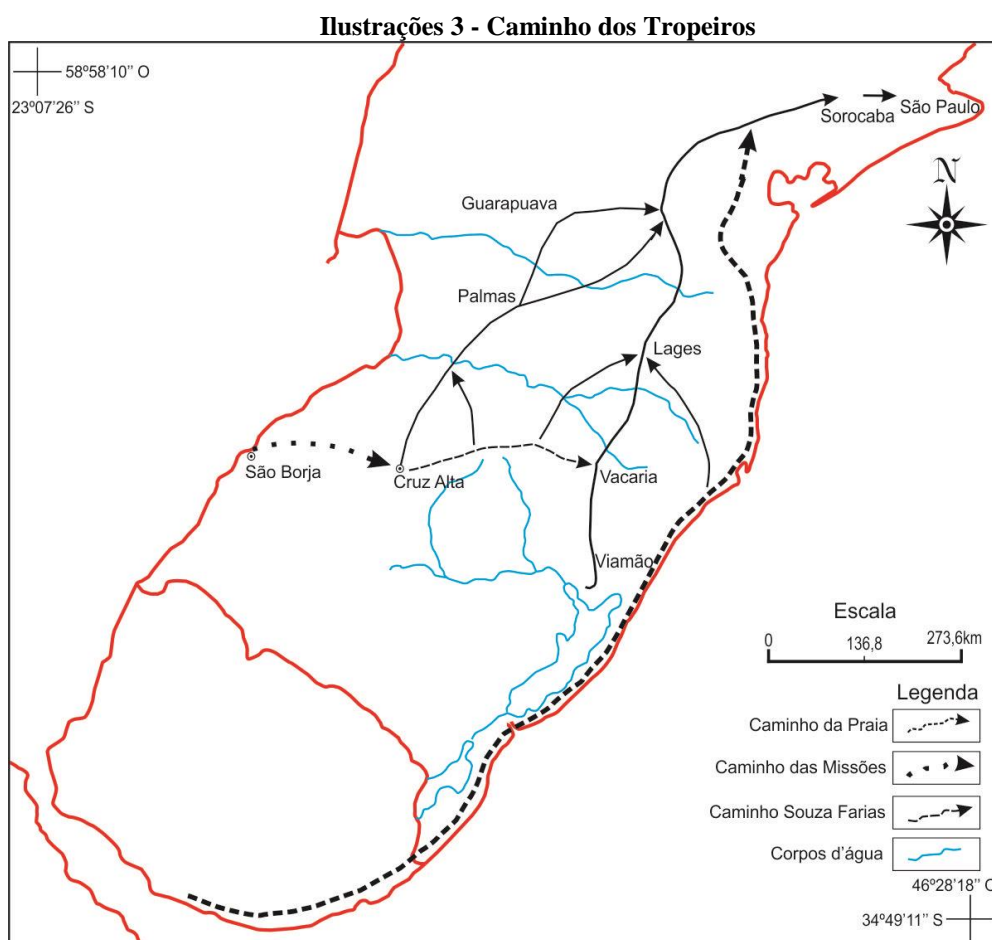
Durante cerca de um século e meio, a Colônia do Sacramento foi palco de disputas. Inicialmente, entre portugueses e espanhóis; posteriormente, entre brasileiros e argentinos (PRADO JR, 1992, p. 95).

Com a fundação da Colônia, iniciou-se uma corrida pelas terras do sul, acarretando uma sequência de criação de povoados. Como destaca Menz (2006, p. 44), além de Sacramento, “Portugal fundou Laguna (1684) e Rio Grande (1737); já a Espanha abençoou a expansão jesuítica com os Sete Povos ao leste do Rio Uruguai (1682-1707) e estabeleceu Montevideú (1734) na embocadura do Rio da Prata”.

Foi quando os lusos se deslocavam de Laguna em direção a Sacramento, utilizando o caminho do litoral, que cruzaram com o gado que se criara soltos pelas campinas.

Os lagunistas e vicentinos, ao percorrerem o litoral do território que posteriormente viria a constituir o RS e o Uruguai em direção àquela fortaleza, entraram em contato com os rebanhos existentes nas Vacarias del Mar. Passaram, então, a extrair dali todo o gado que conseguissem, estabelecendo assim um comércio regular de couro e sebo entre Sacramento e a Europa, via Lisboa. (VOGT, 2001, p. 73).

Osório (2007) comenta que o arrebanho de gado nos campos indivisos foi de extrema importância para o início das estâncias e da pecuária. Com a descoberta de ouro e diamante na região de Minas Gerais, o gado dos jesuítas passou a abastecer aquela região com mulas e gado vacuum em pé. Esse gado provinha não somente dos campos do Uruguai e do RS, mas também da Argentina. Ainda acrescenta que é muito difícil saber a quantidade de reses que era conduzida, já que não havia registro, pois se tratava de contrabando.



Fonte: produzido pela autora a partir de Flores, 1998 p.38.

De acordo com a ilustração acima, pode-se verificar os caminhos das tropas para levar o gado a outras regiões do Brasil. Moacyr Flores (1998) destaca que esses caminhos foram desenhando os primeiros traçados das estradas, como a rota do litoral e a rota da praia. Esses caminhos ligavam o RS com o centro do Brasil, facilitando o trânsito de mercadorias sulinas ao restante da colônia.

Não há dados que possam confirmar a quantidade de gado levada para a região de Minas Gerais no século XVIII. A respeito disso, Osório (2007, p. 62) afirma:

Apenas para o período de guerra, é possível haver uma aproximação numérica, pois encontramos registradas, na correspondência entre autoridades militares, as quantidades de gado apresado. Para o ano de 1776, foram trazidas, no mínimo, 14 mil cabeças de gado, que representava 18% do rebanho vacum existente em todo o Rio Grande no ano de 1774. Tendo-se em conta que a taxa de reprodução do gado na região àquela época era de 25%, essas 14 mil reses representariam o produto da criação anual de um rebanho de 56.000 cabeças. Compreende-se, assim, a importância dessas razias como móvel para as guerras, para a ocupação de novas terras e para a constituição de atividade pecuária na região.

Flores (1998) enfatiza a dificuldade em deter o contrabando do gado vindo de outras regiões do Prata. Em 1769, o rei de Portugal passou a conceder aos moradores do Rio Grande de São Pedro a graça de estabelecimento de crias de bestas muares. Essa lei, criada pelo rei, foi uma forma de controlar os rebanhos contrabandeados dos países platinos vizinhos.

No final do século XVIII, com a criação das primeiras charqueadas no RS, a importância do gado aumentou ainda mais. O gado foi, segundo a expressão usada por Pesavento (1997), o grande responsável pela apropriação da terra. Durante todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX, o gado e seus subprodutos se constituíram na base da economia gaúcha. Portanto, a cultura do gado está enraizada na própria história do RS faz parte da lida do gaúcho e é um de seus símbolos. De acordo com Prado Jr. (1992, p. 95):

A base econômica da colonização do Extremo-Sul será a pecuária. Os campos imensos que o constituem, com uma vegetação herbosa que dá boa forragem, lhe são altamente favoráveis. O gado multiplicar-se-á aí tão rapidamente que embora mais ou menos abandonado e sem trato especial algum adquirirá uma densidade que não tem paralelo em outra região da colônia. A agricultura somente se estabelecerá nalguns pequenos setores próximos do litoral: cerca do local onde hoje está a capital do Rio Grande, a cidade de Porto Alegre; e em Santa Catarina, na ilha deste mesmo nome e na terra firme que lhe fica fronteira.

Assim, apropriação de áreas de campo e preia ou criação de gado estão intimamente relacionados no que tange à ocupação inicial do atual território do RS.

2.3 A concessão de sesmarias

Foi somente no início do século XVIII que Portugal iniciou a ocupação do RS mediante a concessão de sesmarias. A fim de garantir a posse das terras, a Coroa portuguesa criou fortes, presídios e dividiu o RS em sesmarias, as quais foram doadas a pessoas que detinham alto prestígio, recursos financeiros e humanos e/ou a militares.

Quanto ao conceito de sesmaria, Flores (1996, p. 566-567) assegura que:

Em 1375, o rei D. Fernando baixou legislação criando dois sesmeiros em cada comuna para fiscalizar se os senhorios exploravam suas herdades; caso contrário deveriam arrendá-las, pagando as taxas. As terras incultas passariam para o comum e seriam divididas em sexmos. Os vadios, filhos de lavradores, desocupados, mendigos e falsos religiosos eram forçados a retornar ao campo. Com a conquista da África e Ásia, no reinado de D. Joao I, despovoaram-se as vilas, olivais e pomares; algumas vezes distribuíram-se terras em sesmarias. Segundo as Ordenações Filipinas, sesmarias eram “propriamente as dadas de terras, casais ou pardieiros que foram ou são de alguns senhorios e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora o não são”.

A partir da concessão de sesmarias, passou-se a organizar o sistema fundiário no Brasil. Cabia aos sesmeiros pagar o dízimo das terras que pertenciam à Ordem de Cristo.

No RS, a distribuição de sesmarias iniciou-se no ano de 1730 no Litoral Norte e no Estreito (Torres e Tramandaí). “Nos Campos de Viamão, do rio Mampituba ao Guaíba, foram dadas as primeiras sesmarias no Rio Grande do Sul, sendo que Manoel Gonçalves Ribeiro recebeu a primeira em 1732, na praia das Conchas, Tramandaí.” (FLORES, 1996, p. 566-567). Segundo Maestri (2010) em 1734, já constavam nos registros 27 estâncias entre Tramandaí e Rio Grande. A partir do extremo norte do litoral, a divisão em sesmarias se expande para o interior do território do RS.

Para requerer-se a sesmaria, era necessário fazer uma solicitação ao ouvidor, o qual criava editais, chamando testemunhas que pudessem afirmar que as terras eram devolutas, bem como, que o pretendente utilizava-se das terras. A partir disso, o capitão-general ou o governador emitiam uma carta de concessão provisória, a qual era remetida para registro na Secretaria e na Casa da Fazenda e Administração, em Portugal. (FLORES, 1996, p. 566-567).

A fração de terra denominada sesmaria era doada. Cada sesmaria possuía em torno de 13 mil hectares, “constituindo doação gratuita e plena, sem qualquer ônus, a não ser o dízimo de Cristo, sob a obrigação dos sesmeiros de ocupá-las e explorá-las” (MAESTRI, 2010, p.25). A “sesmaria” é explicada como uma concessão de terras pela qual se dá ao sesmeiro o domínio sobre uma área, que pode variar entre três léguas em uma dimensão por outra em largura e uma meia em quadra. Normalmente, os sesmeiros que requisitavam essas terras já as exploravam há algum tempo.

No princípio, conforme Dante de Laytano (1952) havia duas classificações para as sesmarias: a sesmaria de campo e a sesmaria de mato. O que as diferenciava era o seu tamanho. A primeira detinha uma légua de frente e três de fundo, enquanto que a segunda possuía uma légua de frente e duas de fundo.

A evolução da propriedade rural, até que ela atingisse o *status* econômico da sesmaria ou da estância, passou por um período inicial que se denominou “invernada”, “curral”,

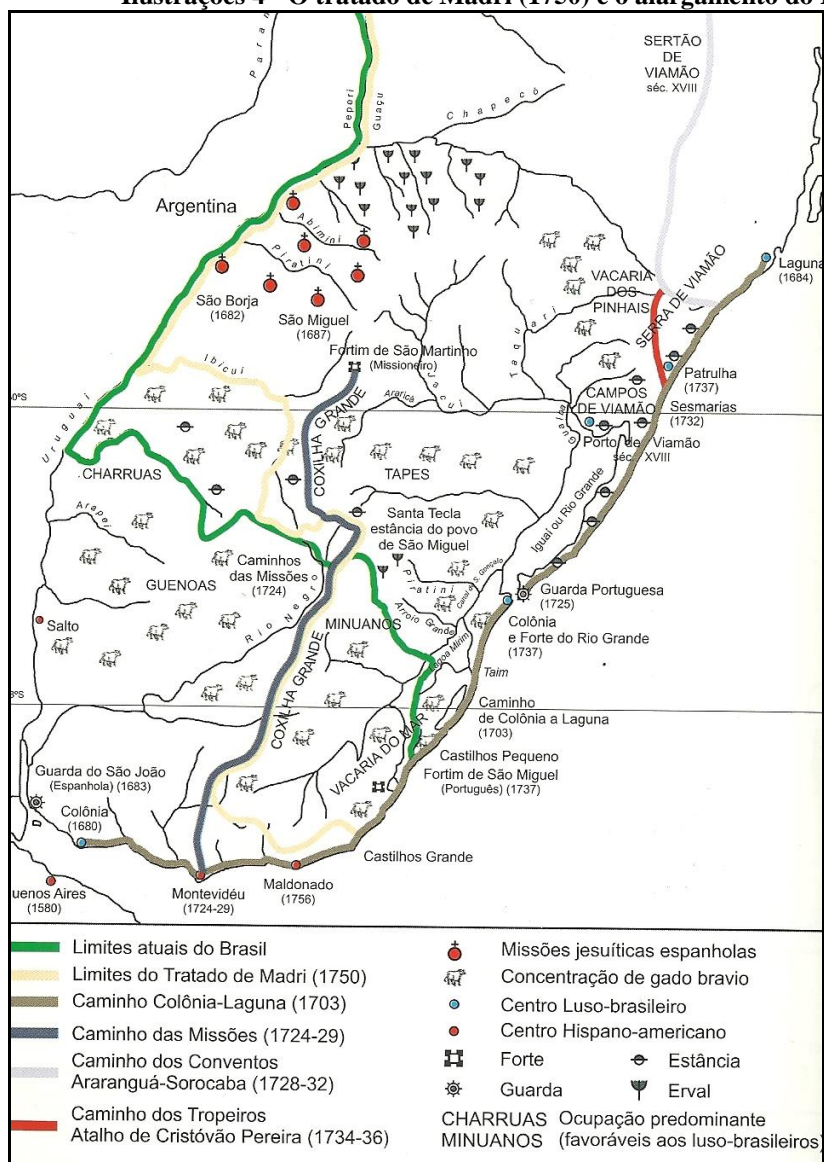
“tapera”, “sítio” ou “rincão”. Essas definições, embora não muito precisas, revelam principalmente as últimas, a origem dos negócios da pecuária no RS.

Os currais serviam, na verdade, para determinar a localização de cada internada e davam certa legitimidade de posse diante da ocupação precária, incerta e acidental dos campos. Lê-se que, na documentação do começo do século XVIII, a palavra “curral” era utilizada para assegurar direito adquirido, como o curral de Frei Sebastião; aliás, a palavra “curral” tinha sinônimos em “tapera”, “rincão” e “sítio”. Seriam formas jurídicas de usucapião ou de direito de posse. (LAYTANO 1952).

Na acepção de Laytano (1952), a sesmaria era a estância em si. Foi a partir dela que surgiu a propriedade privada, então revestida de características jurídicas da doação oficial governamental. O latifúndio, a fazenda, estava criando.

Diante do constante desrespeito ao Tratado de Tordesilhas, em 13 de janeiro de 1750, a fim de definir os limites entre as colônias da América do Sul, foi firmado, entre Portugal e Espanha, o Tratado de Madri, o qual pôs fim às disputas existentes na época. O Tratado de Madri acabou dando contornos aproximados ao Brasil como o conhecemos hoje.

Ilustrações 4 - O tratado de Madri (1750) e o alargamento do Rio Grande



Fonte: Garcia, 2010, p.168.

Conforme esclarece Maestri (2010, p. 27-28), o Tratado de Madri foi um acordo diplomático feito na Europa e que levou em consideração, única e exclusivamente, os interesses políticos e econômicos dos impérios de Portugal e da Espanha.

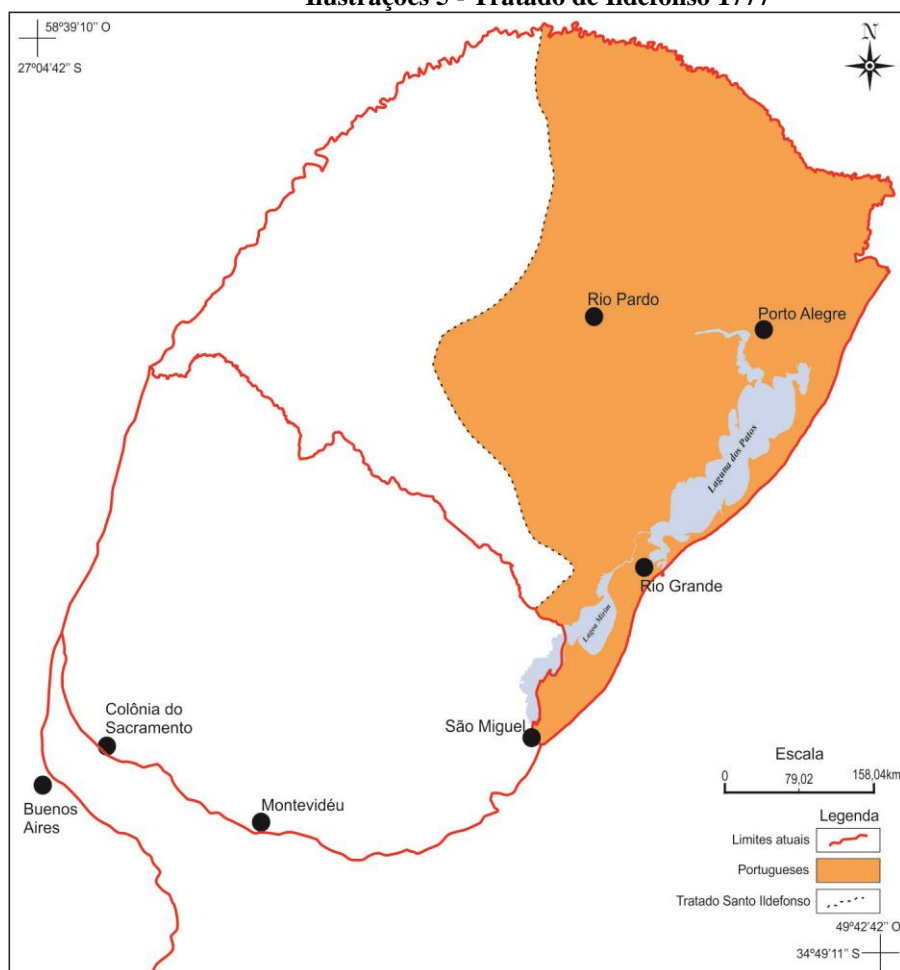
No relativo à América Meridional, o acordo determinava a passagem de Sacramento ao domínio da Coroa espanhola e a entrega aos lusitanos dos territórios missioneiros ao oriente do rio Uruguai. Nesses anos decaía a produção andina de Prata e, portanto, o interesse de portugueses e dos espanhóis por aquela região. Os espanhóis recebiam também as Filipinas e as Molucas na troca. Com o tratado, os espanhóis garantiam-se o domínio do Prata e des preocupavam-se olímpicamente com a sorte e com os direitos das populações missioneiras que eram expropriadas de suas vilas, de suas terras, de seus ervais, de suas estâncias e de enorme parte dos rebanhos.

O Tratado de Madri provocou a rebelião dos índios missioneiros dos Sete Povos, que pegaram em armas contra os exércitos de Portugal e da Espanha reunidos, dando origem à Guerra Guaranítica (1754-1756). Nessa guerra, os índios liderados por Sepé Tiaraju foram fragorosamente derrotados. Finda a contenda, o Tratado de Madri foi cancelado. Em seguida teve início uma nova guerra. Dessa feita, os castelhanos pegaram em armas e avançaram sobre o território do RS. Ocuparam o litoral gaúcho e catarinense até a Ilha de Florianópolis. Essa guerra, também denominada de invasão castelhana, durou entre 1763 e 1776. Essas guerras prejudicaram uma ocupação mais efetiva do RS pela coroa portuguesa, sempre interessada em ocupar o território que se estendia de Laguna até o Rio da Prata.

Mas apesar delas, e graças às excelentes condições naturais, o gado vacum se foi multiplicando rapidamente. É ele, aliás, em grande parte, que tornou possíveis estas lutas prolongadas, pois alimentou com sua carne os exércitos em luta. Segue-se a 1777, quando se assina a paz entre os contendores, um longo período de tréguas que iria até as novas hostilidades dos primeiros anos do séc. XIX. Estabelecem-se então as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde mercê de guerras se concentra a população constituída a princípio quase exclusivamente de militares e guerrilheiros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. (PRADO, JR 1992, p. 69).

Da paz selada entre Portugal e Espanha resultou o Tratado de Santo Ildefonso, firmado no ano de 1777.

Ilustrações 5 - Tratado de Ildefonso 1777



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Adaptado pela autora, 2013.

Dessa forma, o território português no atual RS avançou significativamente a norte e a oeste, garantindo a ocupação destas novas terras. Entre o Tratado de Madri, que foi assinado em 1750, e o tratado de Santo Ildefonso, de 1777, firmado entre as Coroas Ibéricas, ocorreu a invasão espanhola. E, durante esses 27 anos de invasão, o território do RS ficou limitado a sua menor área, que compreendia a “margem esquerda do rio Jacuí, desde Rio Pardo até o Guaíba, incluindo os Campos de Viamão até o rio Mampituba, e a faixa litorânea do Estreito para o norte. As terras localizadas entre a Vila de Rio Grande e Rio Pardo se transformaram em zonas de guerra e roubo de gado” (COSTA, 2004 p.82).

Depois da guerra, o governo tratou de acelerar a distribuição das sesmarias para garantir que as terras mais distantes fossem povoadas. As mesmas eram doadas para os combatentes lusos. E estes tiveram grande ligação com os índios missioneiros, pois utilizam o seu gado e o trabalho (VOGT, 2010).

Finalmente, em 1801, o RS ganhou, em termos gerais, as proporções que tem hoje. Naquele ano houve a incorporação das Missões por um bando armado e liderado por Manoel

dos Santos Pedroso e José Borges do Conto. Essa ação resultou novamente no avanço dos limites territoriais de Portugal no Sul do território meridional no Brasil, desta vez até as barrancas do rio Uruguai, assim conquistando as últimas reservas de campos ainda disponíveis. Esta alteração deixou o território do RS bem próximo dos limites atuais. (VOGT, 2001).

Foi, ainda, a partir de meados do século XVIII que Portugal principiou o povoamento das terras do RS com colonos açorianos. Estava inicialmente previsto que eles ocupariam os Sete Povos, fato que não se confirmou em função da Guerra Guaranítica e da anulação do Tratado de Madri. Eles receberam incentivos reais para se estabelecer nas conflitadas terras do extremo sul da América portuguesa.

Como não se tratava de regiões aptas para a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, como o açúcar ou outros, foi-se obrigado para conseguir povoadores (providência necessária porque se tratava de territórios contestados pela Espanha), a recorrer às camadas pobres ou médias da população portuguesa, e conceder grandes vantagens aos colonos que aceitavam ir-se estabelecer lá. O custo do transporte será fornecido pelo Estado, a instalação dos colonos é cercada de toda sorte de providências destinadas a facilitar e garantir a subsistência dos povoadores: as terras a serem ocupadas são previamente demarcadas em pequenas parcelas – uma vez que não se destinavam às grandes lavouras tropicais – fornecem-se gratuitamente ou a longo prazo auxílios vários (instrumentos agrários, sementes, animais de trabalho etc.). (PRADO JR., 1992, p. 95-96).

No intuito de povoar terras no RS, foram selecionados camponeses em grupos familiares, o que acabou tornando este fato único no Brasil. Conforme Osório (2007), a origem dos povoadores era variada (açorianos, mestiços e brancos de diversas partes do Brasil).

Até o final do século XIX o Rio Grande do Sul passou por um período afortunado decorrente da pecuária. O próximo item tratará do surgimento das primeiras estâncias no RS e sua importância econômica para o Estado.

2.4 O surgimento das primeiras estâncias

"Estância linda era aquela, onde a vista se estendia por mais de uma sesmaria de campo todo gramado; era de fama o seu gado, quer de corte, quer de cria" (Amaro Juvenal, 1978)

Para melhor entendimento do tema, faz-se necessário, primeiramente, fazer uma breve referência a dois termos que expressam conteúdo idêntico ou muito semelhante: estância e fazenda. Para Flores (1996, p. 220-221), a palavra fazenda foi

usada na colônia como sinônimo de “bens que andam em comércio”, negociar. No sentido mais geral, era termo equivalente a riqueza, recursos econômicos. Mas é certo que a expressão foi usada de maneira mais específica, algumas delas frequentes até o século XX. No início do século XVII, frei Vicente vinculou fazenda à atividade rural, mencionando um colono “que fez ali uma grande fazenda de gado, e outros a seu exemplo fizeram o mesmo (...)”.

O autor segue afirmando que “o significado de fazenda se aproxima muito da expressão *hacienda* que, na América Espanhola, estava muito associada aos latifúndios produtores de mantimentos ou criatórios para o mercado interno” (FLORES, 1996, p. 220-221). Salienta-se, também, que o termo fazenda não perdeu a vinculação estreita com a ideia de riqueza, ou de conjuntos de bens.

O arruinamento das fazendas também era acontecimento comum na época, tanto por causas naturais (epidemias e intempéries) quanto pelo endividamento dos senhores. Flores (1996, p.220-221) relata que, quanto ao aspecto operacional

o termo fazenda ligava-se à administração dos bens de um indivíduo. “Minhas fazendas” ou “meus negócios” eram quase sinônimos para designar as atividades econômicas, agrárias ou comerciais. Ter, aumentar ou conservar as fazendas eram, porém, tarefas difíceis, e raramente se transferiam as fortunas agrárias às gerações seguintes.

Na Fronteira do Rio Grande do Sul, o termo Estância e Campanha são utilizados para denominar grandes propriedades rurais, as quais normalmente são compostas por quadras de campo. Pode-se classificar o tamanho das propriedades de acordo com o termo designado, iniciando por chácara, sítio/rancho, fazenda, até chegar a Estância/Campanha. Nesse caso, é apenas uma designação popular para classificação dos tamanhos das propriedades.

Analisando as origens históricas das estâncias gaúchas, o historiador Dante de Laytano defende que as mesmas surgem no RS com a colonização portuguesa. Apesar de reconhecer que, nas reduções jesuíticas, os rebanhos eram confinados nas chamadas “estâncias dos povos”, para servir de alimento para os índios aldeados, assegura que, por esses estabelecimentos não possuírem finalidade comercial, mas atenderem somente à economia coletiva das comunidades, “não podem tais estâncias dos jesuítas ser comparadas com as estâncias portuguesas de propriedade individual, num regime de economia burguesa” (LAYTANO, 1952 p. 02).

Na mesma linha de Laytano, Cezar (2005, p. 63-64) argumenta:

De sorte que, embora se possa falar de estâncias de gado, na circunscrição territorial das missões espanholas formadas à margem esquerda do Rio Uruguai, em verdade o termo *estância*, naquele estágio da pecuária sul-americana, teve um emprego que fugiu ao seu próprio sentido. Na superfície quase interminável dos campos missioneiros (cerca de 170.825 quilômetros quadrados, segundo se disse ao tempo da incorporação territorial de 1801), o que os catecúmenos guaranis chamavam estância seria apenas um arranchamento provisório, construído naturalmente à maneira do aborígene, pelo mesmo aborígene.

Sobre o que considera uma estância perfeita, o autor (2005) defende que seria aquela que pudesse oferecer mais segurança ao seu proprietário. Seria aquela que estivesse cercada por limites naturais. Entendia por limites naturais, aquela cercada por morros íngremes, matos impenetráveis e rios profundos. Dessa forma, a estância ficava resguardada de possíveis roubos e da fuga do rebanho.

Em suas pesquisas sobre estâncias e fazenda, Luccas (2010, p.02) argumenta que estância é apenas uma denominação diferente para fazenda:

Criatórios denominados *estâncias* – também chamados *fazendas* no hemisfério norte do Estado – surgiram a partir da existência de pastagens qualificadas povoadas por rebanhos de gado *xucro* remanescente do empreendimento jesuíta. Não temos aqui uma definição de estância.

Percebe-se que não existe um conceito unânime adotado pelos pesquisadores sobre o que vem a ser uma estância ou uma fazenda, ou a respeito da diferenciação, da distinção concreta entre os dois termos. Osório (2002) defende que, no Brasil colonial, propriedades fundiárias com lavouras ou com criação de gado eram chamadas de fazendas. Para a autora, foi somente ao sul de Laguna que a expressão estância foi utilizada. Explica que se trata de um vocábulo espanhol que foi utilizado para designar as terras “destinadas à criação de gado”.

A autora salienta, ainda, que em meados do século XIX e durante o século XX o vocábulo estância se transformou em sinônimo de grande estabelecimento exclusivamente pecuário. Porém, essa imagem não corresponde à realidade do século XVIII e das primeiras décadas do século seguinte (OSÓRIO, 2002). Naqueles tempos, cultivos e criação ocorriam de forma conjugada.

De acordo com Flores (1996, p. 196-197), o termo estância provém de

estança: lugar onde se para, onde alguém se fortifica para repelir o inimigo; onde se descansa ou espera; morada fixa, residência ou assento; lugar onde estão os navios no porto, ancoradouro. Estança dos grumetes; parte do navio onde eles dormem e

comem. Cercado onde está empilhada lenha ou carvão para vender ao publico. Estabelecimento rural de criação de gado. O mesmo que fazenda de criação. A origem da estância, no Rio Grande do Sul, é a sesmaria, terras devolutas doadas por El Rei a quem fosse proprietário.

O historiador é enfático ao afirmar que “os primeiros animais que povoaram as estâncias dos Campos de Viamão foram retirados da Vacaria do Mar que pertencia aos índios dos Sete Povos” (FLORES, 1996, 196-197).

Ainda sobre a origem do termo estância, Cesar (2005, p.30) explica que o substantivo *estância* veio do latim *stare* (estar em pé, estar firme, estar imóvel), de onde *stantia* (coisas que estão de pé, paradas). Nos países de língua espanhola, como o Uruguai e a Argentina, a estância é conhecida como uma fazenda especializada na criação de animais. Em outras regiões igualmente colonizadas pela Espanha – por exemplo, Cuba e Venezuela –, significa “casa de campo com horta e próxima da cidade”.

Por seu turno, o termo fazenda foi destinado, de uma maneira genérica e informal, àquelas propriedades dedicadas à pecuária, mas sem a tradição e o peso político das anteriores. Com o tempo, os termos “estância” e “fazenda” passaram a ser usados como sinônimos.

Apesar da semelhança entre os termos citados, será utilizado o termo estância por ser mais conhecido e utilizado para denominar grandes áreas de terra com pastagens onde se desenvolve a atividade criatória de gado e na qual a agricultura aparece de forma subsidiária da atividade principal.

Para Flores (1996, p. 196-197),

as estâncias de criação os animais se reproduziam segundo a lei da natureza, durante 5 anos, sem técnicas para abreviar seu apronte. Antes do inverno realizavam a marcação; entre abril e junho faziam a capação de touros de mais de anos; de setembro a outubro repetiam a operação. De seis em seis meses havia rodeios para a contagem e cuidados com o gado. A tosquia das ovelhas era de outubro a novembro (...) Aproveitavam o couro dos bovinos para confecção de roupas, cintos, calçados, chapéus, arreios, móveis, forrações, surrões e tapetes; das aspás faziam botões canecos e vasilha para líquidos. O sebo servia para dar flexibilidade ao couro velho.

A apropriação da terra no RS nos séculos XVIII e XIX foi de suma importância para a configuração de sua estrutura fundiária, principalmente naquelas áreas onde poderia ocorrer a criação de gado.

A estância com função econômica determinada segundo o modelo platino, ou melhor; a estância clássica, definidora de um estilo de vida na área rio-grandense, só apareceu no século XVIII, depois de 1725. Não recebeu, porém, este nome, nos

documentos de origem português, se não mais tarde. Os primeiros povoados diziam “paragem”, “campos de cria”, “campos de gado”, “fazenda”. (CESAR, 2005 p.64)

Com a consolidação da conquista do Continente de São Pedro, e com a fundação da vila do Rio Grande, a palavra estância começou a ser usada para designar os estabelecimentos pecuários (CESAR, 2005).

As estâncias não eram somente responsáveis pela delimitação da área de ocupação, mas também as atividades desenvolvidas em seu âmbito eram de suma importância para o desenvolvimento econômico do RS. As estâncias também participavam diretamente na organização e formação dos espaços urbanos, tanto do ponto de vista estrutural e político quanto do socioeconômico e cultural.

A população luso-brasileira do Continente, graças ao gado e a seus caminhos, na região de Viamão, nos Campos de Cima da Serra e ao longo da costa até a barra do Rio Grande, deveria ascender em 1735 a, pelo menos, cerca de setecentos e cinquenta pessoas, ou seja, influxo de uns setenta e cinco povoadores por ano, desde 1725, quando se iniciou o povoamento luso-brasileiro do Extremo Sul com caráter permanente. A iniciativa particular havia preparado o terreno para que a Coroa, em 1737, fundasse – nos termos das instruções do próprio Rei D. João V – “uma Nova Colônia e Fortaleza no Rio Grande de São Pedro”, na margem sul do desaguadouro da Lagoa dos Patos. Viriam essa fortaleza (na época também chamada de “presídio”) e povoação ali erigidas desempenhar papel decisivo no povoamento, conquista e delimitação do atual Rio Grande do Sul. (GARCIA, 2010, p. 110).

As estâncias do RS sempre foram reconhecidas pelas suas diferenciações, não somente pela estrutura da sua formação ou da sua arquitetura rural, mas também pelos aspectos imateriais, morais e espirituais. Como cita Pinto (1986, p. 6), trata-se de “uma sociedade nascida dos entrechoques de fronteira, em quase dois séculos de guerra”.

Sobre a organização das estâncias, Prado Jr. (1992, p. 98) assevera que

Elas são, como notei, muito grandes, resultados de abusos que não foi possível coibir. Algumas são de 100 léguas (3.600 km²). Cada légua pode suportar de 1.500 a 2.000 cabeças, densidade bem superior à que encontramos no Norte e em Minas, o que mostra a qualidade dos pastos. O pessoal compõe-se de capataz e dos peões, muito raramente escravos; em regra, índios ou mestiços assalariados que constituem o fundo da população da campanha. Seis pessoas no todo, em média, para cada lote de 4 a 5.000 cabeças. Não há mesmo serviço permanente para um pessoal mais numeroso; e nos momentos de aperto concorrem peões extraordinários que se recrutam na numerosa população volante que circula pela campanha oferecendo seus serviços em todo lugar, participando do chimarrão e do churrasco aqui para ir pousar acolá, sempre em movimento e não se fixando nunca. Hábitos nômades e aventureiros adquiridos em grande parte nas guerras. Esta gente socialmente indecisa concorre sobretudo ao “rodeio”, o grande dia da estância que se repete duas vezes por ano, quando se procede à reunião do gado, inspeção, marcação e castração. Isto no meio de regozijos em que não faltam as carreiras de cavalos, o grande esporte do pampa.

Além disso, outros serviços eram prestados nas estâncias, como por exemplo, a queimada dos pastos, atividade que acontecia anualmente. No fim do inverno, em lua minguante de agosto até setembro, antigamente queimavam-se os campos destruídos pela geada. (FLORES, 1996).

A pecuária sul-rio-grandense se desenvolveu quase que naturalmente, sem muitos cuidados com a lida do gado e sem maiores preocupações com o refinamento genético e com os cuidados sanitários dos animais. “É a natureza propícia que realiza o melhor, e o homem confia mais nela que em seus esforços. E por isso a sua produção não é brilhante.” (PRADO JR. 1992, p. 99).

Conforme Flores (1996, p. 196-197):

A estância era auto-suficiente em alimentos produzindo também, em espaço cercado, trigo, feijão, arroz, mandioca, abóbora, batata doce, hortaliças e árvores frutíferas. No Século XVIII a sede das estâncias eram cabanas de pau a pique, rebocadas de barro e cobertas de capim, tendo geralmente três peças. As das extremidades eram quartos dos filhos; a do meio era o quarto do casal e cozinha, com fogo de chão onde cozinhavam os alimentos numa panela de ferro de pendurar numa trempe, e esquentavam a água do chimarrão numa cambona.

O costume pastoril no RS confunde-se com a sua própria história, tamanha é a sua influência. À medida que as estâncias foram criando forma, mais esta cultura criou raízes e características peculiares.

A respeito do estancieiro, construiu-se, posteriormente, um discurso que atribui a ele a origem do sentimento bairrista e tradicionalista dos gaúchos. O amor do estancieiro pela terra e pelas coisas do Rio Grande, defendido em verso e prosa nos textos sobre as primeiras estâncias, é assim explicitado por Pinto (1989, p. 14):

O homem do Rio Grande, homem dos grandes espaços, da vida ao ar livre, acostumado a viver no pampa imenso, amante da sua terra, acostumado às lutas de fronteira e às lutas políticas, sempre exerceu enorme fascínio sobre seus compatriotas. Sóbrio, altaneiro e brioso, cômico de seu valor, era orgulhoso de sua terra, que defendeu durante mais de um século contra os invasores espanhóis. Tanto na paz, cuidando de seus rebanhos na extensão imensa dos campos, como na guerra, defendendo sua pátria e seus ideais, vivia sempre a cavalo. Este é o homem do Rio Grande, o homem das estâncias. O estancieiro era quase um homem pacífico e trabalhador, mas marcado pelas condições do espaço e do clima onde havia crescido e onde veio a criar sua família. Por isso seus hábitos quando comparada a cultura que se desenvolveu na serra com a predominante no pampa, apresentam características diversas. Mas sob vários aspectos esses costumes se identificam, certamente porque resultantes de inúmeras situações comuns a ambas as regiões consideradas.

Sobre as casas existentes nas antigas estâncias, estas geralmente eram de um só piso. Atualmente, ainda é possível encontrar algumas remanescentes. De acordo com Laytano (1952), a estância compreendia os seguintes itens: a fazenda propriamente dita, a assim chamada casa do dono; a casa do capataz; a casa da peonada; o galpão; instalações para benfeitorias na fazenda (cavalariças, estábulos e esterqueiras); e hortas, galinheiros, pocilgas etc. Laytano, talvez inadvertidamente, parece ter se esquecido dos escravos e da senzala. Como se verá adiante, a força de trabalho escrava era imprescindível nas estâncias do RS.

A formação histórica do RS se deu, em grande parte, baseada na economia pastoril. Conforme enfatiza Farinatti (2007, p. 91), ela foi a grande responsável pela ocupação dos campos da Fronteira.

Não há como negar que a expansão pecuária desencadeada nas primeiras décadas do século XIX, com a conquista e ocupação estável da Fronteira pelos luso-brasileiros, criou um universo agrário onde havia pecuaristas de enorme vulto.

Isso posto, pode-se afirmar que as estâncias de criação de gado influenciaram decisivamente no desenvolvimento da economia, da sociedade e da cultura do RS. A pecuária ditou, por três séculos, não somente os rumos da economia, mas também da política gaúcha. Sendo assim, as estâncias influenciaram na formação territorial do estado.

3 A ECONOMIA GAÚCHA, GADO E ARQUITETURA

“A formação social do povo do Rio Grande do Sul assenta-se sobre o primitivo núcleo de produção rural a que se chamou de ESTÂNCIA.” (Paulo Xavier)

A economia gaúcha, durante os séculos XVIII e XIX, organizou-se e constituiu uma identidade própria quando comparada com a do restante do Brasil. “O povoamento e a montagem de uma sociedade luso-brasileira no território sul-rio-grandense transcorreram tardiamente e foram determinados por imperativos militares e visando a fins estratégicos” (HERRLEIN JR. 2004, p.177).

A posição de fronteira do RS permitiu características únicas para a região, principalmente pelas ocupações de grandes áreas por meio das sesmarias, com o intuito de instalação de estâncias para a criação de gado. A sociedade pecuarista que se desenvolveu nos campos foi de grande importância para o desenvolvimento econômico inicial do RS. Os estabelecimentos de charque, que tiveram sua base na produção escravista, e que causaram grande impacto no panorama econômico do Brasil meridional, foram atividades subsidiárias da atividade principal, que foi a criação de gado.

Ao analisar a economia gaúcha na segunda metade do século XIX, Herrlein Jr. constatou ser nítida a presença de duas formas de produção econômica e fundiária na Província: a agropecuária colonial e a pecuária extensiva. A pecuária extensiva, entretanto, dava claros sinais de que estava começando a passar por mudanças:

O aspecto menos notável nessas lentas transformações terá sido a mercantilização dos meios de vida na Campanha, atingindo a vida nas estâncias, através da desarticulação de sua produção de subsistência, já afetada pelo declínio do escravismo na segunda metade do século XIX. É provável que a melhoria dos meios de transporte e o desenvolvimento do comércio estivessem paulatinamente tornando antieconômica a auto-suficiência das estâncias. As cidades da Campanha, outrora ricas povoadas de florescente comércio, abrigando os grandes proprietários rurais e suas famílias, passavam a receber os contingentes de homens excedentes na nova vida das estâncias. O cercamento das terras e o transporte ferroviário, ao diminuir as tarefas da criação e movimentação do rebanho, facultaram a redução dos contingentes de peões e tropeiros, cuja relação com o proprietário estabelecia-se cada vez mais sob a forma de assalariamento. Contudo, a maior parte da riqueza do Rio Grande do Sul ainda estava concentrada na Campanha e nas principais cidades do sul. (HERRLEIN JR, 2004, p.181).

Como é possível perceber, o sistema econômico da Província foi baseado na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva. Isso ocorreu nas áreas de campo do RS, o que

proporcionou a concentração da riqueza (terra, escravos e gado) e, conseqüentemente, inibiu e prejudicou o desenvolvimento posterior da região. A criação extensiva de gado, fundamentada em relações escravistas e semisserviços de produção, atravancou o processo de desenvolvimento do capitalismo, gerando atraso tecnológico e inibindo o mercado.

Durante os anos de 1780 a 1820 tinha ocorrido certa expansão e mercantilização da economia sul-rio-grandense. “Expulsos os espanhóis de Rio Grande, ocupada de 1763 a 1776, a Capitania expandiu a lavoura do trigo e a criação bovina, valorizada pela introdução das charqueadas neste período.” (HERRLEIN JR, 2000, p. 04). As charqueadas foram as grandes responsáveis pelo incremento da escravidão na economia gaúcha, incremento porque a força de trabalho cativa esteve presente nas estâncias de criação de gado desde o início. O setor charqueador foi responsável por modificar o panorama econômico no RS. A pecuária extensiva, que era praticada nas estâncias, encontrou um importante centro de referência nesse setor. Iniciou-se, dessa forma, um novo subsistema econômico, conhecido como pecuário-charqueador.

A exploração comercial das estâncias não estava lastreada somente sobre os couros ou sobre a carne bovina, mas sobre todos os derivados do gado. Excetuando uma pequena quantidade que era consumida dentro da própria Província, o charque sulino tinha como principais mercados consumidores as regiões mais mercantilizadas do nordeste e do sudeste do Brasil. Ali servia de alimento barato para a escravaria e para a população pobre.

O mercado para o charque apresentava uma relativa estabilidade, pois o produto era o componente básico na alimentação da escravaria nacional, pouco oscilando sua demanda diante de conjunturas desfavoráveis à agroexportação. Em contrapartida, por representar um custo fixo para as *plantations* escravistas em todo o País, os proprietários de escravos opunham-se à proteção do mercado nacional para o charque gaúcho, posicionando-se em favor do livre ingresso do charque platino. Um aumento dos preços do charque e a conseqüente elevação da renda na região gaúcha representavam um aumento de custos para a produção escravista do nordeste e do sudeste do Brasil. Estabeleceu-se, portanto, uma contradição entre as frações regionais da classe proprietária de terras, com nítida desvantagem para os estancieiros gaúchos. (HERRLEIN JR., 2000, p. 05).

Os interesses dos proprietários de estâncias, coadunados com uma parcela do setor ligado ou dependente da atividade charqueadora, são os principais responsáveis por muitos dos movimentos políticos e expressões culturais autonomistas que aconteceram dentro do RS:

Embora os caudilhos sul-rio-grandenses estivessem enquadrados na estrutura do Império, não estiveram alheios às influências de ideias e movimentos que incendiavam a bacia do Prata. Além disso, indicamos que os estancieiros, apesar de

constituírem fração da classe nacional proprietária de terras, tinham interesses contraditórios no seio dessa classe. Após a proclamação da Independência, o isolamento geográfico da Província e o descaso das autoridades centrais com os interesses sociais e econômicos nela sediados acentuaram o descontentamento das classes proprietárias, fomentando em 1835 a Revolução Farroupilha. Esse movimento, de caráter republicano e federalista, levou a constituição de uma República Rio-grandense, que ocupou a maior parte do território provincial, conclamando as demais províncias do Império a se rebelarem e constituírem uma república federativa. (HERRLEIN JR., 2000, p. 05).

Após o término da Revolução Farroupilha, que agitou a Província entre 1835 e 1845, o governo central brasileiro, para o benefício da elite política e econômica gaúcha, favoreceu a produção de charque sul-rio-grandense. As guerras e os conflitos políticos existentes nos vizinhos países platinos também contribuíram para a prosperidade da pecuária e das charqueadas do RS.

Os “saladeros” platinos, em comparação com os sul-rio-grandenses, haviam se modernizado com as novas tecnologias introduzidas, como a máquina a vapor, em 1838. Isso possibilitou aperfeiçoar a exploração dos subprodutos da carne, com a utilização da força de trabalho assalariada e com a transferência dos saladeiros para o litoral, deixando-os mais próximos do local de embarque da produção. Mas essas melhorias produtivas ocorridas nos saladeiros platinos foram interrompidas pelo conflito chamado de “Guerra Grande”, quando forças armadas uruguaias, em conjunto com forças militares argentinas, conflitaram contra o Brasil, que se aliou a Urquiza e Artigas. Esse fato culminou com a intervenção brasileira no Prata para derrubar Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina. Durante esse conflito, significativa parcela do gado uruguaio foi contrabandeado para as charqueadas sulinas, sendo alvo das chamadas “Califórnia” promovidas por estancieiros gaúchos. Dessa forma,

o tratado de 1851, que assinalou a derrota de Oribe, sedimentou a desorganização da atividade saladeril uruguaia: estabeleceu que o gado uruguaio não pagaria imposto seria onerado com taxas para entrar no país. Desta forma, beneficiavam-se as charqueadas sulinas, com a possibilidade de obtenção da matéria-prima a baixo preço, tendo por outro lado dificultada a entrada de concorrente no mercado interno (PESAVENTO, 1980, p. 41).

A posterior Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1865 e 1870, que envolveu Brasil, Uruguai e Argentina contra o Paraguai, veio agravar essa situação para os uruguaios.

Assim, a partir de meados do século XIX, houve a possibilidade de ocorrer o desenvolvimento das charqueadas sul-rio-grandenses. O favorecimento da expansão da atividade ainda foi beneficiada pelos baixos custos de produção. Havia oferta de mão de obra, pelo menos até 1850; o preço do gado, por envolver pouco trabalho, era baixo; a terra era

adquirida por concessão de sesmaria e não acrescentava custos ao valor final. Acresce-se a isso o fato de haver, nas áreas de plantação de café, um vasto mercado consumidor, ávido por adquirir charque para a escravaria.

Porém, já a partir da década de 1860, iniciou-se uma lenta, longa e gradativa crise nas charqueadas do RS. Um dos motivos para a estagnação da econômica pastoril foi a extinção do tráfico negreiro, em 1850, e o aumento da produção cafeeira no centro do país, o que passou a atrair a mão de obra que foi deslocada para o centro, ou seja, para a zona produtora de café, que então era o eixo central da economia brasileira.

Tal mecanismo se dava dentro de um processo mais amplo, desenvolvido ao longo do século XIX, que faria o Brasil transitar de uma economia escravista para uma economia baseada na mão-de-obra livre. No Rio Grande do Sul, este processo manifestou-se, na perspectiva dos grupos escravistas locais, como “uma crise de braços”. Economia subsidiária da economia central de exportação, a sulina tinha parte de seus ganhos captados pelo centro, frente à dificuldade de obtenção de mão-de-obra e à elevação do seu preço, a maior parte dos gastos incidiram na reposição da força de trabalho. (PESAVENTO, 1980, p. 42).

A mão de obra nas estâncias era, em grande parte, realizada pelo braço escravo. Embora a historiografia sul-rio-grandense tivesse negado ou minimizado a presença do escravo no RS, sua presença não pode ser desprezada. O labor cativo era utilizado em atividades campeiras que incluíam atividades como costear, domar, castrar, marcar, tratar e curar os animais, além de série de atividades subsidiárias de uma estância: lavrar a terra, fazer o plantio e a colheita, rachar lenha, trabalhar na atafona para a confecção de farinha de mandioca e exercer atividades domésticas. Assim, para conseguir mais produção nesse sistema, ou se aumentava o número de escravos ou se forçava o escravo a ampliar o seu turno, levando-o ao esgotamento físico e sempre com supervisão para garantir o feitiço do trabalho. E, na maioria das vezes, essa vigilância sobre os escravos se dava com o uso de violência física, provocando lesões e até a incapacitação do escravo, forçando os estancieiros à reposição de mão de obra.

Mas, na estância, havia também os trabalhadores livres. Parte do trabalho relacionado com a criação de gado, que consistia no costeio do gado, na marcação e na castração, eram executados por peões temporários ou permanentes que, geralmente, possuíam baixo nível técnico. Podem, também, ser considerados trabalhadores “semilivres”, por possuírem vínculos de dependência pessoal em relação aos estancieiros. Uma parcela significativa desses peões e de seus agregados, morando de “favor” nas franjas das estâncias, sendo utilizados para tarefas ocasionais.

As estâncias de criação de gado eram quase autossuficientes, ou seja, precisavam produzir quase tudo para sua subsistência e reprodução. Isso acontecia porque, no mercado, havia pouca possibilidade de uma estância se abastecer com os víveres necessários para alimentar seus moradores. Para o mercado destinavam, basicamente, o gado. O grande mercado do gado eram as charqueadas.

A pecuária assim praticada produzia mercadorias e gerava excedente mercantil para os proprietários de terra, sem caracterizar-se como produção capitalista de mercadorias. O estancieiro simplesmente procurava ampliar o máximo a renda que podia obter da riqueza que detinha. Enquanto produção sob domínio do capital mercantil – que se estendia à produção do charque e ao seu transporte e colocação final no mercado –, a pecuária produz formalmente mercadorias, valores de troca cuja magnitude se define no mercado, sem guardar proporção com o trabalho direto aplicado à sua produção. (HERRLEIN JR., 2000, p. 7).

Tendo por fonte uma estatística dos rebanhos existente para o RS e encaminhada ao vice-rei de Portugal em 29 de dezembro do ano de 1787, Dante de Laytano elaborou uma tabela, discriminando por localidade, a quantidade de gado então existente, lembrando que neste referido ano, Rio Pardo era constituído das seguintes localidades: Jacui/Paquiri, Couto, Encruzilhada e Santo Amaro. Sendo assim, utilizou-se os dados dessas localidades para calcular o total dos rebanhos de Rio Pardo.

Na tabela abaixo, sistematiza-se os dados apresentados por Laytano. Analisando a tabela, verifica-se que a composição dos rebanhos em Rio Pardo, em 1787, seria a seguinte: 16,60% de boi manso, 44,25% de gado vacum, 52,54% de equinos, 60,27% de muares, 56,49% de asininos e 46,32% de ovinos. Levando esses dados em consideração, é possível constatar que o Município de Rio Pardo possuía praticamente a metade dos rebanhos do RS em seu território, confirmando ainda mais sua importância na economia e na formação pastoril da Capitania.

Tabela 1 - Estatística dos rebanhos

Estatística dos rebanhos existentes em 1787, no Rio Grande do Sul

Local	Bois mansos	vacuns	equinos	muares	asininos	ovinos
Rio Grande	946	19.170	6.531	47	8	200
Povo Novo	784	7.765	3.431	19	10	108
Serro Pelado	746	59.200	14.899	475	31	3385
Estreito	1.611	21.602	5.880	89	85	462
Mostardas	2.014	57.866	6.551	726	74	507
Rio Pardo	315	6.404	2.309	125	22	80
Jacui/Paquiri	582	103.049	36.655	2.372	336	2283
Couto	305	7.528	3.064	30	40	1070
Encruzilhada	440	104.616	27.342	1.428	218	4672
S. Amaro	426	61.226	28.564	1.693	471	7164
Taquari	332	4.861	2.108	100	8	1752
triunfo	440	94.894	23.775	1.061	252	6080
Porto Alegre	465	5.621	1.599		10	109
Cai	381	23.417	7.618	517	181	3002
N. S. Anjos	480	7.516	5.305	262	41	1090
Viamão	981	35.487	5.613	216	58	502
S. Antonio	791	10.457	2.914	44	10	86
NSConceicao	416	8.485	2.225	167	69	406
Total RS	12.455	639.164	186.383	9.371	1.924	32958
Total RIO PARDO	2.068	282.823	97.934	5.648	1.087	15269

Fonte: adaptada pela autora a partir de Laytano, 1983, p.150.

Embora esses e quaisquer outros dados estatísticos tenham que ser tomados com cautela por serem imprecisos, fica comprovado que as estâncias de Rio Pardo foram responsáveis pela metade dos rebanhos do RS. Observa-se que, nesse período, a pecuária era a atividade principal na capitania, sendo ela a grande responsável pela forma de apropriação do território.

Os proprietários de estâncias, na grande maioria, possuíam mais que uma propriedade e eram de famílias ricas e renomadas. Gostavam de ostentar sua posição social e o seu prestígio, como é possível notar na descrição de Auguste de Saint-Hilaire (1997, p. 435 - 436). Em sua viagem pelo Rio Grande do Sul entre 1820/21, o botânico francês constatou que os estancieiros eram os homens ricos da capitania e possuidores de rebanhos que se multiplicavam a solta pelos campos. Mas também enfatizou que seus mobiliários eram parcos:

tenho dito inúmeras vezes que há nesta capitania homens muito ricos; contam-se numerosos estancieiros com renda de até quarenta mil cruzados e, no entanto, em suas casas nem o mobiliário demonstra uma tal fortuna. (...) “é no equipamento de seus cavalos que a gente desta região procura ostentar maior luxo; os estribos de prata, a testeira, o freio a retranca de seus cavalos são guarnecidos de placa desse mesmo metal mas essa despesa não se renova seguidamente, absorvendo somente parte muito pequena de renda dos que a fazem. Asseguram-me que, em geral, os proprietários não guardam dinheiro; jogam muito menos que outrora.” (SAINT-HILAIRE 1997, p.435-436)

Osório (2007, p. 110), a partir de inventários *post-mortem* pesquisados, fez uma análise comparativa do patrimônio existente nas estâncias no período que se estende entre os anos de 1765 e 1825. Esse longo período de 60 anos foi dividido em três. O primeiro, que vai de 1765 a 1785, e o terceiro, que vai de 1815 a 1825, são períodos em que o RS está envolto em guerras. Já o segundo período, que vai de 1790 a 1810, é caracterizado por paz.

Tabela 2 - Comparativo de bens de produção no patrimônio produtivo das estâncias

Participação (%) dos diferentes bens de produção no patrimônio
produtivo das estâncias, por tamanho de rebanho vacum e períodos, 1765-1825

Estâncias com 101 a 1.000 vacuns						
Períodos	animais (%)	terras (%)	escravos (%)	equip/prod (%)	n° médio escravos	n° de inventarios
1765-1785	44,8	16,2	35,4	3,5	5	19
1790-1810	26,9	40,2	30	2,8	6,3	65
1815-1825	24,8	43,4	29,3	2,4	9,2	51
Estâncias com mais de 1.000 vacuns						
Períodos	animais (%)	terras (%)	escravos (%)	equip/prod (%)	n° médio escravos	n° de inventarios
1765-1785	66,6	9,2	23,1	1,1	15,7	6
1790-1810	38,4	39	20,1	2,4	21,8	15
1815-1825	48,1	34,8	16,5	0,5	22,1	26

Fonte: Osório, 2007 p.111

A partir do quadro montado, a historiadora concluiu que as grandes estâncias conseguiam comportar variações de patrimônio para todos os períodos, incluindo os de guerra e os de paz, porém, nas estâncias médias, esta composição do patrimônio ocorreu de forma diferente, sofrendo grandes variações.

Nos períodos de guerra (1° e 3°), o percentual de animais era maior que o de terra, tanto para as médias como para as grandes estâncias, sendo, no entanto, diferente para ambas no período de paz. Nas estâncias médias, a cada período, o seu percentual de animais diminuiu; em contrapartida, o percentual de terras aumentou. Sendo assim, a autora constatou que “para os proprietários de unidades produtivas de tamanho médio (...) as terras e benfeitorias passaram, a partir da década de 1790, a ser o bem de produção mais importante de seu patrimônio, seguido dos escravos e dos animais.” (OSÓRIO, 2007 p. 110). Já para os grandes estancieiros não havia essa dificuldade encontrada pelos proprietários de menores rebanhos e, desta forma, conseguiram concentrar seu capital no rebanho.

O gado no RS, durante o período de 1765-1825, ainda era criado em campos abertos, ou seja, os rebanhos ainda eram constituídos por animais selvagens. Osório descreve em seu livro como era feito o “arrebanhamento” do gado por volta de 1769:

[...] há naquele continente uma porção grande de homens vadios que o mesmo país lhes tem dados o nome de gaudérios, estes cresceram em números com o a invasão do Rio Grande, na qualidade são meios espanhóis, outros índios bastardos de varias nações. Ali se conservam sem ofício nem beneficio, não são lavradores, não são jornaleiros, não são criadores, só tem por ofício o vagar, e colher o que na realidade não plantão: estes se ocupam em arriar, ou furtar animais [...] das fazendas de Montevideo, [...] e de outros muitos rincões e campanhas, introduzindo-os pelas fronteiras os vendem no nosso país.” (PEREIRA, apud OSÓRIO, 2007, p. 63)

Na mesma pesquisa, Osório também comparou as estâncias da campanha rio-grandense com as de Buenos Aires, já que as propriedades dos nossos vizinhos argentinos são idênticas às do RS, tanto na composição das benfeitorias e animais como no setor produtivo.

Tabela 3 - Comparação da composição do patrimônio produtivo

Comparação da composição do patrimônio produtivo na campanha de Buenos Aires (1751-1815) e Rio Grande do Sul (1765-1825)

Patrimônio	Campanha Bueno Aires	Rio Grande do Sul
	1751-1815*	1765-1825**
animais %	54	38
terras, benfeitorias e produção %	27	39
escravos %	18	23
proprietários de escravos %	52	94
proprietários de terra %	58	84
nº médio de escravos	4	9
rebanho vacum médio	790	995
nº de inventários	281	265

Fonte: Osório, 2007 p.112.

De acordo com a tabela acima, pode-se constatar que nas propriedades criadoras de gado da campanha da fronteira do RS havia mais que o dobro de escravos em relação às propriedades da Campanha de Buenos Aires. Em contrapartida, os vizinhos possuíam 54 % do seu patrimônio em animais. Porém seus rebanhos de gado vacum eram menores se comparados com as estâncias do RS, que possuíam quase 200 cabeças de gado vacum a mais, ou seja, os rebanhos rio-grandenses eram maiores.

Sobre a propriedade da terra, é possível notar que, enquanto, no RS, 84% dos produtores eram proprietários das terras, em Buenos Aires, apenas 58% eram proprietários, ou seja, o arrendamento das terras era maior no país vizinho. “A forma de acesso à terra

constituía, portanto, uma das diferenças importantes entre as duas regiões”. (OSÓRIO, 2007, p. 112-113)

As formas de apropriação da terra foram feitas de forma diferente entre as duas campanhas, porém muito outros fatores foram semelhantes entre esses dois países e suas estâncias, como por exemplo, os rebanhos, os costumes, as técnicas de lida de campo, a casa de morada dos estancieiros, a linguagem e as vestimentas. São raízes de uma identidade formada antes mesmo da fronteira do RS ser definitiva como se conhece nos dias atuais.

E para entender melhor a importância da estância no RS e como era a sua infraestrutura, iremos, a seguir, explicar sobre a arquitetura estancieira, onde abordaremos as benfeitorias e suas utilidades, o modo de vida e algumas peculiaridades que havia dentro dos complexos das estâncias no RS.

3.1 Arquitetura estancieira

“A arquitetura é um fenômeno eminentemente cultural. As interações entre as diversas culturas são difíceis de mensurar.” (WEIMER, 2005 p. 21)

Refletindo o poder econômico dos grandes estancieiros do RS, tem-se o surgimento das edificações indispensáveis na estâncias, para o seu bom e adequado funcionamento. Algumas das estâncias ostentavam riqueza e poder, o que é possível ser observado verificando algumas das casas sedes e capelas que sobreviveram à ação do tempo.

Dentro do complexo da estância, havia, normalmente, grande movimento de escravos e trabalhadores semilivres, responsáveis por garantir a produção de mercadorias destinadas ao mercado (normalmente constituído do gado em pé), e também pelo próprio abastecimento da unidade produtiva. E, para tanto, as estâncias deveriam possuir algumas instalações necessárias: residência da família e/ou sobrado, capela, atafona (engenho de farinha de mandioca), tulha, depósito de grãos e verduras, casa do charque, pomar, jardim/horta, depósito geral de máquinas e ferramentas, área de serviços gerais e a senzala (MACEDO, 1987). Portanto, a estância era constituída por um conjunto que envolvia casas, campos e uma série de benfeitorias.

Todas essas edificações formavam o complexo da infraestrutura de uma estância. Algumas dessas construções possuíam mais importância e destaque em uma estância do que

em outra, embora todas elas fossem edificações regularmente encontráveis nesse tipo de instalações rurais. Eram de suma importância não somente para o abastecimento, mas também para a elaboração de produtos que se tornavam mercadoria, como por exemplo, os subprodutos do boi - charque, couro, sebo, banha - e os produtos da plantação onde a farinha de mandioca adquiria importância destacada (MACEDO, 1987)

A sede da estância, preferencialmente, era construída sobre sítios elevados, como coxilhas e cerros. A partir desses locais, o estancieiro e ou seus administradores podiam ter uma visão ampliada dos arredores. Isso beneficiava a observação do rebanho, dos trabalhadores e, em caso de algum ataque, permitia algum tempo para providenciar a defesa ou a fuga do local.

As primeiras casas sede das estâncias tinham caráter provisório e foram construídas com materiais pouco duráveis. Utilizava-se, nessas construções, materiais encontrados dentro ou no entorno da estância, tais como: madeira, pedras, taquara e barro. Na medida em que se estabilizou a posse da terra e que os ataques por parte de índios e de castelhanos não mais aconteciam, as edificações começaram a ter caráter mais permanente e foram sendo construídas com materiais mais sólidos e duráveis, e o modo de construção passou a ser mais eficiente. Passou-se a utilizar tijolos, telhas de barro e pedras de arenito.

Na sua passagem pelo RS em 1865, o Conde D'Eu fez um breve comentário sobre a vida do estancieiro e da sua residência. Embora muitas estâncias pudessem demonstrar ostentação nas casas sede a vida era bastante modesta e o conforto era escasso.

não posso facilmente imaginar existência mais triste que a destes estancieiros, perdidos no meio daqueles imensos campos. As suas casas, que nunca têm senão andar térreo, são de taipa, apenas caiadas, com tetos de madeira; às vezes sem assoalho e sem janelas: nesse caso é preciso optar, como tivemos que fazer esta noite, entre o frio e a escuridão; e todavia nestas modestas habitações aparecem sempre fronhas e lençóis enfeitados de rendas! Por detrás da casa há geralmente um espaço com algumas laranjeiras que dão más laranjas, e outro em que cresce o feijão e o trigo necessário para o consumo da família.[...] Ao lado há um espaço fechado para guardar cavalos, quando é preciso; um pouco além aparecem acima do capim algumas cruces que marcam as sepulturas dos habitantes. Além da família do proprietário há sempre nestas residências quatro ou cinco negros e negras para o serviço, condenados a viver neste clima, que evidentemente não é para eles, e bem diferentes daqueles negros tão robustos, tão bonitos, ousarei eu dizer, que povoam as ruas da Bahia ou de Pernambuco. (D'Eu, 1981 p.46-47).

A arquitetura estancieira no RS teve seus pontos de pico exatamente nos momentos conjunturais em que a atividade econômica predominante – a criação de gado – proporcionava altos dividendos aos estancieiros. Foi graças à abundância proporcionada pela atividade

criatória que se tornou possível investir em novas e melhores instalações dentro das estâncias, resultando em edificações únicas, singulares, ricas em detalhes e históricas, justamente por procurar ostentar a riqueza e o poder social de famílias estancieiras. Esse fato proporcionou o desenvolvimento de uma arquitetura rural única nos campos do RS. Essa arquitetura peculiar, influenciada pelo meio e pela atividade econômica exercida, não encontra semelhança no restante do Brasil. Trata-se, portanto, de uma linguagem e identidade única de referência em arquitetura rural estancieira. (LUCCAS, 2010).

Para entender um pouco mais de como era a estância nessa época, serão detalhadas algumas das principais edificações que compunham o complexo infraestrutural de um empreendimento desses.

3.2 As casas-sede

Por não haver muitos estudos específicos a respeito da casa rural no RS, e sim sempre do conjunto rural e urbano, ou ainda da arquitetura popular, serão cruzadas as referências entre rural e urbano nesta pesquisa. As casas rurais são consideradas a matriz das casas urbanas, como comenta Macedo (1987, p. 67): “É conveniente explicar a casa rural por duas razões: primeira, porque foi a geratriz da casa em fita urbana¹; segunda, por que ela abrigou equipamentos cuja denominação, uso e posição chegaram até nossos dias”. Ou seja, a partir das casas rurais, iniciou-se o processo de urbanização das cidades com a construção das casas urbanas em fita.

A grande diferença entre elas é que a casa rural se desenvolveu da frente para os lados, sendo que a urbana ocorreu da frente para os fundos, moldando-se aos lotes urbanos que eram reduzidos na frente. Maestri (2001, p.36) comenta também que, em virtude do meio rural ser mais “rico”, muitas vezes a cidade imitava o campo.

A casa sede, casa grande ou simplesmente a residência do estancieiro era a edificação destaque dentro do complexo que formava a estância. Era nela que a grande família do estancieiro morava, ainda que temporariamente. A casa-sede, no caso de estancieiros afortunados, ostentava e demonstrava o poder aquisitivo e o *status* social de seu proprietário. Nesse caso, normalmente, as edificações esbanjavam em objetos e adornos nas fachadas.

A casa-sede geralmente era a única edificação do conjunto que ficava acima do solo. Abaixo, geralmente havia um porão com a altura de uma pessoa. “Assim, embora a área da

¹ Conjunto de casas com telhado único e fachada comum. (Macedo, 1987 p.66)

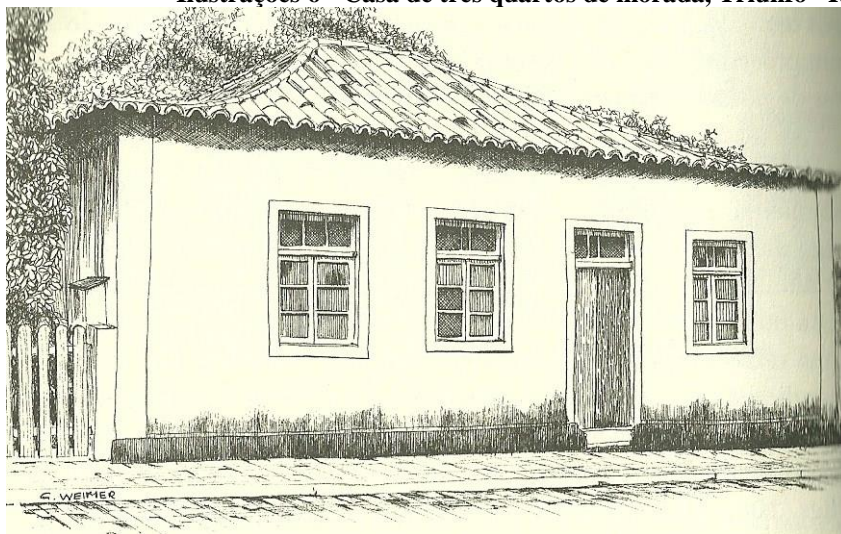
habitação não fosse predominante sobre a das demais instalações, a sua altura a colocava em posição de destaque, com uma fachada que se impunha sobre as demais paredes” (LAYTANO 1969, p. 116). Normalmente, a casa era construída no terreno com a fachada principal voltada para o leste e o norte. Isso acontecia para proteger a casa de possíveis rajadas de vento minuano que sopram no RS na direção sul-norte e oeste-leste, e se constituem de ventos muito frios nas estações de outono e inverno. Com esse tipo de fachadas, também ocorria um melhor aproveitamento dos raios solares nos ambientes frontais da casa. Na sua grande maioria, as casas-sede eram térreas, porém, há exceções. Estancieiros de maiores posses também construía sobrados, o que se constituía numa um forma de ostentar riqueza, como comenta Weimer:

Com a evolução histórica dos domínios e das conquistas, a diferença entre nobres e plebeus, suseranos e vassalos foi atenuada, e qualquer cidadão português aspirava a morar num sobrado. Muitas vezes fazia o possível e tentava até o impossível para dar a aparência de um sobrado a sua casa térrea. (WEIMER, 2005, p. 206).

A imponência das casas-sede dava destaque às estâncias, principalmente quando comparadas com as residências rurais de propriedades menores. A casa sede possuía uma porta frontal que era avistada de longe, e geralmente ficava ao centro do bloco da residência. Na segunda metade do século XIX, a casa era composta por cômodos que, nos dias atuais, não são mais usados, como é o caso do quarto escuro ou alcova², onde ficavam recolhidas as moças solteiras. Os demais cômodos da casa geralmente possuíam apenas uma janela. Somente a sala, se era muito grande, possuía mais aberturas. Os dormitórios se localizavam na fachada principal, motivo pelo qual era possível saber quantos dormitórios havia na residência apenas contando a quantidade de janelas existentes, como fica claro pelo exemplo dessa residência simples, que possuía, ao todo, três dormitórios.

² Quarto situado no interior da residência, sem janelas ou portas para o exterior.

Ilustrações 6 - Casa de três quartos de morada, Triunfo –Rs

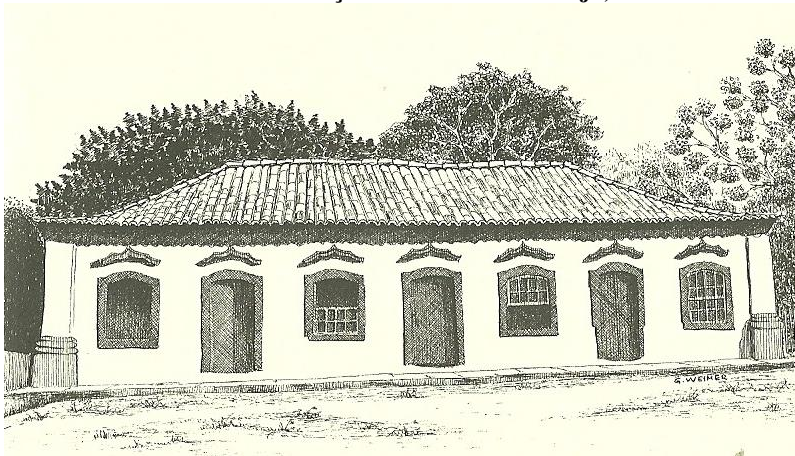


Fonte: Weimer, 2005, p.200.

Günter Weimer (2005) afirma que quanto mais janelas na fachada, mais facilidade em combinar o local da porta, preservando a simetria. Mas, na maioria das vezes, a porta de entrada era colocada no centro da fachada. A quantidade de aberturas também indicava o poder aquisitivo do proprietário, já que cada cômodo era composto de, no mínimo, uma janela, salvo o quarto escuro.

Casas com cinco ou mais janelas remetem a proprietários de grandes posses ou poder (fazendeiros, governantes, padres, funcionários, comerciantes). Quando se tratava de casas urbanas, muitas vezes eram pertencentes a fazendeiros que as utilizavam no período de entressafas. (WEIMER, 2005, p.204).

Ilustrações 7 - Casa Azambuja, Santo Amaro-RS



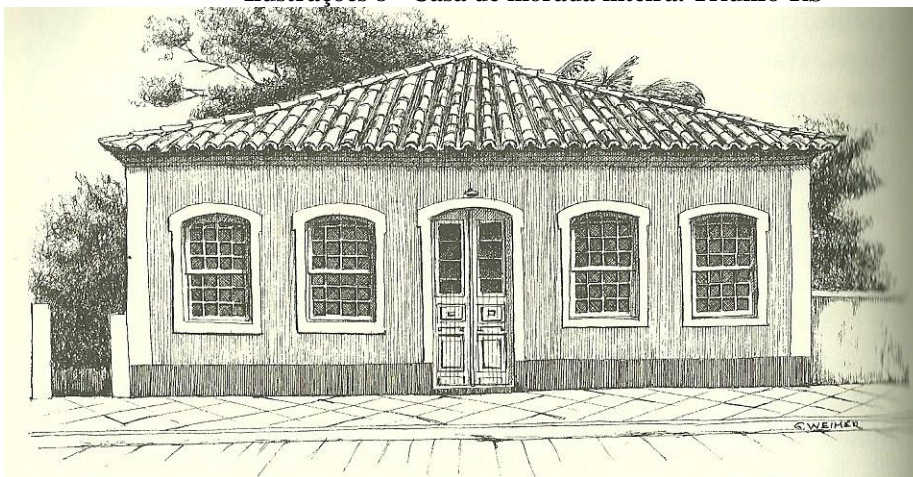
Fonte: Weimer, 2005, p.203.

Na ilustração acima, pode-se verificar a simetria da casa, onde janelas e portas se intercalam. Em seus estudos sobre a arquitetura brasileira, Weimer (2005) constatou, muitas

vezes, semelhança entre as casas urbanas e as rurais, pois, como já comentado a rural é considerada o “rascunho” para as casas urbanas.

Tanto na casa rural quanto na casa urbana, o uso da simetria estava presente, como é possível verificar na ilustração abaixo, em que está onde é reproduzida a fachada de uma residência urbana. Pode-se observar simetria entre os vazios e cheios³, as aberturas divididas com a porta centralizada, destacando o acesso para a residência. Mesmo sendo um exemplar urbano, essa tipologia de fachada também era usada na casa rural. Trata-se de uma tipologia de fachada de composição simples, porém os ornamentos em torno das janelas enriquecem a fachada.

Ilustrações 8 - Casa de morada inteira. Triunfo-RS

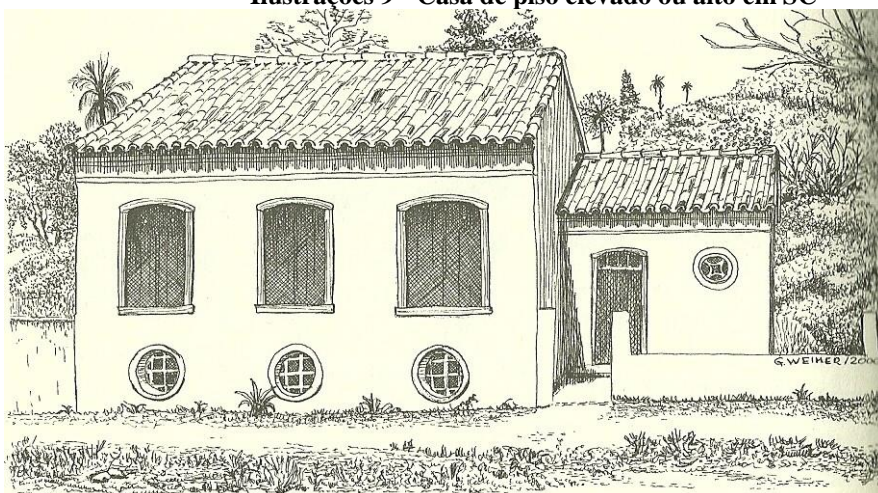


Fonte: Weimer, 2005, p. 201.

Para ornamentar as fachadas das casas, usava-se de artifícios simples, como a moldura, frisos ou até mesmo algum relevo em torno das aberturas. Muitas possuíam nas vergas uma cimalha⁴. Geralmente as janelas eram do tipo guilhotina com caixilhos de vidro e algumas edificações possuíam tampos de madeira que abriam para o interior das casas. Na ilustração abaixo, observa-se um exemplar de uma residência de piso elevado.

³ Preponderância de espaços preenchidos em relação aos espaços vazios (vãos) de aberturas.

⁴ Acabamento nos beirais ou no encontro das paredes com os mesmos. Coroa ou arremate de fachada. Conjunto de molduras que subdivide superfície de parede interna e externamente. Silva, 2003 p.225.

Ilustrações 9 - Casa de piso elevado ou alto em SC

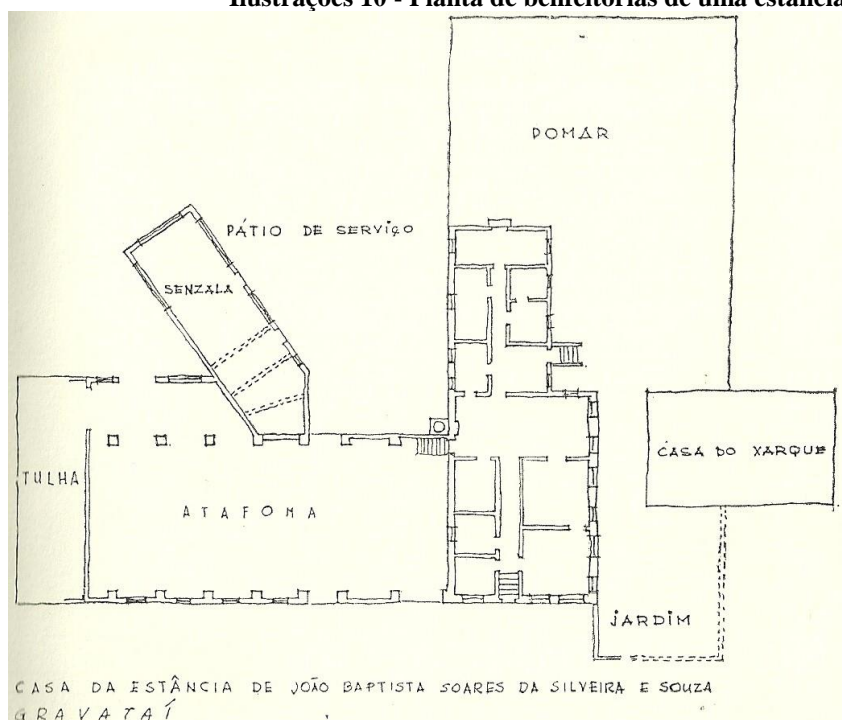
Fonte: Weimer, 2005, p. 200.

O estancieiro e sua família, por ocuparem, durante o século XIX e parcela do século XX, lugar de destaque na sociedade, gostavam de receber visitas. Some-se a isso o fato da família do estancieiro, normalmente, ser constituída por um grande número de pessoas que, além de seus filhos, algumas vezes incluía irmãos, cunhados, genros, noras, netos, sobrinhos e outros familiares. Em decorrência, a casa-sede da estância exigia ser ampla o suficiente para abrigar essa grande família.

3.3 Outras benfeitorias

Como já citado anteriormente, para o funcionamento e o abastecimento da estância, eram necessárias outras benfeitorias fundamentais. E essas edificações eram implantadas de forma diferente em cada estância. No exemplo da ilustração abaixo, que reproduz a planta baixa da estância de João Baptista Soares da Silveira e Souza, localizada em Gravataí, pode-se verificar que as benfeitorias da estância estão conectadas entre si.

Ilustrações 10 - Planta de benfeitorias de uma estância



Fonte: Macedo, 1964, p. 125.

Pode-se perceber, na ilustração acima que as construções da estância estão interligadas ao bloco principal onde se localizava a casa-sede. A tulha e a senzala possuem conexão direta com a atafona - local onde era feita a farinha de mandioca. A atafona, por sua vez, dá acesso à cozinha da casa-sede. Já pelo jardim, tem-se acesso à casa de charque.

O local de fabricação da farinha, a atafona, pode ser considerada uma das primeiras instalações de cunho industrial do RS. Ali se preparava a farinha de mandioca e o polvilho para o consumo da estância. O polvilho era utilizado para a confecção de roscas e para engomar peças de tecidos, notadamente rendas e punhos de camisas do estancieiro e de sua família (MACEDO, 1987, p. 77).

Sobre a casa de charque Macedo (1987 p. 76-77) comenta:

[...] *casa do charque*, necessária para prolongar a duração da carne que serviria para o consumo entre duas carnações, para o comércio próximo e para a alimentação de tropeiros nas longas viagens de transporte de gado.

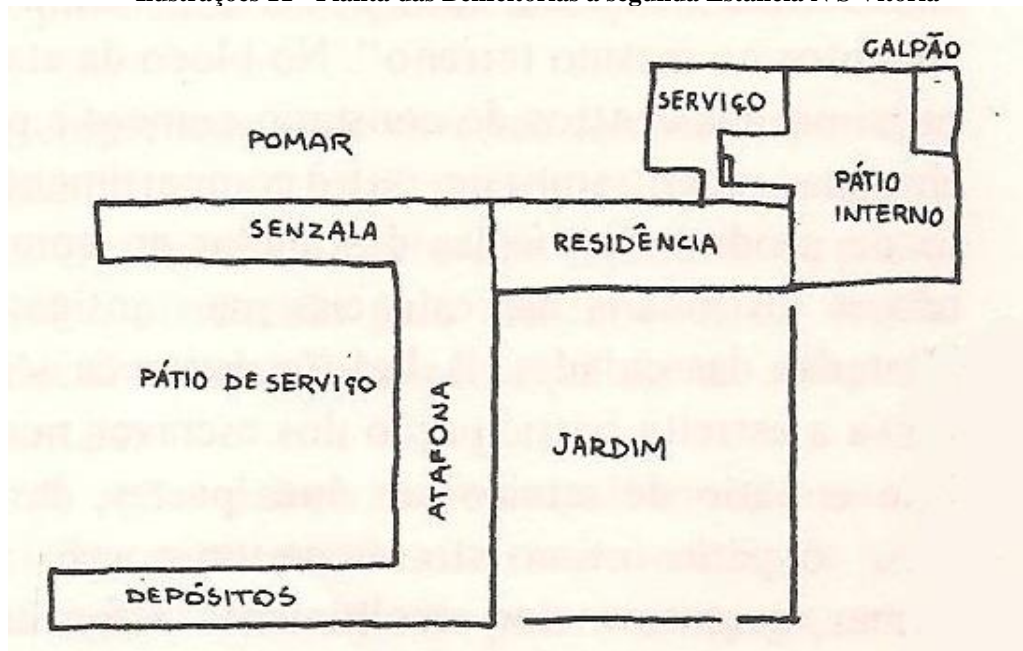
Muitas das casas de charque podiam destinar-se apenas para o consumo doméstico da estância. Em algumas delas, com o passar dos anos, começaram a surgir motivos para a sua eliminação, já que era possível adquirir na cidade ou de algum vizinho o charque necessário em pequena porção. Nesses casos, a atafona começou a ser mais importante dentro do complexo da estância.

Uma das benfeitorias mais conflitantes da época era a senzala. A grande maioria das estâncias possuía esse tipo de edificação, onde ficava recolhida a escravaria. Os cativos eram imprescindíveis em uma estância. Realizavam trabalhos domésticos, dedicavam-se às atividades campeiras, labutavam nas roças, trabalhavam na atafona e na casa do charque. Os inventários *post mortem* registram a presença dos escravos nas estâncias. Já as senzalas aparecem mencionadas com certa frequência pelos viajantes, mas não resistiram ao tempo por conta da usual precariedade construtiva.

De acordo com Weimer (2005, p. 217), a senzala era “uma forma desumana de habitação, onde eram trancafiados os cativos sem ventilação sob a desculpa de que poderiam fugir pelas janelas”. Na Estância da Vitória, a senzala possuía grades nas janelas, parecendo muito mais uma prisão. A fuga era um medo constante entre os estancieiros, já que o escravo era uma mercadoria que gerava outras. Assim, a fuga de um significava um prejuízo certo.

As senzalas eram geralmente construídas com materiais pouco duráveis. Com o fim da escravidão, esse tipo de benfeitoria acabou não justificando mais sua existência. Largadas ao tempo, as senzalas acabaram sumindo dentro do complexo da estância. Hoje em dia, é raro encontrar em uma estância uma senzala conservada.

Ilustrações 11 - Planta das Benfeitorias a segunda Estância N S Vitoria



Fonte: Macedo, 1964, p 79.

O estancieiro contava com a ajuda de, pelo menos, um capataz e, em algumas estâncias havia uma espécie de administrador da propriedade. O capataz morava na estância. Sua casa normalmente ficava próxima à casa-sede. Em alguns casos, ficava separada desta por

um jardim; em outros, casos a casa do capataz ficava localizada no mesmo bloco da casa-sede. Laytano (1952) afirma que a casa do capataz podia ser em outra parte da estância. Isso dependia de como a implantação da estância havia sido feita. O capataz era o responsável pela segurança noturna dos homens brancos e pela vigilância dos cativos, evitando aglomerações, arruaças, motins e possíveis fugas. Sendo assim, às vezes, a sua casa ficava próxima da senzala ou dos depósitos de maquinários.

Laytano descreve como era a casa da peonada ou galpão, outra edificação essencial ao funcionamento da estância:

A casa da peonada é construída um pouco distante da administração geral, quando possível, e ultimamente os pisos estão acima do chão para evitar umidade e bichos. Os quartos são agregados; tem cozinha própria e sala de refeições em comum. A casa da peonada, também chamada de “galpão da peonada”, tem seus quartos divididos por separação leve e cada qual com um catre, colchão e travesseiros. (LAYTANO,1952, p. 19-20).

As edificações denominadas galpões e paióis também constavam no rol das construções de uma estância. Constituem-se, em geral, de edificações simples. Encontram-se exemplares construídos com pranchas de madeira em estilo saia e camisa. Os galpões eram usados para o abrigo de homens, animais, materiais diversos, lã, ferramentas e outros. Com o passar do tempo, a construção passou a ser feita de alvenaria. Era um local onde a peonada se juntava em torno do fogo para prostrar e tomar chimarrão. Como enfatiza Laytano (1952, p. 19-20), “os quartos da peonada sempre dão para o galpão, quando não estão ali mesmo. Ainda se fazem no galpão algumas refeições, principalmente de madrugada, antes de a peonada sair para as lides campeiras”.

Ainda havia outras edificações mais simples e nem sempre relatadas, que eram os estábulos, cavalariças e esterqueiras. Essas costumavam ficar mais distanciadas das casa-sede por causa dos odores e por que não havia a preocupação de instalar essas benfeitorias na direção contrária aos ventos predominantes. Laytano se refere a algumas dessas outras benfeitorias e de suas utilizações:

[...] “cozinha”, muitas vezes fora do corpo da casa ou de outro lado do pátio interno; “forno” para o pão, biscoitos e outras necessidades caseiras; “algibe”, que é a cisterna para receber a água da chuva dos telhados da casa; “poço”, artesiano ou não, semi-surgente, os poços comuns, também as caixas d’água e os encanamentos; “ramada”, armação de varas com cobertura de ramos verdes ou capim para abrigo contra o sol; “arvoredo”, sempre evitando-se árvores gigante, plantando-se a alguma distancia do casario; “pátio”, vários são os pátios que ligam as casas entre si. (LAYTANO1952, p.19-20)

Os costumes, nessa época, eram diferentes dos atuais. A religiosidade católica era exteriorizada e ostentada pelos crentes. Disso resulta que algumas estâncias possuíam uma capela onde eram rezadas missas pelo vigário local. O templo normalmente era uma benfeitoria que aparecia nas estâncias mais ricas. Caso não houvesse possibilidade de ter capela na estância, havia um oratório em uma das peças dentro da casa sede. Às vezes, a capela possuía posição de destaque dentro do conjunto de benfeitorias existentes, ficando isolada das demais e com entrada individual; já em outros casos ela poderia estar anexa à casa-sede sendo apenas um local de oração, como comenta Lucca (2003, p. 113):

A exemplo do restante do Brasil, as capelas estiveram presentes nas propriedades mais abastadas, eventualmente isoladas do corpo da casa, como nas estâncias São Luís e Batovi, em Dom Pedrito e São Gabriel respectivamente; às vezes agregadas à fachada com acesso independente, como no caso da Lapa, em Encruzilhada do Sul; outras vezes interiorizadas, transformando-se na maior parte dos casos num oratório.

A capela, por fora, poderia ser simples, mas internamente algumas delas eram ricas em detalhes, com pinturas de santos e, inclusive, com alguns detalhes em ouro. Ostentavam ainda mais o poder da família do estancieiro. Na ilustração abaixo, pode-se notar a Capela afastada do restante das outras benfeitorias.

Ilustrações 12 - Planta de benfeitorias a primeira Estância Nossa Senhora da Vitória



Fonte: Macedo, 1964, p.78.

As outras edificações que compunham a estrutura das estâncias permaneceram sem alterações, como cita Flores (1996, p. 196-197) “[...] o galpão dos peões solteiros, a senzala dos negros e os ranchos dos peões casados e dos agregados, as grandes mangueiras de pedra, as porteiras e os postos das invernadas”. O autor ainda comenta que, no final do século XIX,

com a criação de bretes⁵, banheiros e cercas de arame, o manejo do gado ficou facilitado. Dessa forma diminui a quantidade de mão de obra para os serviços de lida.

3.4 Programa de necessidades e materiais construtivos

Em tempos de ostentação e poder nas estâncias, essas foram, muitas vezes, responsáveis por introduzir padrões nas construções, nas vestimentas e nos hábitos culturais que se estendiam tanto pela vida rural como pela vida urbana. Quando um proprietário de uma estância conseguia acumular capital, ele gostava de mostrar a todos seu sucesso no campo, e mesmo que morasse na estância, possuía uma casa urbana, que era apenas usada em ocasiões especiais, como em algum evento familiar, ou ainda como comenta Maestri (2001, p.31): “[...] a residência urbana era tida como símbolo de sucesso e meio de inserção na trama das decisões políticas municipais”.

Porém, nem tudo era “imitado” ao pé da letra. Muitas coisas – benfeitorias, costumes etc - tiveram que ser adaptadas à cidade e vice-versa. Principalmente quando se tratava das residências dos estancieiros, o programa de necessidades era diferente da sua casa urbana. A estância, por ser afastada do meio urbano, possuía um programa de necessidades mais amplo e diferente da casa localizada na vila ou cidade.

Silva (2003, p. 90) comenta que o programa de necessidade é o “[...] rol de expectativas de pessoas que necessitam da construção de um espaço fechado ou aberto para realizarem funções que façam parte das suas atividades [...]”. Dentro desse programa de necessidades também estão inclusos os espaços destinados à funcionalidade da produção da estância.

Para elaborar um programa de necessidades, eram levados em conta as necessidades, os hábitos e os costumes das pessoas que habitavam o complexo de uma estância. Com o passar do tempo, alguns desses hábitos foram modificados e algumas necessidades que antes eram primordiais, se extinguíram no dia a dia das famílias, passando a não ser mais utilizadas nos dias atuais. Isso sucedeu, por exemplo, com o dormitório das moças solteiras (alcova), com a senzala e com o galpão da peonada.

As dependências básicas das casas, tanto urbanas como rurais, eram praticamente as mesmas. O que alterava eram as outras benfeitorias que compunham a casa, como por exemplo, os depósitos de grãos, atafona, cozinha suja etc, que não faziam parte da casa

⁵ São instalações complementares de um centro de manejo. Devem ser centralizadas e construídas de tal forma a permitir um fácil acesso dos animais.

urbana. Geralmente, a casa-sede das estâncias possuía uma sala de estar que se localizava em sua parte frontal. Era nesse compartimento que aconteciam eventos sociais, razão pela qual possuía uma posição privilegiada. Silva (2003, p.90) denomina este espaço como a “sala da frente”, fazendo referência à sua posição central em relação ao restante dos compartimentos.

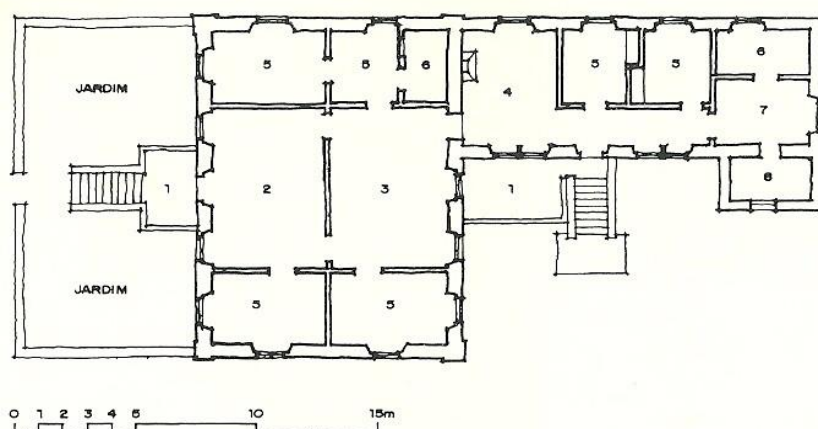
Em muitas plantas, a sala também era a área de distribuição para as alcovas, seguida por três ou quatro dormitórios que se interligavam através de portas. Em alguns casos, elas possuíam um corredor que comunicava a porta de entrada com a varanda dos fundos. (SILVA, 2003, p. 90-91).

Macedo, a respeito da sala de estar, afirma que:

O visitante sempre entrara pelo meio da casa, espécie de sala-de-estar, às vezes com o piso de madeira e sempre com um tablado ligado à janela principal, onde duas ou três moças ou senhoras sentam-se para olhar a rua, bordar, tagarelar e costurar as peças dos vestuários. Pode haver, na parede ao lado da janela, uma cavidade que se chamará agulheiro, caprichosos sistema para guardar a complicada aparelhagem feminina de costurar roupas e fazer arte com linhas de cores. Na mesma peça haverá mesa e, numa das paredes, a copeira: cavidade com prateleiras para guardar louças e as mais preciosas lembranças de família. [...] (MACEDO, 1987, p.67).

Na ilustração abaixo, é possível notar a organização espacial que Macedo descreveu sobre as salas de frontaria. Analisando a planta baixa, é possível notar que a casa estava construída acima do nível do terreno, já que o acesso à residência se dava por escadarias que estavam conectadas ao terraço (1). As salas de visitas (2) e a sala de jantar (3) estão localizadas no eixo central do bloco principal. Já os dormitórios se localizam na periferia do bloco principal. A casa possui, ainda, um pequeno corredor de circulação que passa pela sala íntima (4), pelos demais dormitórios e que termina na cozinha (7)

Ilustrações 13 - Planta baixa da Fazenda do Tabatingá, Rio Pardo



LEGENDA:

- | | |
|---------------|--------------|
| 1 Terraço | 5 Dormitório |
| 2 Visitas | 6 Banho |
| 3 Jantar | 7 Cozinha |
| 4 Sala Íntima | 8 Depósito |

Fonte: Pinto 1989, p. 210.

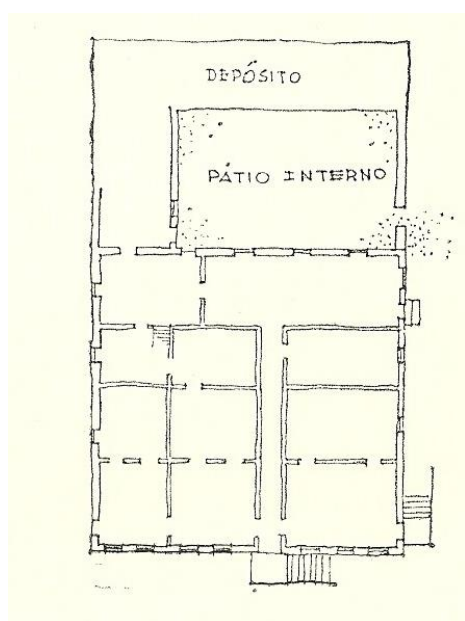
Normalmente, as casas-sede eram compostas pelos seguintes compartimentos: vestíbulo, hall ou corredor de entrada, sala da frente ou estar, sala de jantar, dormitórios,

capela, varandas, alcovas, atafona, pátio interno, cozinha, alpendre, circulação, e em alguns exemplares já aparecia um compartimento destinado ao banho. Em algumas estâncias aparecia ainda a biblioteca, gabinete, adega, área de lavanderia e despensa, compartimentos esses que não costumavam aparecer em todas as casas-sede, mas somente nas estâncias mais ricas.

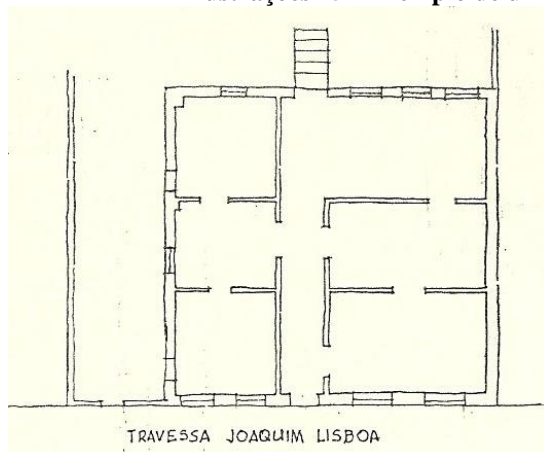
Silva (2003) classificou as cozinhas das estâncias em dois tipos: cozinha limpa, que era em um apêndice da casa-sede onde era a cozinha em si; e a cozinha suja, localizada fora do complexo da casa. Nesse compartimento eram feitos os produtos e alimentos demorados e que sujavam bastante, “onde se derretia o toucinho, tingiam-se os fios de algodão, fabricava-se as geleias e se evaporava lentamente a garapa, que se transformaria em rapadura” (SILVA, 2003 p. 91).

Sobre a configuração espacial das casas, pode-se classifica-los de acordo com a forma e a distribuição dos compartimentos. Nos levantamentos de Silva (2003), as plantas das casas sedes aparecem em quatro classificações: plantas quadradas, plantas retangulares, plantas em forma de “L” e as plantas com pátios ou planta em “c”. O autor também afirma que as plantas quadradas eram influências das formas portuguesas, havendo, ainda, duas derivações desse formato: a com corredor interno e a sem corredor. As ilustrações abaixo são exemplos de composição de plantas baixas com corredores.

Ilustrações 14 - Planta baixa da Estância do Aterrado na cidade de Viamão



Fonte: Macedo, 1964, p. 125.

Ilustrações 15 - Exemplo de uma planta baixa de casa urbana

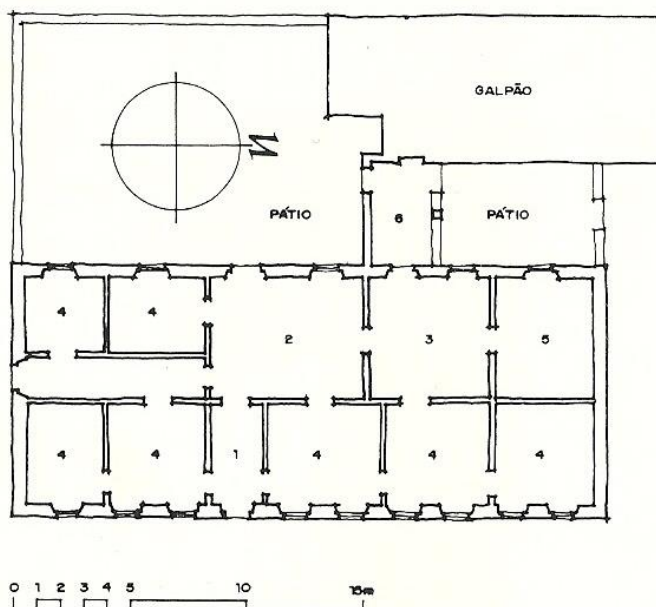
Fonte: Macedo, 1964, p. 123.

As plantas acima são, respectivamente, exemplares de uma casa rural (14) e de uma casa urbana (15). É possível perceber que a composição espacial é semelhante em ambas. Como já afirmado anteriormente, o que muda nas plantas são os tamanhos dos ambientes e as dependências que a casa-sede de uma estância necessita, como o depósito e os pátios.

As casas com plantas em formato retangular foram predominantes na construção das casas-sede. Silva (2003, p. 86) salienta que este formato é, na verdade, uma forma mais alongada das casas quadradas. Isso se dava em função da família necessitar de mais repartições e espaços, pela quantidade de membros que compunham a grande família do estancieiro. Uma outra razão seria a fortuna do seu proprietário. Em um pensamento lógico e simplificado, quanto maior a casa, maior seria a fortuna da família.

As plantas com formato “L” são derivadas das casas quadradas e retangulares, que tiveram acrescentadas em sua forma original um apêndice, como a área de serviços, depósitos, dependência dos empregados, pátios e etc.(SILVA, 2003).

Ilustrações 16 - Fazenda do Seival em Caçapava do Sul



Fonte: Pinto 1989, p. 210.

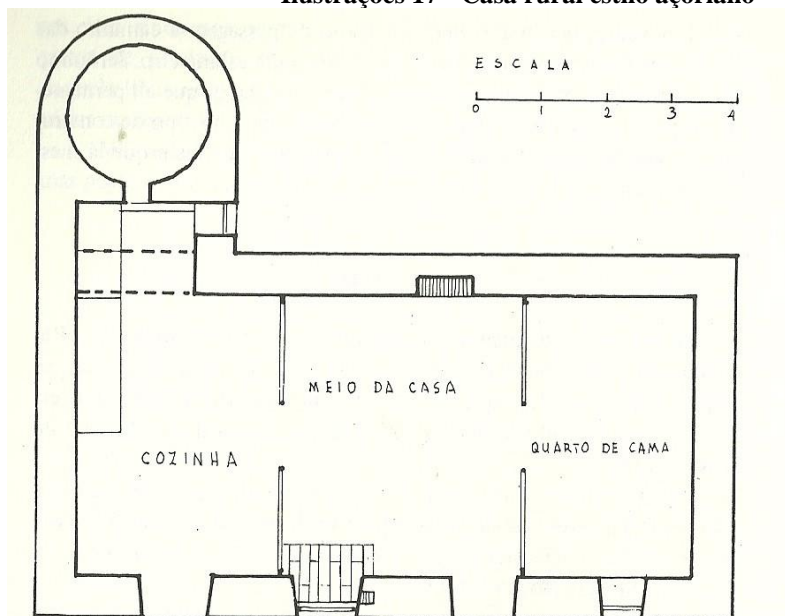
As casas com pátio interno eram derivativas de construções espanholas. O pátio interno, constituído de pomar e jardins, servia de barreira e delimitava o espaço da família do proprietário com o dos empregados, garantindo, de certa forma, um pouco de privacidade aos primeiros (SILVA, 2003). Geralmente os pátios internos não possuíam telhados ou qualquer tipo de cobertura, o que possibilitava, também, a luminosidade para os ambientes próximos ao pátio. Lembrando que muitas residências nessa época possuíam poucas janelas e que tinham dimensões reduzidas.

O pátio, embora muito cobiçado pelos proprietários para seus momentos de lazer e observação da propriedade, também poderia oferecer riscos, já que nele era possível a concentração de escravos, o que poderia representar perigo contra a família em caso de rebelião dos trabalhadores cativos. Por esse fato, algumas das estâncias adotaram, no seu partido arquitetônico, algumas formas de prevenir essa possibilidade. Uma das alternativas foi posicionar a parte residencial da casa distante do pátio, e outra foi a residência ficar acima do nível do terreno. Dessa forma, o acesso à residência era alcançado somente pelas escadarias, o que permitia otimizar a segurança dos moradores em caso de rebelião dos cativos.

O arquiteto e pesquisador Günter Weimer (1999) comenta que esses tipos de partidos arquitetônicos somente confirmam que os escravos não possuíam bom tratamento vindo dos estancieiros sulinos, eliminando, assim, a tese largamente difundida que afirmava que os escravos eram bem tratados nas estâncias.

Já nas casas rurais de propriedades menores, não havia essa preocupação, pois não havia muitos escravos. Essas casas, via de regra, possuíam sua planta mais compactada, existindo apenas os ambientes extremamente necessários para a moradia, como demonstra a ilustração 17, que reproduz uma casa rural de estilo açoriano, com janelas apenas na fachada e com três ambientes e um depósito.

Ilustrações 17 - Casa rural estilo açoriano



Fonte: Macedo, 1987, p.68.

A tecnologia de construção da época era simples e precária. Normalmente utilizavam material que existia na região. As casas-sede recebiam os acabamentos mais perfeitos e os melhores materiais construtivos que se encontravam no local (SILVA, 2003). Para sustentar a edificação, as fundações e/ou alicerces eram muito importantes por serem responsáveis por sustentar todo o peso oriundo das paredes, telhado e outros. Geralmente, as fundações eram feitas de pedra, a forma construtiva mais usável na época, já que a madeira, em contato com o solo, com o tempo apodrecia, perdendo sua função estrutural.

Ainda de acordo o autor, as fundações de pedra podiam ser executadas de duas maneiras: na mais utilizada, empregavam-se pedras irregulares de tamanho e forma variados, que eram rejuntadas com argamassa de barro; na outra forma, as pedras se encontravam emparelhadas e eram erguidas até a parede. Possuíam juntas secas já que as pedras usadas eram encaixadas perfeitamente.

A disseminação da fabricação artesanal do tijolo de barro permitiu sua utilização também nos alicerces:

Para a construção dos mesmos, abriam-se valas de no mínimo de 60 cm de largura por uns 50 cm de profundidade, onde se colocava um lastro de massa de argila, muitas vezes misturada com palha ou estrume de gado para adquirir maior resistência. Em sua maioria, os tijolos usados eram feitos nas próprias fazendas, possivelmente com a mão-de-obra escravizada, possuindo dimensões médias em torno de 35 X 16 X 12. (SILVA, 2003 p.106).

Nessa época ainda não existia material industrializado para empregar nas construções. Sendo assim, muitas das técnicas construtivas utilizadas foram desenvolvidas para o aproveitamento do material disponível na natureza e que variava de região para região. Assim, na região de São Borja e cidades vizinhas, foram utilizados nabos e burros para a construção dos alicerces. Essa técnica se chama nabo, pois utiliza a parte inferior da madeira roliça - “nabo”. Essa madeira era colocada em uma cova, e a terra era compactada em sua volta para impedir o movimento. Acima dela eram apoiadas vigas de baldrame de madeira. Sobre essas vigas, construía-se paredes de alvenaria de tijolos com argamassa de barro. (SILVA, 2003).

Para a execução das paredes externas, a técnica mais utilizada era a pedra. Silva (2003) relata que, em sua pesquisa, essas representavam 50% das fazendas que ele pesquisou. As paredes de tijolos maciços representavam 38,8% e as de madeira apenas 11,2%. Com a introdução do tijolo, foi possível melhorar o processo construtivo, principalmente nas paredes, que acabaram ficando mais esbeltas. Os tijolos tinham a dimensão de 35x15x10 centímetros.

A maioria das paredes internas era feita com a técnica taipa de mão⁶. Com a evolução dos materiais e técnicas construtivas, passaram a ser feitas com alvenaria, sendo esta muito mais resistente que a anterior. Como não havia impermeabilização entre as fundações e as paredes, a umidade, em muitos casos, deteriorava as mesmas. Sobre a evolução das técnicas construtivas Luccas assegura:

“uma arquitetura que foi viabilizada pelo coincidente ingresso, à época, do uso de materiais industrializados na construção, como os tijolos, que permitiram alvenarias mais esbeltas e precisas, e acessórios como cimalkhas, urnas decorativas, pinhas e balaústres próprios do repertório eclético de acento clássico.” (LUCCAS, 2006)

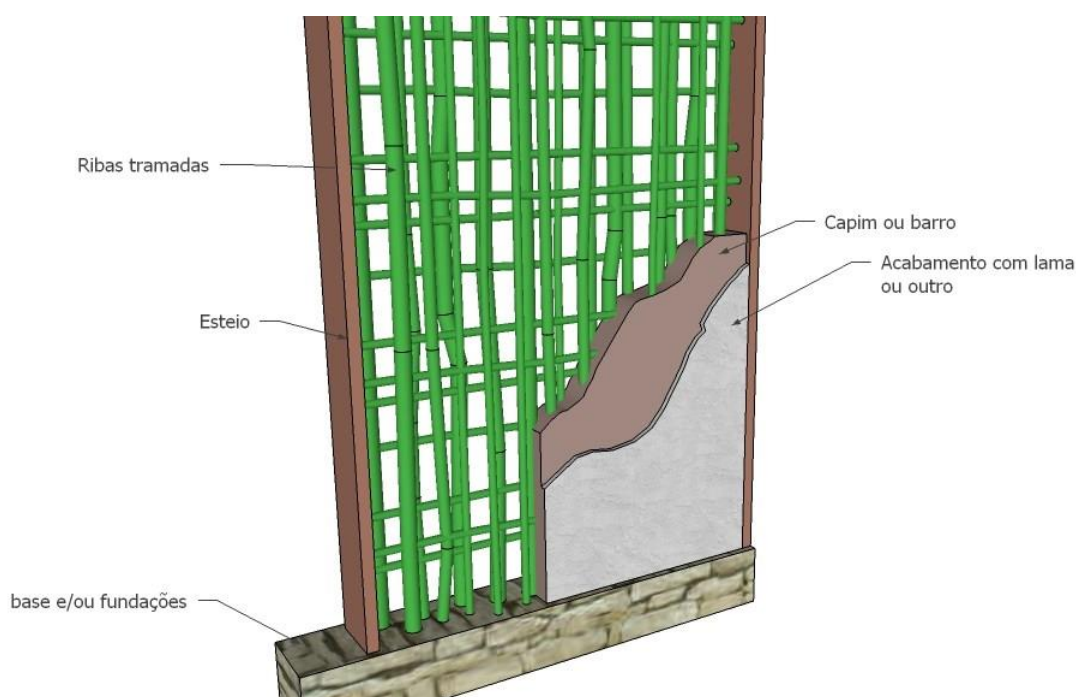
Nas benfeitorias mais simples das estâncias, como o galpão, muitas vezes se usava a alvenaria de parede mista, sendo a base de alvenaria e a parte superior de madeira. Nas paredes internas, durante o período colonial, usou-se muito a técnica taipa de mão⁷, também

⁶ Também conhecida como pau-a-pique, barro armado, taipa de sede, é a técnica onde as paredes são armadas com Madeira ou bambu, e seu preenchimento feito de barro, fibra ou outro material natural.

⁷ Técnica de taipa de mão que consiste em uma estrutura de madeira bastante rígida, formada por esteios, vigas baldrames, frechais e vergas superiores e inferiores. O tipo mais comum consiste no uso de paus roliços, no sentido vertical, e de varas flexíveis horizontais, fixadas dos dois lados e amarradas através de fibras vegetais, como cipó-imbé, buriti, cisal, tiras de couro ou arame, formando uma rede tramada para sustentar o barro.

conhecida como pau-a-pique. Esta técnica é executada com uma malha de madeira ou de ripas e seus espaços vazios preenchidos com lama ou estrume de gado. As técnicas variam muito de região para região, principalmente quando a mesma possuía um material em abundância (SILVA,2003).

Ilustrações 18 - Detalha da técnica taipa de pilão e/ou taipa de mão



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

A madeira sempre foi muito empregada nas construções, principalmente para os acabamentos, como nos pisos, conhecidos como assoalhos, e nos forros, principalmente no estilo saia e camisa. Recebiam esse nome pela forma que eram colocadas as tábuas, que se encaixam e formam reentrâncias e saliências. A tábua reentrante é chamada de saia e a saliente, de camisa. Também o telhado possuía toda a sua estrutura em madeira, sendo o fechamento feito com telhas. Estas, algumas vezes, eram produzidas nas próprias estâncias, daí advindo o ditado “feito nas coxas”, que se refere a algo feito rápido e mal acabado (SILVA, 2003).

Como já dito anteriormente, cada região possuía uma técnica construtiva diferente, que utilizava materiais da região. Outro fator que deve ser levado em consideração é o local de procedência do estancieiro. Como o RS foi povoado por pessoas de diferentes procedências, isso deve ter refletido na arquitetura sul-rio-grandense. Em todo o caso, o estudo da arquitetura rural e suas ramificações e variações não são o escopo deste trabalho. Algo sobre a

arquitetura rural foi aqui explanada de forma geral apenas para o entendimento do capítulo a seguir, onde serão analisadas as estâncias que se constituem no foco deste trabalho.

4 RIO PARDO, FRONTEIRA E AS ESTÂNCIAS

Mal me pus em marcha, comecei a avistar a cidade de Rio Pardo, situada no cimo de uma colina, ao pé da qual corre o rio que lhe dá o seu nome. (AUGUSTE SAINT-HILAIRE, 1997 p. 428).

Como foi registrado acima, o primeiro núcleo de atividade produtiva portuguesa em terras do RS formou-se a partir das estâncias de criação de gado, as quais também desempenharam grande importância na formação das fronteiras atuais do estado. Igualmente, a ocupação da fronteira de Rio Pardo está diretamente vinculada à concessão de sesmarias para a atividade criatória.

Os primeiros currais de criação de gado, segundo Laytano (1983) começaram a surgir em Rio Pardo a partir de 1724. Naqueles tempos, João Garcia Dutra, Gomes da Silveira, Antônio de Souza e Fernando Gonçalo ali apareceram como prováveis primeiros posseiros. Possivelmente, também um núcleo de famílias portuguesas, entre as quais os Pedroso de Albuquerque, teriam vindo da Colônia de Sacramento, de onde foram expulsos pelos castelhanos, e se instalado em Rio Pardo, em 1733. Ainda segundo Laytano, as doações de sesmaria foram feitas por diversos governadores. A maior parte delas teria sido concedida no último quartel do século XVIII por José Marcelino de Figueiredo, e durante o início do século XIX, por D. Diogo de Souza. Esse último, somente em 1814, teria distribuído na Fronteira do Rio Pardo em torno de 200 sesmarias. O Marquês de Alegrete, que o sucedeu de 1815 a 1817, assinou outras 200 sesmarias na mesma Fronteira. (LAYTANO, 1952).

Criado em 1809 e tendo sua Câmara Municipal instalada em 1811, Rio Pardo se constituiu, juntamente com Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Porto Alegre, em um dos primeiros municípios da Capitania de São Pedro. Em 1809, sua área era de 156.803 km². (REZENDE, 1987). Como é possível verificar na ilustração, em 1809, mais da metade do território da capitania pertencia a Rio Pardo.

Ilustrações 19 - Capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul, em 1809



Fonte: Dep. Est. de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Adaptado pela autora, 2013.

Rio Pardo possuía, então, mais da metade da área da capitania e, nessa época, o porto de Rio Pardo possuía grande movimento, principalmente pelo rio Jacuí, o qual recebia embarcações que traziam produtos de Porto Alegre para serem distribuídos por terra para a serra e a fronteira.

Sua formação é de extrema importância para a história da formação do Estado.

A Fronteira de Rio Pardo foi o enorme território que deu os seguintes municípios atuais do Rio Grande do Sul: Rio Pardo, Cachoeira, Encruzilhada, Santa Cruz, Candelária, São Borja, Alegrete, Uruguaiana, Livramento, Quaraí, Rosário, Itaqui, Santiago, Julio de Castilhos, Tupanciretã, Cacapava, S. Sepé, Lavras, Cruz Alta, Passo Fundo, Soledade, Santo Ângelo, Getúlio Vargas, Marcelino Ramos, Carazinho, Erechim, Sarandi, Santo Ângelo, São Luís Gonzaga, Santa Rosa, Palmeira, Iraí, Três Passos, Ijuí, São Gabriel, General Vargas, S. Francisco de Assis, Jaguari, Santa Maria e S. Pedro, D. Pedrito, Encantado, Estrela, Lajeado, Guaporé, Santo Amaro, Taquari, Venâncio Ayres e parte de Bagé, num total de 156803 quilômetros quadrados. (LAYTANO, 1952, p. 5-6).

Devido a sua privilegiada localização geográfica, a partir de meados do século XVIII, a

localidade passou a desempenhar funções estratégicas para o Império português, as quais contribuíram decisivamente para a formação das fronteiras gaúchas. Foi a partir da Fortaleza Jesus-Maria-José, localizada na confluência dos rios Pardo e Jacuí, que ocorria a defesa do território. A partir desse forte, também aconteciam as arremetidas contra as terras localizadas a oeste, que eram dominadas pelos índios e castelhanos. Em razão de suas inequívocas origens históricas, a cidade, ainda hoje, conserva alguns prédios e espaços daqueles tempos.

A conquista política da fronteira do Rio Pardo se processou de acordo com as negociações diplomáticas que deram o Tratado de Madri, de 1750, o Tratado de El Prado, de 1761, e o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. A fundação de Rio Pardo como cidade é uma consequência do Tratado de Madri, e a sua fronteira, que cresce sem cessar pela penetração econômica e militar do luso-brasileiro, culmina com a conquista das Missões em 1801

[...] A história da Fronteira de Rio Pardo é a história sociológica da conquista e dominação portuguesa no Rio Grande; Rio Pardo consolidou a posição brasileira fazendo parar o avanço espanhol e, como ponto mais meridional da América Portuguesa, desempenhou um papel revelador da capacidade colonizadora das populações lusitanas de além e aquém-mar. (LAYTANO, 1952, p. 06).

Rio Pardo, como reiteradamente afirmado, teve grande importância para a formação territorial sul-rio-grandense, mormente em razão de sua função de guarnição fronteiriça. Muitas batalhas foram travadas para se chegar até Rio Pardo como a conhecemos.

É importante mencionar que o Município de Rio Pardo, localizado na região central do RS, originou-se a partir dos novos limites definidos pelo Tratado de Madri, em 1750, entre Portugal e Espanha. Esse tratado de limites garantiu a posse do sul do Brasil para o império português. No entanto, para garantir a posse do território era necessário ocupá-lo. Para tanto, a coroa portuguesa gratificou seus “bons servidores” - oficiais e praças que serviam no Quartel de Rio Pardo - com sesmarias. A única contrapartida exigida era a de ocupação imediata das terras recebidas, com a construção de casas, mangueiras e plantações. Rezende (1987) afirma que muitas famílias, juntamente com seus escravos, deixaram o povoado que posteriormente deu origem à cidade de Rio Pardo para habitar grandes estâncias no meio rural.

Como possuía localização privilegiada, em função de estar à margem do rio Jacuí, Rio Pardo tornou-se, também, um polo comercial. Serviu como ponto de abastecimento para as caravanas que se destinavam ao oeste, ao norte e ao sul do Rio Grande do Sul.

O Município Rio Pardo caracteriza-se por ter sido formado a partir de motivos militares. Ou seja, os militares e suas famílias que vieram para ocupar a fortaleza acabaram formando o seu primeiro núcleo populacional. Em função da proteção que os militares davam à região

localizada no entorno do Forte Jesus-Maria-José, com o passar do tempo, ali se estabeleceram comerciantes, seus familiares, artesão diversos, tropeiros, carreteiros, transportadores de embarcações e outros.

De acordo com Schneider (2005, p. 17), Rio Pardo teve quatro períodos ou fases de evolução. A primeira fase se caracterizou pelo surgimento e evolução inicial do povoado localizado no entorno da Fortaleza Jesus-Maria-José.

Primeiro Período – Origem do povoado e da freguesia (1750 – 1809): Para consolidar o processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul, então conhecido como Província de São Pedro, foi implantada a fortaleza Jesus Maria José às margens da confluência dos rios Pardo e Jacuí. Neste ponto, guarnecido pelas tropas militares, surgiu o núcleo urbano de Rio Pardo, que começou a concentrar atividades de apoio à produção, tornando-se gradativamente um entreposto comercial. De seu rápido progresso econômico, o núcleo foi elevado de simples povoado à condição de freguesia, tornando-se ao final do período em um dos primeiros municípios do Rio Grande do Sul.

Já o segundo período, ocorrido entre 1809 e 1865, teria sido marcado pelo desenvolvimento do comércio. Foi nesse período que Rio Pardo passou da condição de vila à categoria de cidade. Houve, também, a consolidação da sua organização política, administrativa e judiciária. Nessa fase, ocorreu um crescimento do núcleo urbano, ao mesmo tempo em que houve o auge da produção de trigo. A região mantinha-se como ponto estratégico em razão do porto, o qual era responsável pelo escoamento da produção e pelo aporte de mercadorias chegadas de outras regiões do Brasil e do exterior (SCHNEIDER, 2005, p. 17).

No século XIX, com o incentivo da colonização europeia em massa, muitas regiões do RS foram colonizadas e ocupadas por imigrantes que se instalaram em pequenas propriedades, a fim de que as mesmas fossem trabalhadas pelas famílias imigrantes. Os alemães chegaram ao Vale do Rio Pardo a partir de meados do século XIX. Ali foram estabelecidas duas colônias oficiais da província - Santa Cruz e Monte Alverne, e inúmeras colônias particulares, dentre as quais: Rincão Del Rey, Germania, Melos, Rio Pardense, Faxinal de Dentro, Entre-Rios, Formosa, Trombudo, Chaves, Linha João Alves, Cerro Alegre, Pinheiral entre outros. Ainda hoje é possível perceber traços marcantes da colonização Alemã no Vale do Rio Pardo (VOGT, 2006).

Ainda é importante mencionar que, a partir de 1875 outras etnias, especialmente a italiana, passaram a se instalar no RS, principalmente no nordeste e no noroeste do Estado.

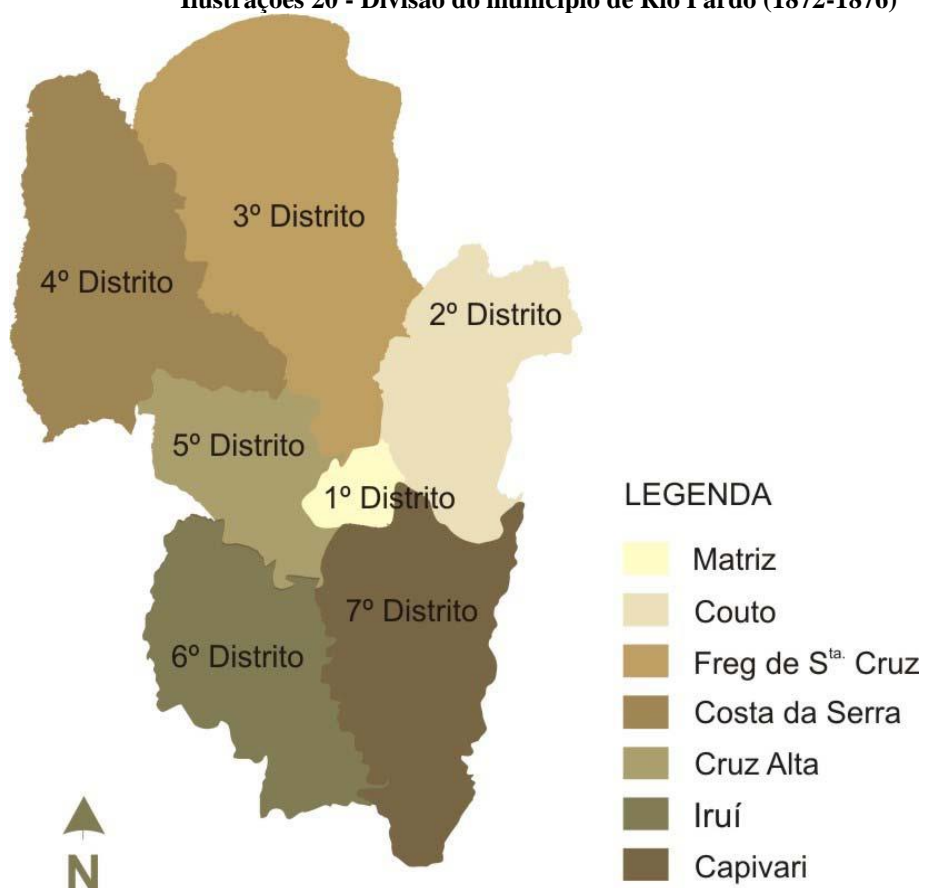
De acordo com Laytano (1952), as cidades rio-grandenses tiveram origem militar, religiosa, econômica ou administrativa. Entende-se que Rio Pardo, inicialmente, teve uma origem militar. Mas, posteriormente, tornou-se uma vila e, depois, cidade de caráter comercial em função do intenso comércio que passou a desenvolver.

A partir do século XIX, o município tornou-se, igualmente, centro de produção agrícola e seu porto fluvial um movimentado entreposto de comércio. Após diversas emancipações, o Município de Rio Pardo acabou perdendo território, o que afetou diretamente a sua economia.

Rio Pardo sofreu muitas transformações em seu território, mas este fato não ocorreu isoladamente e não atingiu somente este município, “já que na segunda metade do século XIX a configuração dos municípios da Província se apresentava bastante distinta da verificada nos primeiros tempos da formação regional” (COSTA, 2006 p.91).

Costa (2006), em sua dissertação de mestrado, consegue traçar um mapa dos distritos de Rio Pardo a partir de informações a que teve acesso. A ilustração a seguir mostra que, mesmo com seu território bastante reduzido comparado a ilustração 19, Rio Pardo possuía sete distritos. Alguns deles, atualmente, são municípios, como por exemplo, o 3º distrito, que hoje é Santa Cruz do Sul, e o 7º distrito, que hoje corresponde a Pantano Grande.

Ilustrações 20 - Divisão do município de Rio Pardo (1872-1876)



Fonte: Costa, 2006 p. 93

A subdivisão do vasto território inicial de Rio Pardo deu origem a cerca de 330 dos atuais municípios do Estado. Levando em consideração que o RS possui, hoje, 496 municípios, é de se salientar que mais da metade tem uma ligação com a tranqueira invicta, o que reforça a concepção de que Rio Pardo teve significativa importância na formação histórica gaúcha.

O Município de Rio Pardo, como já descrito neste trabalho, teve em sua formação inicial um forte conteúdo de caráter militar. Além dessa indelével marca, a distribuição de sesmarias para a criação extensiva de gado foi outro elemento chave da formação inicial do seu território. A concessão de sesmarias teve a intenção de povoar as terras da capitania anteriormente pertencentes aos índios e aos súditos do reino da Espanha. As terras concedidas nos tempos iniciais constituíam-se de áreas de campo onde a atividade criatória se desenvolvia quase que naturalmente, havendo pouca interferência do homem. Já as áreas cobertas por espessas florestas e que não se prestavam à atividade criatória foram desprezadas inicialmente.

A pecuária foi, também, o carro-chefe que impulsionou o desenvolvimento econômico e social de Rio Pardo e de grande parte da região que, posteriormente, viria a ser denominada de Vale do Rio Pardo. Ali vicejaram importantes empreendimentos produtivos cujos resquícios testemunham uma época de opulência, mas também exploração do homem pelo homem em um regime de escravidão.

Na década de 1870, as estâncias de Rio Pardo pesquisadas possuíam, cada uma delas, mais de 30.000 hectares. Apesar de serem em pequeno número, concentravam enormes extensões de terras, como atestou o Cond'Eu quando de sua passagem por Rio Pardo no ano de 1865:

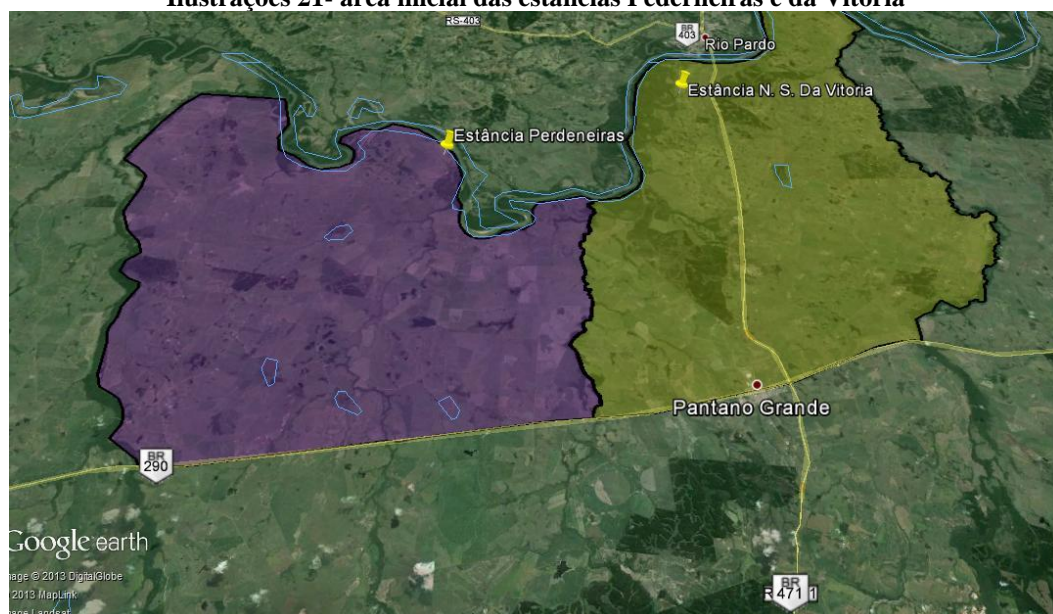
Semelhante às quarenta léguas quadradas que se estendem em volta de Rio Pardo pertencem somente a quatro proprietários, devendo notar-se que dois deles são cunhados que entre si partilharam a herança de seu sogro; mas estes já encontraram meio de comprar as terras dos outros dois. Estas enormes propriedades são inteiramente aplicadas à criação de gado bovino e cavalariço, mas, sobretudo do primeiro, que se transforma em carne seca e em couros, para a exportação. (D'EU, 1981, p.38).

Em função da importância histórica de Rio Pardo na conquista do território do RS e pela importância que teve o gado na sua economia, resolveu-se tomá-la como *locus* da presente pesquisa. O período escolhido foi o do final do segundo Império, época em que a atividade criatória do RS está no auge, mas já dá visíveis sinais de esgotamento. Devido aos limites de tempo e consoante os objetivos da pesquisa, optou-se por trabalhar com uma amostra de três empreendimentos: a Estância Santa Vitória⁸, a Estância das Pederneiras e a Estância da Quinta⁹. As duas primeiras foram escolhidas por serem as mais representativas de Rio Pardo na época estudada. Elas eram as mais extensas e possuíam os maiores rebanhos do município. Já a Estância da Quinta entrou na pesquisa por ser um desdobramento da Estância das Pederneiras. Na ilustração abaixo, consta a área inicial das duas primeiras estâncias.

⁸ Também conhecida popularmente como Estância Vitória ou da Vitória.

⁹ Também conhecida pelo nome de Estância Quinta da Boa Vista.

Ilustrações 21- área inicial das estancias Pederneiras e da Vitória



Fonte: Adaptado pela autora a partir de google Earth, 2013.

A fonte empírica principal utilizada na pesquisa é constituída pelos inventários *post mortem* dos seguintes estancieiros: Mathias José Velho¹⁰, proprietário da Estância da Vitória, falecido em 25 de maio de 1875, cujo inventário iniciou em 8 de março de 1876 e foi concluído em 1879; José Ferreira Porto¹¹, proprietário da Estância das Pederneiras, falecido em 29 de dezembro de 1881, cujo inventário iniciou em 1882 e terminou em 1884; Luiz Francisco Newlands¹², dono da Estância da Quinta, que faleceu em 1909, cujo inventário iniciou em 1909 e foi finalizado em 1915. Essas fontes primárias foram localizadas no Arquivo Público do Estado do RS.

Na seção a seguir, serão analisadas as três estâncias de criação de gado, destacando a composição do seu patrimônio, o arranjo de suas benfeitorias, a força de trabalho empregada e descrição do conjunto arquitetônico.

4.1 Estância Santa Vitória

A Estância Santa Vitória, também conhecida como Estância da Vitória, está localizada às margens do rio Jacuí e da rodovia RS 471, a qual liga Rio Pardo a Pantano Grande. É remanescente da Estância Nossa Senhora da Vitória. Antes de pertencer a Mathias José

¹⁰ Mathias José Velho, n° 803, ano 1876- APERS, Fundo

¹¹ José Ferreira Porto, n° 111, ano 1882 - APERS, Fundo

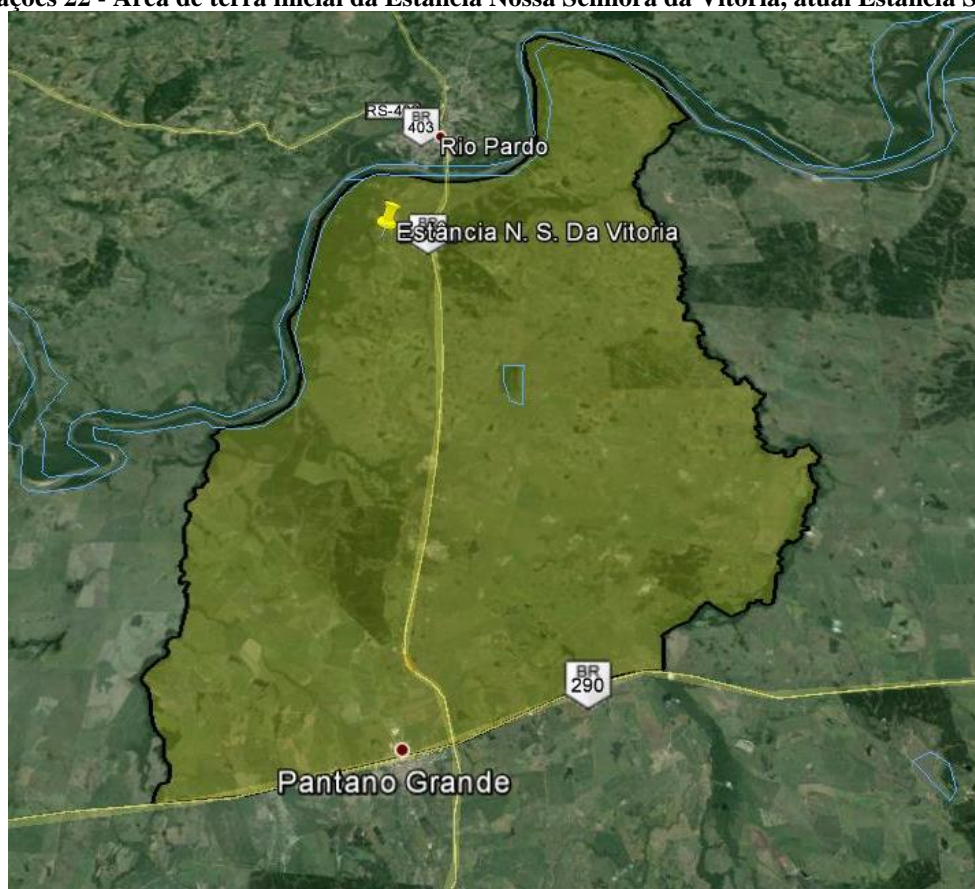
¹² Luiz Francisco Newlands, n° 371, ano 1909- APERS, Fundo

Velho, pertenceu a Pedro Rodrigues Chaves, que a vendeu para Velho em 29 de dezembro de 1857. Pedro Rodrigues Chaves, a partir de 1855, passou a ostentar o título de Barão de Quaraí, razão pela qual o empreendimento foi chamado durante algum tempo de Estância do Barão de Quaraí. Chaves foi, também, Senador do Império e Presidente da Província da Paraíba, falecendo em 1866 em Toscana, Itália.

Considerada uma das mais importantes e uma das maiores do século XIX em Rio Pardo, essa estância ainda preserva grande parte das edificações existentes no final do século XIX. Tanto a casa principal como as demais estruturas que compõem a estância estão em ótimo estado de conservação. Ali também podem ser encontrados inúmeros móveis e utensílios da época de seu esplendor. Separada da cidade de Rio Pardo pelo rio Jacuí, ali ainda podem ser encontradas até pouco tempo atrás “senzalas, estatuetas, uma imagem de Nossa Senhora da Vitória, bancos de azulejo, chafarizes, etc.”. (LAYTANO, 1979 p. 87).

Com base nos relatos já feitos dos pesquisadores Macedo, Pinto e Laytano sobre a estância e pela análise do inventário de Mathias José Velho, foi possível destacar na ilustração abaixo, onde procuramos demarcar a área aproximada da Estância Santa Vitória em 1876.

Ilustrações 22 - Área de terra inicial da Estância Nossa Senhora da Vitória, atual Estância Santa Vitória



Fonte: elaborado pela autora 2013, a partir dos dados do inventário de Mathias Velho.

As oito léguas de campo equivalem a cerca de 35.216 hectares de terra, que estão demarcadas na ilustração 22 com a cor amarela. Para se ter uma noção do tamanho dessa área, nos dias atuais elas compreendem toda a extensão da rodovia BR 471, após a ponte do Rio Jacuí até a cidade de Pantano Grande, um percurso de cerca de 25 quilômetros. Quando da distribuição de sesmarias, usava-se os arroios e os rios como forma de limitar as terras. E na ilustração da área da Estância Santa Vitória são nítidos os limites com o Rio Jacuí e os arroios Capivari, Dom Marco e Tabatingai, de acordo com o inventário.

Com as partilhas e heranças ocorridas com o passar de gerações, a área original da estância teve significativa diminuição na sua extensão. Mesmo com todas as divisões havidas, atualmente a estância ainda permanece com uma área de terras em torno de 1.500 hectares.

A família Mathias Velho foi uma das mais ricas do RS na segunda metade do século XIX, possuindo inúmeras propriedades rurais e urbanas espalhadas pela Província. Para verificar como se encontrava o empreendimento em 1875, foi pesquisado o inventário *post mortem* do seu proprietário, José Mathias Velho, que faleceu naquele mesmo ano em Rio Pardo.

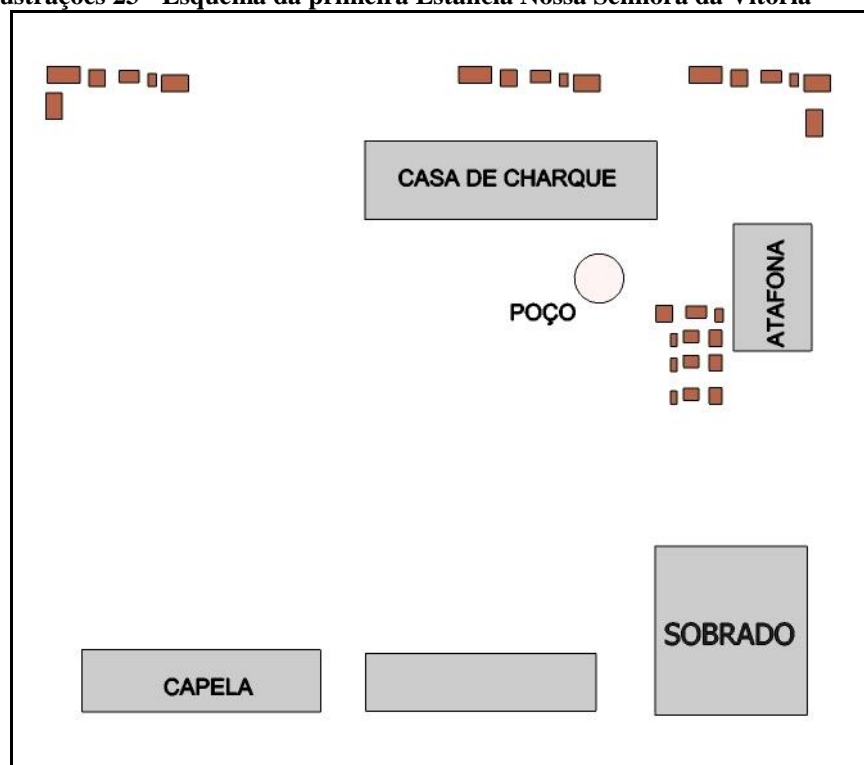
4.1.1 Formação e Arquitetura

A Estância Santa Vitória origina-se em 1816 com o desdobramento da primeira Estância Nossa Senhora da Vitória, uma das mais ricas de seu tempo. Em 1803, ela tinha em torno de 72.760.600 braças quadradas¹³ de terra, além de possuir 21.450 cabeças de gado. Na mesma época, as outras estâncias, conforme Macedo (1969, p.114) tinham apenas 5.000 cabeças. O autor ainda faz a descrição da primeira Estância N. S.^a da Vitória como consta no inventário de 1803, que ele pesquisou, como sendo “um sobrado de 12,32m por 13,20, uma capela de 18,03m, uma charqueada de 22,00m e uma atafona de 9,24m” (MACEDO, 1969 p.116). Porém, desse complexo sobrou apenas o alicerce para contar a história.

Abaixo, compilou-se um esquema das benfeitorias da primeira Estância N. S.^a da Vitória, que foi elaborado a partir das descrições dos antigos moradores, publicações e inventário de 1803 pesquisados por Macedo (1969). Analisando o esquema, nota-se que todas as benfeitorias são em prédios separados e não possuem conexão entre si. Se no inventário estudado por Macedo, datado de 1803, já constava o sobrado, a data de sua construção deve ser em torno de 1770-1780.

¹³ Braça é uma antiga medida de comprimento equivalente a 2,2 metros. Uma braça quadrada é uma área formada de 30 x 30 braças. Em metros quadrados uma braça quadrada seria uma área de 66x66m totalizando 4.356m².

Ilustrações 23 - Esquema da primeira Estância Nossa Senhora da Vitória



Fonte: adaptado pela autora, a partir de Macedo, 1969 p.121.

No começo do século XIX, a Estância Nossa Senhora da Vitória se transferiu para mais perto de Rio Pardo. Desse modo surgiu a segunda sede da estância do mesmo nome, que posteriormente passou a ser designada simplesmente de Estância Santa Vitória. Essa troca de localização beneficiou a estância, já que a mesma estava mais perto do centro de consumo e da defesa do passo do rio Jacuí. O passo era o local por onde eram atravessadas mercadorias e gado de um lado para o outro do rio, já que nessa época, ainda não existia uma ponte sobre o Jacuí. Como registrado no capítulo anterior, durante a primeira metade do século XIX, Rio Pardo transformou-se em um importante entreposto comercial da Província, possuindo um movimentado porto e dotado de uma série de instalações urbanas.

A segunda Estância Nossa Senhora da Vitória possuía em torno de oito léguas de campo. Essa propriedade constituía um grande patrimônio, ao qual se somavam as demais benfeitorias, os animais, a casa-sede e os muitos utensílios e móveis ali existentes. De acordo com o inventário de Mathias José Velho, no ano de 1876, a estância foi descrita desta forma:

A estância de criar denominada de Nossa Senhora da Vitória em que residia (...) está à margem direita do rio Jacuí, contendo oito léguas de campos e matos e mais escravos contidos na propriedade e benfeitorias existentes dentro do mesmo campo. (Inventário Mathias José Velho, nº 803, Ano 1876, Comarca de Rio Pardo)

Comparando as duas instalações das estâncias, a primeira Nossa Senhora da Vitória com a da Vitória, é nítida a diferença entre elas, principalmente nos arranjos das benfeitorias. Na Estância da Vitória, por ser bem mais recente, as benfeitorias ficaram mais próximas e conectadas, conforme ilustração 24, onde foi reconstituído o arranjo das benfeitorias da Estância da Vitória, a partir das pesquisas feitas por Macedo na década de 1960.

Ilustrações 24 - Reconstituição das benfeitorias da primitiva Estância da Vitória



Fonte: Adaptado pela autora a partir de Macedo, 1969, p.121.

O bloco onde está localizada a moradia da família fica em uma elevada do terreno, sendo o acesso feito por escadarias vindas do jardim, como é possível visualizar na ilustração acima. A parte da “cozinha suja” fica separada da casa-sede. Isso aconteceu, provavelmente, devido ao temor de um incêndio, que parece ter consumido a primeira estância. A senzala era conectada à atafona, e esta, por sua vez, aos depósitos.

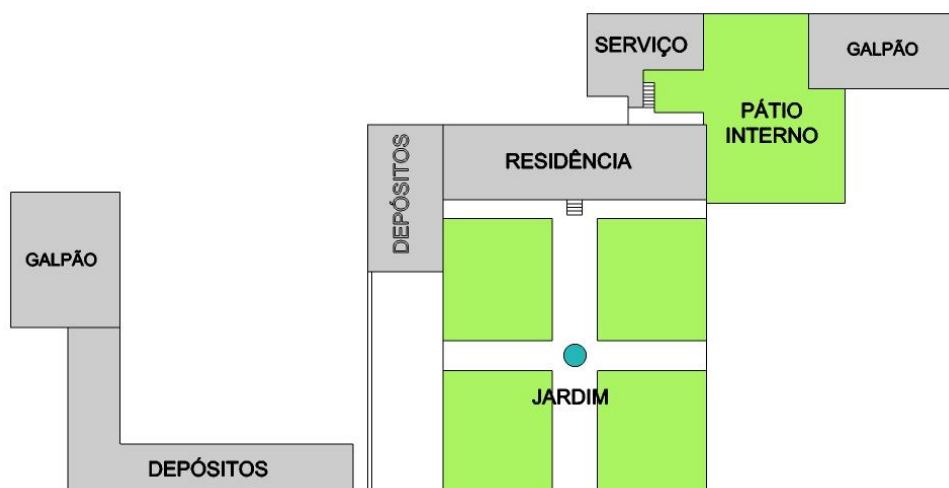
Na ilustração abaixo, que representa a atual composição das benfeitorias da Estância da Vitória, pode-se conferir modificações das benfeitorias no decorrer dos anos. Principalmente os vestígios dos restos das construções da atafona e da senzala. Houve o acréscimo de mais depósitos e galpões para a armazenagem dos equipamentos, como tratores, carroças, etc.

Ilustrações 25 - Atuais benfeitorias da Estância da Vitória em 2013



Fonte: Google earth, acessado em setembro de 2013.

Ilustrações 26 - Esquema das atuais benfeitorias da Estância da Vitória em 2013

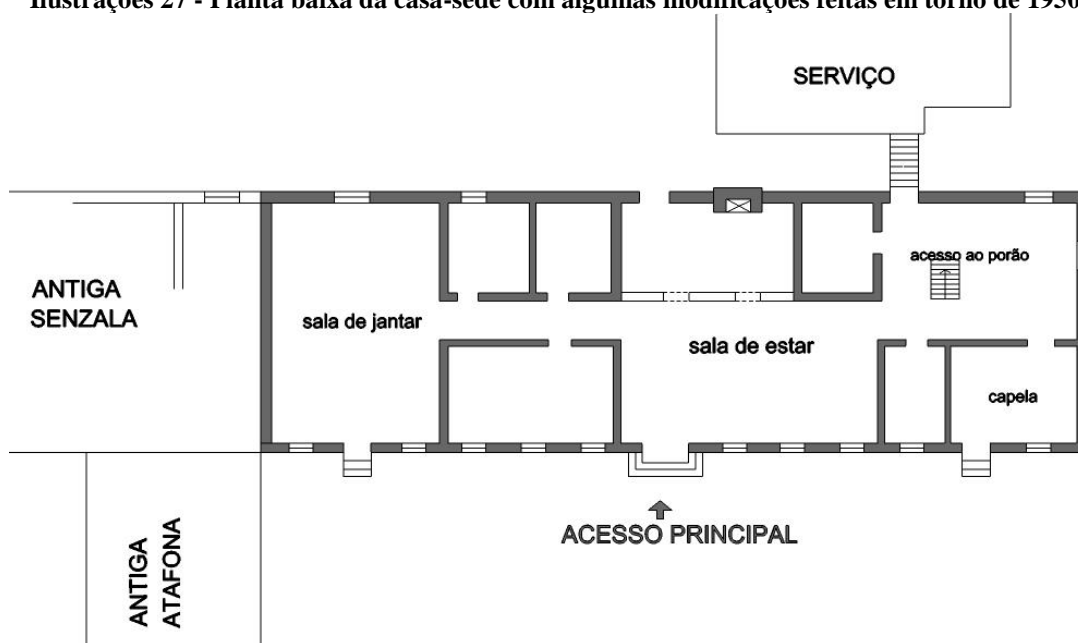


Fonte: Adaptado pela autora 2013, a partir dos dados do google earth.

O atual bloco de construção pouco tem em comum com o primitivo. Da senzala sobrou apenas uma parede com janelas, e da atafona, apenas os alicerces. Os restantes dos blocos hoje existentes na estância sofreram modificações ao longo do tempo, visando dar mais conforto aos moradores. De acordo com Macedo:

Difícil é reconstituirmos a planta da casa primitiva, da qual sobrou apenas uma parte de serviço, junto a pequeno pátio, tendo do outro lado algumas instalações de galpão. Ali ainda se percebe os vestígios do grande pátio de serviço, um resto das senzalas de pedra e janelas gradeadas, como de prisão. Varias modificações devem ter sofrido os blocos de construção durante o século passado; antes, durante e depois da ocupação pelo Barão do Quarai. (MACEDO 1987, p.79).

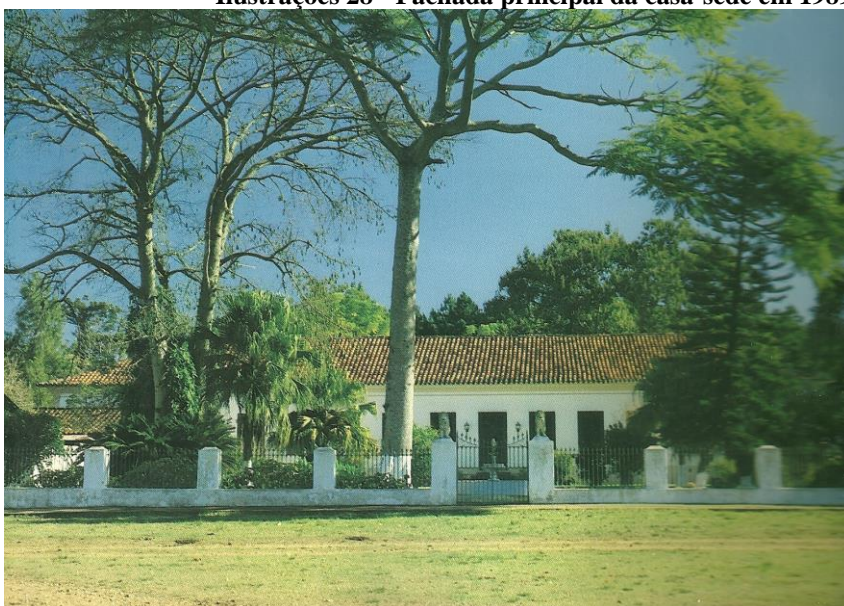
Ilustrações 27 - Planta baixa da casa-sede com algumas modificações feitas em torno de 1950



Fonte: elaborada pela autora a partir de relatos dos proprietários.

A estância possui preservada até os dias atuais a Capela, localiza-se no bloco principal. A mesma possui acesso pelo pátio e pelo interior da residência, conforma a planta baixa reconstituía a partir de relatos. Algumas outras alterações foram feitas no primitivo bloco, como por exemplo, a retirada dos arcos localizados na sala de estar. Entretanto não se sabe a data exata de quando ocorreram as alterações, porém os proprietários informaram que a reforma aconteceu em torno de 1950.

Ilustrações 28 - Fachada principal da casa-sede em 1989



Fonte: Pinto, 1989 pag.71.

O bloco residencial de formato retangular possui telhado de duas águas e coberto com telhas cerâmicas. Uma construção de formas simples e sem muito rebuscamento. Sua fachada é simétrica. O acesso principal da residência é demarcado pelos passeios do jardim em formato de cruz, e no centro há um chafariz que está alinhado com a porta principal da residência. Na ilustração acima, com data de 1989, a residência está pintada na cor branca. Atualmente a fachada está pintada em cor escura com detalhes em branco.

Ilustrações 29 - Fachada principal da casa-sede em 2013



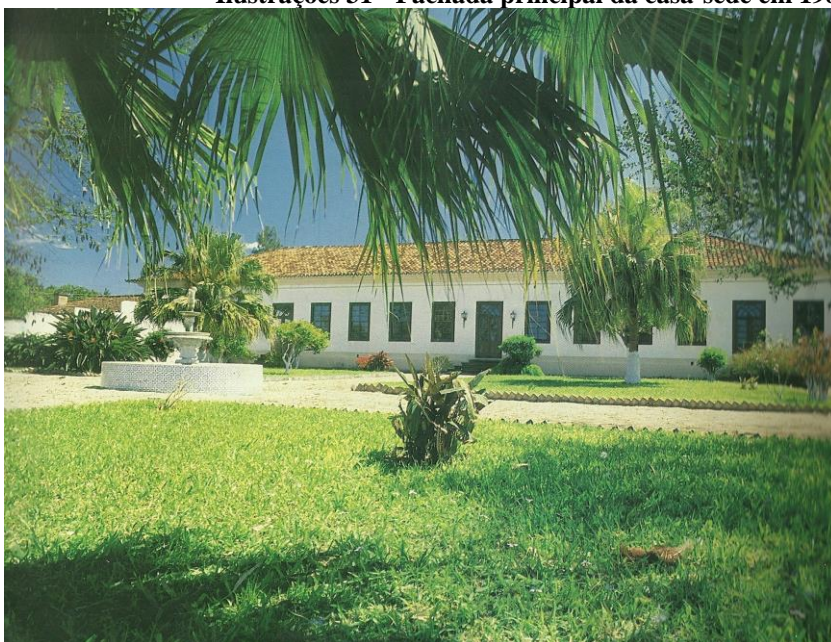
Fonte: Arquivo pessoal.

Suas janelas são no estilo guilhotina e com caixilhos. Possui uma tampa de madeira na parte interna para dar maior privacidade aos moradores. Mesmo a fachada sendo sóbria e simples, pequenos detalhes remetem ao prestígio social que a antiga família proprietária possuía. Os atuais proprietários preservam as edificações, fazendo a manutenção quando necessário, não deixando dessa forma, a história desta importante estância desaparecer corroída pelo tempo.

Ilustrações 30 - Detalhes da fachada da casa-sede

Fonte: Arquivo pessoal

Na ilustração acima, percebe-se alguns detalhes arquitetônicos. Na parte superior da parede, próximo ao telhado, há uma tímida cornija¹⁴ em volta de todo o perímetro da residência. Os elementos pintados de branco se destacam na fachada de cor terracota. O portão de ferro dava acesso à antiga senzala e à atafona.

Ilustrações 31 - Fachada principal da casa-sede em 1989

Fonte: Pinto, 1989 p.71.

¹⁴ Cornija: Faixa que se destaca horizontalmente da parede e acentua as suas nervuras horizontais.

Ilustrações 32 - Jardim e chafariz da casa sede em 2013

Fonte: acervo pessoal.

Ao entrar na casa, encontra-se exatamente o que se espera de uma casa de estância desse porte. Os detalhes e os materiais nobres utilizados demonstram a classe social do seu antigo proprietário. No *hall* de entrada, o piso xadrez preto e branco de mármore ainda é original. O piano encostado na parede faz imaginar que aqui seria o local onde se apreciava música. É possível notar que a simetria da fachada se prolongou para o interior da casa. É visível, na disposição dos mobiliários, a simetria da sala: as duas marquesas na periferia, os dois espelhos emoldurando o piano que está no centro do ambiente e as cadeiras de aproximação reforçando a simetria.

Ilustrações 33 - Interior da casa-sede da Estância da Vitória

Fonte: Pinto, 1989 p.71.

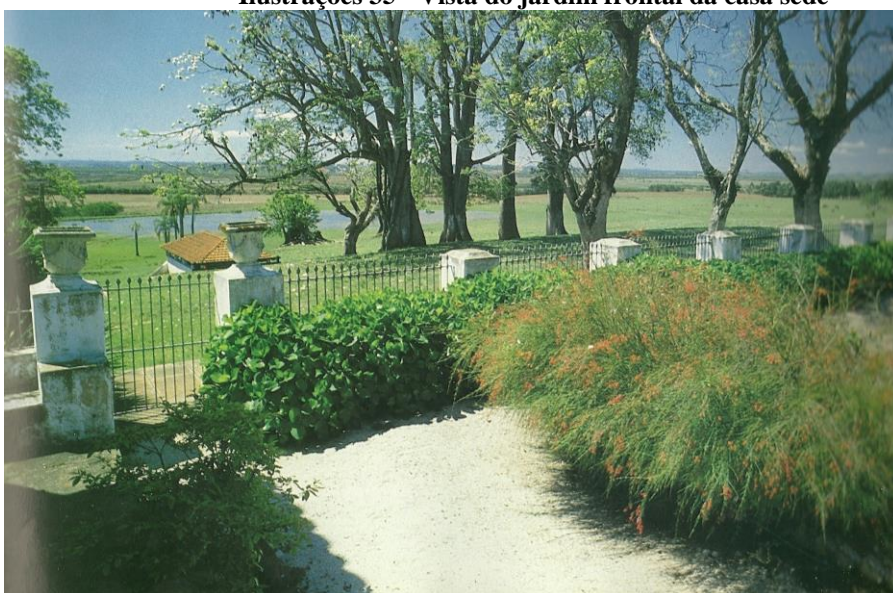
A originalidade ainda é notada através de outros detalhes, desde o teto em estilo saia e camisa até no piso de tabuão. Por seus proprietários, tanto o Barão como a família Mathias Velho, serem de grandes fortunas, frequentemente faziam viagens à Europa (MACEDO, 1987), e por isso o bom gosto por objetos de arte, mobiliário, revestimentos, etc. Isso é possível notar pelo inventário analisado, no qual constam muitos objetos de prata, móveis em jacarandá, tapetes, porcelanas e outros.

Ilustrações 34 - Sala de jantar



Fonte: Pinto, 1989 p.71.

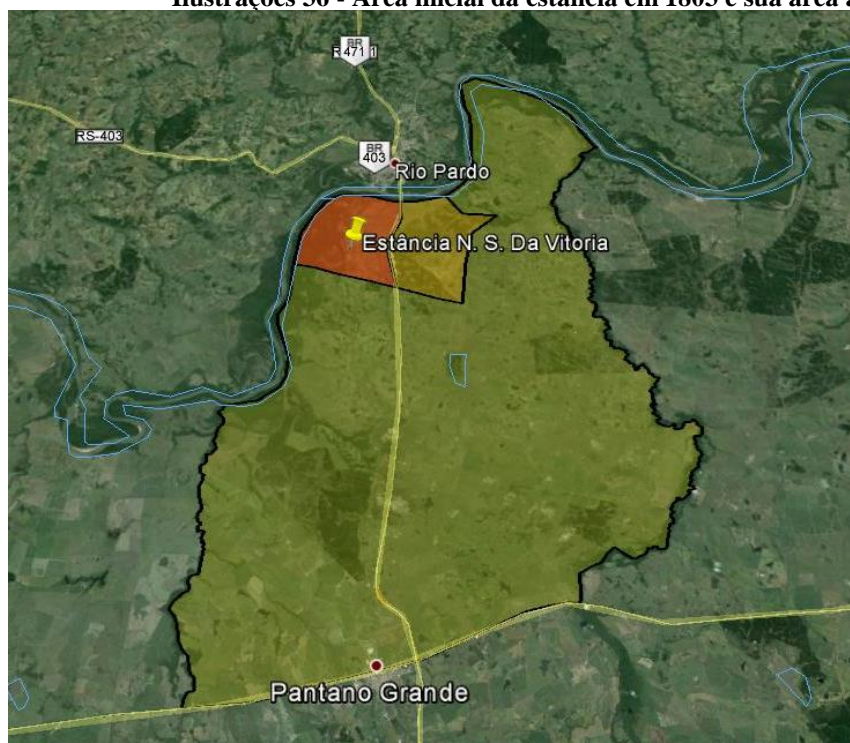
Ilustrações 35 - Vista do jardim frontal da casa sede



Fonte: Pinto, 1989 p.71.

Em meados dos anos 1980, devido a uma partilha, a área da estância que era em torno de 3.400 hectares (marcados na ilustração 36 em amarelo escuro) foi dividida. A área atual da estância (demarcada ilustração 36 em vermelho) possui em torno de 1.400 hectares. Passados mais de 210 anos desde a primeira demarcação da área da Estância Nossa Senhora da Vitória, a diminuição de seu território é nítida.

Ilustrações 36 - Área inicial da estância em 1803 e sua área atual



Fonte: elaborado pela autora a partir do inventário.

Atualmente, as terras da Estância da Vitória estão arrendadas a terceiros que nelas cultivam soja e arroz. Somente a casa e as outras benfeitorias estão sendo usadas pelos atuais proprietários que pertencem à família de Nara Fontoura, tetraneta de Mathias Jose Mathias Velho.

Hoje, o valor da terra é outro. A facilidade da vida moderna e as tecnologias fizeram a forma de viver no campo diferente. O *status* de estancieiros era mais que uma ostentação, era um modo de vida. Uma classe que, além de dinheiro, possuía um poder inigualável.

4.1.2 Inventário *post-mortem*

José Mathias Velho nasceu em Mostardas, em 1792, e morreu em Rio Pardo, em 1875. Casou, em 1827, com Luciana Francisca da Terra (1806-1888). O inventário pesquisado tem data inicial de 1876 e foi finalizado somente em 1879. A demora aconteceu pelo inventariado possuir menores de idade. O casal morava na Estância da Vitória quando Mathias veio a

falecer. Deixou como herdeiros sua esposa e 11 filhos. Um dos filhos do casal, Mathias José Velho Neto, havia falecido antes deste inventário e possuía filhos menores de idade. Sendo assim, o inventário transcorreu na vara de Órfão de Rio Pardo.

No inventário de Mathias Velho, a Estância da Vitória foi avaliada da seguinte forma:

Uma estância de criar, denominada de Nossa Senhora da Vitória na margem direita do rio Jacuí fronteira nesta cidade onde residia o inventariado Mathias José Velho e reside a viúva inventariante, contem oito léguas de campo e seis com matos, com todas as propriedades, pomares, e bem feitorias existentes no mesmo campo que os avaliadores avaliaram em trezentos e vinte contos de réis (320:000\$000)

Todos animais da estância no valor: 196:410\$0950

Moveis no valor 4:187\$3010

No inventário consta uma descrição detalhada de todo o patrimônio de Mathias José Velho. Por ser um homem muito rico, seu patrimônio estava espalhado por diferentes regiões da Província. Nesta pesquisa, foram coletados apenas os dados referentes à Estância da Vitória, como descrição dos animais, escravos e todos os móveis existentes dentro da casa-sede. Na tabela 4, está a relação dos animais que havia na estância em 1876. No total, havia 15.032 animais, divididos da seguinte forma:

Tabela 4 - Quantitativo de animais da Estância da Vitoria no ano de 1876

Inventário de Mathias José Velho 1876 - Estância da Vitória

Descrição dos animais	Valor
11.544 reses de criar xucas	126:984\$000
312 ditas mansas	4:056\$000
305 novilhos	5:490\$000
121 bois mansos	2:552\$000
179 cavalos mansos 1ª qualidade	3:222\$000
106 cavalos mansos 2ª qualidade	954\$000
67 potros capões	804\$000
24 mulas mansas	575\$000
1066 éguas xucas	4:264\$000
1300 ovelhas	1:950\$000
8 burros	24\$000
TOTAL	150:875\$000

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do inventario n° 803, 1876.

A quantidade de animais era considerada alta comparada às outras estâncias do mesmo período. E, para um rebanho desse porte, era necessária uma boa extensão de terra, e isto não era problema para a propriedade, já que possuía 34.848 hectares. Para a execução dos

trabalhos diários do campo, a estância possuía 53 cativos. Dentre estes, 35 escravos eram masculinos, sendo 16 campeiros, 2 roceiros, 1 pedreiro e um ferreiro. As escravas normalmente eram responsáveis pelas atividades doméstica da casa-sede dos estancieiros. Nem todos os escravos descritos no inventário foram listados com suas respectivas funções dentro da estância, conforme pode ser observado na tabela 5:

Tabela 5 - Listagem dos escravos da Estância Nossa Senhora da Vitória

Inventário de Mathias José Velho 1876 - Estância da Vitória

	Descrição dos ESCRAVOS	Profissão	Valor
1	Cijumpio	campeiro	1:500\$000
2	Braz	campeiro	1:200\$000
3	Adao Bambino	campeiro	500\$000
4	María Victoria e o ingênuo		1:000\$000
5	Rafael filho desta		100\$000
6	Frederico	campeiro	1:800\$000
7	Zeferino Jacó	campeiro	1:500\$000
8	Jasé Passarinho	campeiro	1:200\$000
9	Paulo	campeiro	1:500\$000
10	Martinho	campeiro	1:000\$000
11	Januário	campeiro	1:000\$000
12	Jacinto	campeiro	1:200\$000
13	Manoel, mulato	campeiro	1:500\$000
14	Roque	campeiro	1:000\$000
15	Davi	campeiro	800\$000
16	Juliao	campeiro	1:200\$000
17	Clementino	campeiro	800\$000
18	Conrado		500\$000
19	Luzia Gusoveva		1:000\$000
20	Jorge		600\$000
21	Antonio Meira	roceiro	800\$000
22	Joao Meira	campeiro	800\$000
23	Anturo		300\$000
24	José Crioulo, doente		25\$000
25	Julião	roceiro	1:500\$000
26	Pedro, mocambique		400\$000
27	Domingos		25\$000
28	Joaquim	pedreiro	800\$000
29	João, cego		25\$000
30	Pio		400\$000
31	Julia e os ingênuos		1:200\$000
32	Alfredo, filho da mesma		300\$000
33	Honoreia, filha da mesma		150\$000
34	Gertudi		900\$000
35	Cesária		1:000\$000
36	Luciana Lucia e a ingênuo		1:200\$000
37	Gabriela, filha da mesma		100\$000
38	Ignes de Castro		1:000\$000
39	Priciliana		1:200\$000
40	Idalina e o ingênuo		1:000\$000
41	Alexandre, filho da mesma		100\$000
42	Vicência		600\$000
43	Joaquina		800\$000
44	Virgilina		1000\$000
45	Bernardo		500\$000
46	Marcolina		300\$000
47	Romana		200\$000
48	Luisa, congo		700\$000
49	Joana		600\$000
50	Guilherme		800\$000
51	Mateus		500\$000
52	Joaquim	ferreiro	500\$000
53	Antonio, congo		300\$000
TOTAL			40:925\$000

Fonte: elaborado pela autora, a partir dos dados do inventario n° 803, 1876

Nos inventários normalmente aparece os nomes dos cativos, sua idade, o sexo e valor. Por vezes, também estado de saúde origem e ofício dos cativos eram registrado. Quando embarcados no litoral da África perdiam seu nome primitivo, sendo batizado cristão com um só nome, ao qual, posteriormente podia ser acrescentando mais um apelido de identificação, que provinha do local de procedencia do nativo, de sua profissão, ou de algo especto do cativo.

Os escravos de maior valor normalmente eram os campeiros jovens e com boa saúde, e as domésticas de mais experiência. Como o inventário pesquisado é de 1876, os valores dos escravos ainda são elevados. Logo em seguida seriam afetados pelo iminente fim escravidão.

Quando o Barão do Quaraí vendeu a Estância para Mathias José Velho, também vendeu junto um plantio de 50 escravos que havia na propriedade. Esta venda está descrita no livro Documentos da escravidão: Compra e Venda de Escravos, conforme trecho abaixo:

[...]Joaquim; ferreiro

Data da venda: 29/12/1857; Valor da venda: 50:000\$

Vendedor: Barão de Quaraí (e sua mulher, Baronesa de Quaraí)

Comprador: Matias José Velho

Observação: O valor é referente à venda juntamente com outros quarenta e nove escravos.[...]

Priciliana

Data da venda: 29/12/1857; Valor da venda: 50:000\$

Vendedor: Barão de Quaraí (e sua mulher, Baronesa de Quaraí)

Comprador: Matias José Velho

Observação: O valor é referente à venda juntamente com outros quarenta e nove escravos (Documentos da escravidão: Compra e Vendas de Escravos v. II, 2010 p.238)

Mathias José Velho comprou o lote de 50 escravos por 50:000\$000, ou seja, cada escravo custou 1:000\$000. Estes mesmos cativos citados acima aparecem no inventário de com os seguintes valores respectivamente: 800\$000 e 1:200\$000. Mesmo após 20 anos de trabalhos prestados para Velho, os escravos não se desvalorizam. Em média de acordo com o inventário cada trabalhador cativo valia então 762\$170.

É impossível atualizar os valores do quão custava um escravo ou animal. Porém, pode-se fazer um comparativo de quantas reses de criar eram necessárias para comprar um bom escravo. De acordo com os dados retirados do inventário de Mathias Velho, uma res de criar xucra custava 11\$000 e um escravo campeiro de boa qualidade, em torno de 1:500\$000. Sendo assim, eram necessárias em torno de 136 reses para comprar um bom escravo campeiro. Era um custo relativamente alto, porém o custo-benefício deveria valer a pena. Se o escravo trabalhasse, no mínimo, 10 anos, daria 13,5 reses por ano, uma média de 1,2 reses por mês. Porém, o escravo trabalhava a vida toda ou até ficar impossibilitado. Obviamente que

nesse calculo não foi computado o custo de manutenção do cativo que incluía alimentação, moradia e vestuário.

Na descrição dos bens dentro do inventário, ainda há a relação de todos os móveis que havia na estância, desde bandejas de prata, talhares, armários, cadeiras, carretas, até material de lida na estância.

Tabela 6 - Descrição dos móveis e equipamentos da Estância da Vitória

Inventário de Mathias José Velho 1876 - Estância da Vitória

Descrição dos móveis e objetos	Valor
01 Jarro e bacia de prata com 748 oitavas 2682 grammas	241\$380
01 bandeja de prata com 285 oitavas 1:011 grammas	90\$990
01 par de brincos de prata, um par de estribos de metal	12\$000
01 Tabolina de prata novo	400\$000
01 Lomilho de criar (?) de lavrado com cabeça (?)	40\$000
01 par de rédeas, 1 rabicho 1 cabeçada de França e 1 freio de gato	40\$000
01 dito de (?) prata	20\$000
01 Fiadora de prata	20\$000
01 cabeçada de prata	25\$000
01 (?) de dita	25\$000
01 Rebelo grande com prata	5\$000
01 freio de ferro com pecas de prata cabeçada	6\$000
01 par de rédea com boa digo	10\$000
01 faca pequena com bainha de prata	18\$000
12 colheres de para com chá com 60 oitavas cada 215 grammas	19\$350
18 ditas, ditas para sopa com 252 oitavas cada	82\$620
12 facas cabo de prata com 200 oitavas cada	64\$820
06 garfos de prata com 114 oitavas cada	36\$720
01 colher para terreira com 60 oitavas cada	19\$350
01 colher de prata para assar com 11 oitavos cada	3\$510
01 dita de dita para arroz com 55 oitavos cada	17\$730
01 bandeja e espreitadeira de prata com 90 oitavos cada	29\$070
01 paliteiro de prata com 80 oitavos cada	25\$830
01 dito de dita com 68 oitavos cada	21\$180
4 castiçais de dita novos com 480 oitavos cada	232\$335
02 ditos de ditas velhos com 224 oitavos cada	72\$270
01 copo de prata (?) com 100 oitavas cada	32\$220
03 bombas de prata com 318 oitavas cada um	9\$990
01 mobilha de jacarandá composta de sofá, mesa redonda, 4 aparadores e 18 cadeira e mais 2 cadeiras finas com dourados	200\$000
01 cama grande de mogno	50\$000
01 dita com grades para crianças	8\$000
02 marquesas francesas	40\$000
01 cama de cedro grande francesa	30\$000
01 marquesa	5\$000
01 guarda roupa	20\$000
01 cômoda de jacarandá	16\$000
01 lavatório	20\$000
01 cama grande com madeira	50\$000
01 bidê com pedra mármore	8\$000
01 trançador com espelho	4\$000
02 mesinhas	8\$000
01 Marquesa	4\$000
01 mesa redonda com pedra	10\$000
02 aparadores de sala de jantar	20\$000
02 consolos com pedras	20\$000

Descrição dos moveis e objetos	Valor
03 mangas de vidro	3\$000
01 relógio pendular	50\$000
01 mesa clausteca de jantar	40\$000
02 dúzias de cadeiras de cedro	90\$000
01 sofá jacarandá	10\$000
01 dito de cedro	10\$000
01 cama grande	20\$000
01 marquesa	5\$000
01 cômoda grande	30\$000
01 dúzias de cadeiras velhas	40\$000
01 cama de jacarandá antiga	10\$000
01 cadeira de balanço assento de palha	15\$000
01 dita de sentar	2\$000
01 mesa velha	2\$000
01 guarda louca ordinário	4\$000
01 maquina de costura	40\$000
01 dita, dia com defeito	10\$000
01 mesa grande velha	4\$000
01 dita, dita com abas	10\$000
?	2\$000
01 cadeira de balanço assento de palha	5\$000
01 banco de madeira	1\$000
01 mesinha	4\$000
01 cantoneira	8\$000
01 armário velho	2\$000
04 talhas para água	8\$000
01 armário	20\$000
01 marquesa	5\$000
01 mesa com balança	5\$000
01 armário velho	5\$000
01 lavatório	5\$000
03 marquesas usadas	15\$000
01 mesa grande	4\$000
01 piano de cauda branco	100\$000
04 castiçais de bronze com manga de vidro	20\$000
01 par de vasos de porcelana grande	20\$000
01 serpentina 5 luzes	25\$000
02 serpentinas	5\$000
02 pares de frascos de vidro	4\$000
01 dito com vasos, com defeitos	1\$000
01 dito frasco azul	54\$000
01 espelho de sala moldura dourada	30\$000
01 dito	20\$000
03 escarradeiras de porcelana	6\$000
01 lavatório com prata	20\$000
01 bidê	5\$000
01 lavatório velho	10\$000

Descrição dos moveis e objetos	Valor
01 uma comadre velha	10\$000
01 bancada de mármore	20\$000
01 mesa de jantar velha	4\$000
02 bancos compridos	2\$000
01 marquesa	4\$000
01 cater	2\$000
01 par de redias, 01 cabeçada de frança, 01 freio de ferro	12\$000
01 seleiro para andar de boiada, cavalares, rabichos, estribos carril velho	40\$000
01 dito de dito	60\$000
01 rebelho grande	5\$000
01 espingarda de dois canos	20\$000
01 dita comprida um cano	20\$000
01 dita fina 01 cano	15\$000
01 óculos de alcança	10\$000
01 facão com bainha	5\$000
01 espanha banhada de metal	10\$000
01 revolver	15\$000
02 carretas grandes em bom estado	160\$000
01 dita baixa ferrada	40\$000
01 carroça	40\$000
01 dita velha em mau estado	20\$000
01 carretinha com toldo	40\$000
01 carretinha para bois	25\$000
01 par de rodas grande ferradas	20\$000
05 arados	15\$000
01 rebelo com manivela	10\$000
02 eixos de ferro	10\$000
10 cambotas novas	30\$000
02 pares de roda pequenas	10\$000
02 ditas de mala de ferro	20\$000
01 eixo de ferro para carreta	5\$000
02 rodas para carretinhas e 4 chapas	20\$000
01 carroça de bagagem	10\$000
01 carro de 4 rodas com 2 pares de anéis e pertences	150\$000
24 tabuas maduras de lei	36\$000
01 eixo grande de ferro	5\$000
01 canoa velha	10\$000
3681 kg de arame de ferro	552\$150
TOTAL	3:190\$520

Fonte: elaborado pela autora, a partir dos dados do inventario n° 803, 1876.

Analisando esses bens descritos, é nítida a fortuna dos proprietários, desde os materiais das mobílias – jacarandá, mogno, mármore, etc. Até nos acessórios de montaria

cavalar era notado o prestígio social. Um item chama atenção: os 3.681kg de arame de ferro listado na última tabela. Isso significa que os campos passam a ser cercados com arame.

Os rebanhos de gado foram criados de forma extensiva, ou seja, não exigiam muitos cuidados e a produção do gado dependia, basicamente da extensão das terras. Na criação extensiva era possível cuidar dos rebanhos com quantidade pequena de trabalhadores. Nas estâncias de criação de gado, o acúmulo de fortuna era fácil. No último quartel do século XIX, inovações são introduzidas nas estâncias para tornar a produção de gado mais produtiva.

a partir do final do século, o início da difusão de bretes, mangueiras, internadas, etc. promovida pela difusão das cercas, sobretudo o arame, facilitou as tarefas pastoris, ainda que os trabalhos tenham se tornado comumente mais intensivos. Certamente houve variação da relação de mão de obra - animais nas fazendas. (MAESTRI, 2008, p. 216)

Com base nos dados coletados do inventário de Mathias José Velho, foi possível elaborar a tabela 7, na qual constam os bens de raiz referente à Estância da Vitória. Reunidos todos os bens relacionados da propriedade, chega-se ao total de 514:990\$500. Este era o valor da propriedade em 1876. Se fôssemos comprar a estância, seriam necessárias em torno de 46.817 cabeças de reses de criar, uma quantidade grande. Esses dados confirmam que a propriedade era extremamente importante para Rio Pardo, principalmente pela economia oriunda da estância.

Tabela 7 - Bens de raiz da Estância da Vitória

Inventário de Mathias José Velho 1876 - Estância da Vitória

Bens de Raiz	Valor
Escravos	40:925\$000
Móveis e equipamentos	3:190\$520
Animais	150:875\$000
Terras (8 léguas) e casas	320:000\$000
TOTAL	514:990\$500

Fonte: elaborado pela autora.

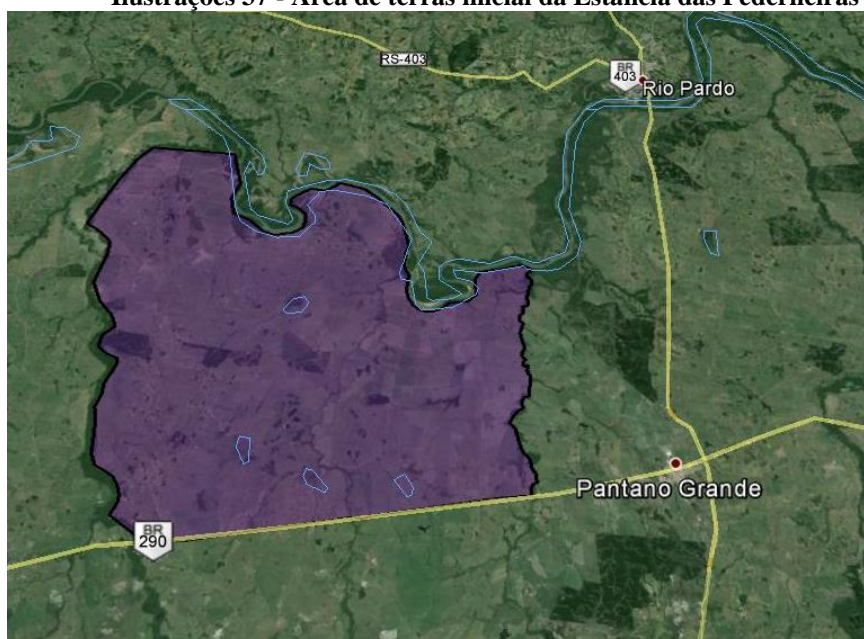
A partir da tabela 7, pode-se calcular a composição do patrimônio da Estância da Vitória, no ano de 1876. Os animais representavam 34,97%; os escravos 7,28%; os móveis e equipamentos 0,75% e a terra as demais benfeitorias 56,99% do patrimônio total. A terra se constituía então do bem mais valioso do estanciero. A valorização fundiária ocorreu principalmente a partir de 1850, quando foi editada a Lei de Terras.

4.2 Estância das Pederneiras

A Estância das Pederneiras está localizada próxima às margens do rio Jacuí e da estrada denominada Passo das Pederneiras. No final do século XIV se localizava no 5º distrito de Rio Pardo, denominado Capivary. Posteriormente, o distrito de Capivary passou a ser denominado de Capivarita, a partir 1987 este distrito passou a integrar o município de Pantano Grande. De acordo com o inventário pesquisado, em 1882, a estância possuía em torno de oito léguas de campo, algo próximo a 35.000 hectares¹⁵. Com as informações coletadas no inventário, testamento e medição, foi possível elaborar um mapa da Estância das Pederneiras.

Na ilustração abaixo, onde está demarcada a área da Estância das Pederneiras em 1882, nota-se que a propriedade possuía uma grande parte de suas terras ao norte delimitadas pelo rio Jacuí. Do lado leste, fazia divisa com a propriedade dos herdeiros de José Mathias Velho, então proprietários da Estância da Vitória, que foi descrita anteriormente e possuía quase a mesma área de terras.

Ilustrações 37 - Área de terras inicial da Estância das Pederneiras em 1882



Fonte: produzido pela autora a partir dos dados dos inventários.

A estância pertencia à Família Ferreira Porto, muito importante e rica. Possuíam títulos de nobreza em sua linhagem e eram grandes detentores de propriedades no RS. A primeira aparição da estância nos inventários da família Ferreira Porto foi no inventário do vereador José Ferreira Porto de 1882.

¹⁵ Inventário de Vereador José Ferreira Porto, de 1882 p.146 n° 111 V. 1.

A estância, antes de entrar para a família Ferreira Porto, pertenceu ao português Francisco Veloso Rebelo. Macedo (1969, p. 117) comenta a compra da mesma por Veloso Rebelo de outros proprietários: “A Estância das Pederneiras foi comprada em 1780 pelo português Francisco Veloso Rebelo a três possuidores: Bernardo Soares, José Soares e Ten. Manuel Caio e Sousa”. Possivelmente os herdeiros de Veloso Rebelo venderam a propriedade para a família Ferreira Porto antes de 1865. O Conde D’Eu, em sua primeira passagem pelo RS, do mesmo ano citado, referiu-se à família Porto da seguinte forma: “Pelo espaço de nove léguas consecutivas fomos sempre contornando, a esquerda, as propriedades de um único indivíduo, o Sr. Ferreira Porto, vulgarmente conhecido por Portinho” (D’EU 1981, p.38).

Em 1885, em sua segunda viagem pelo RS, o Conde D’Eu, juntamente com a Princesa Isabel e seus filhos, retornam a Rio Pardo. Foram hospedados nas estâncias da Família Ferreira Porto, e recebidos por Dona Eugênia Porto, viúva de José Ferreira Porto, que veio a óbito em 1882. Em decorrência do falecimento do vereador, a primitiva Estância das Pederneiras foi dividida em duas estâncias. Como é possível notar no relato do diário da Princesa Isabel, quando ela se refere às estâncias dos Ferreira Porto:

Partida para a Estância Bela Vista, do Newland, genro da Dona Eugenia Porto, às 10 horas da manhã, depois de Gaston ter ido visitar o quartel. Paramos na Estância Pederneiras, de José Porto, para ver um rodeio, este fechado numa mangueira, e os gaúchos, muito pitorescos, a cavalo ou a pé, com seus laços, para derrubarem os animais. (PINTO, 1989 p.270).

A princesa Isabel, ao citar José Porto, faz referência ao filho do vereador, que possuía o mesmo nome. A divisão da Estância das Pederneiras, decorrente da partilha, será melhor explicada posteriormente.

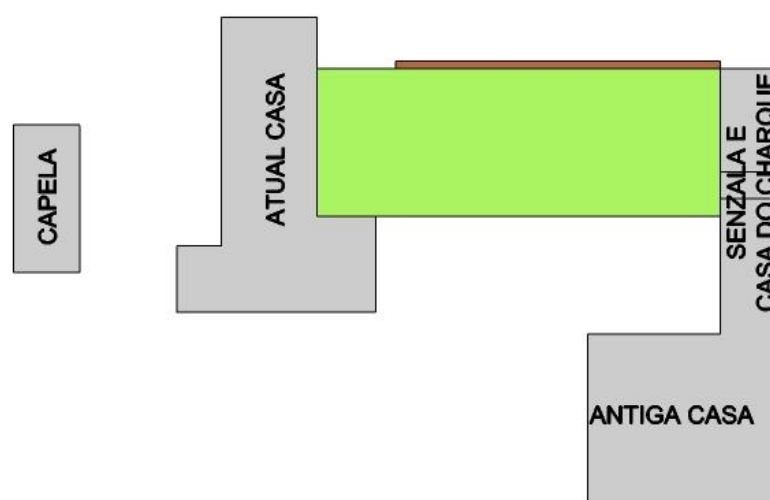
4.2.1 Formação e Arquitetura

A Estância das Pederneiras pertenceu ao vereador José Ferreira Porto como já dito, e, com seu falecimento, a estância, como seus outros bens, foram divididos entre seus herdeiros. Em seu inventário, a Estância das Pederneiras foi descrita da seguinte forma:

Nessa Fazenda “denominada Fazenda das “Pederneiras” com o seguinte:
 Uma casa de sobrado, morada de família.
 Uma dita térrea, morada do capataz, peões e cocheiro
 Uma casa térrea no lugar denominada Pederneiras.

A composição inicial da estância eram as benfeitorias listadas acima. Macedo teve acesso ao inventário de 1805, referente à estância, na qual estão melhor detalhadas as outras benfeitorias: “Casa de moradia com seus pertences, de atafona, de charquear, tudo coberto de telha para caber todos os seus pertences normais, com árvores de espinho, paineiras, mais arvoredos, cercado de horta e de lavoura...” (MACEDO, 1969, p. 117).

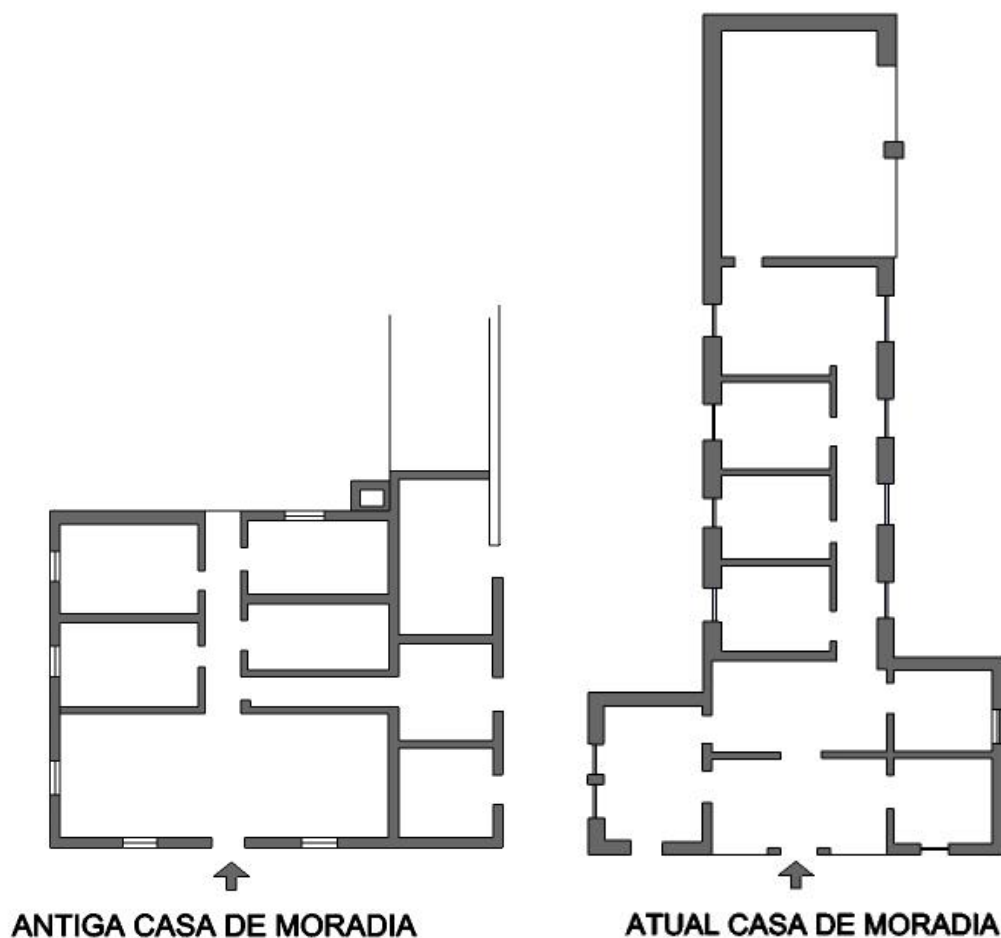
Ilustrações 38 - Planta de benfeitorias da Estância das Pederneiras



Fonte: elaborado pela autora a partir de Macedo, 1969 p.121.

Porém, Macedo faz uma reconstituição das benfeitorias da Estância das Pederneiras, após a partilha de 1882. Conforme ilustração acima, a edificação denominada “antiga casa” provavelmente deve ser a mesma que é descrita no inventário de Ferreira Porto da seguinte maneira: “Uma casa térrea no lugar denominada Pederneiras”. Por ser uma construção simples, o herdeiro deve ter providenciado a construção da atual casa de moradia, para melhor conforto. Desta planta baixa, elaborada por Macedo em 1964, pouco resta inalterado nos dias atuais. Devido a um incêndio na estância, foram necessárias algumas reformas nas edificações. Da capela restaram apenas as ruínas.

Ilustrações 39 - Plantas das casas da Estância das Pederneiras



Fonte: elaborada pela autora a partir de Macedo, 1969 p. 121.

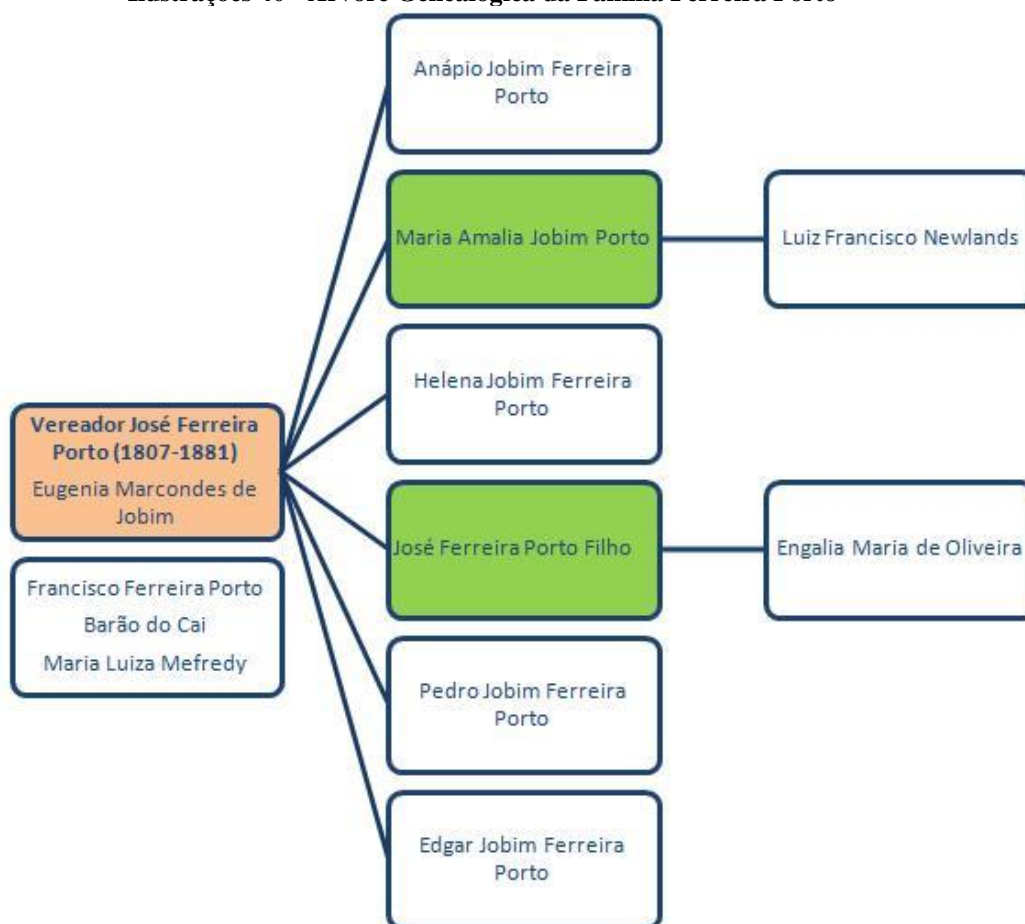
Analisando a planta da antiga casa, nota-se a presença do quarto escuro. Já citou-se anteriormente, a serventia desse cômodo, porém Macedo cita um relato de uma das herdeiras que afirmou que a família utilizava esse cômodo para se reunir em dias de tempestades para rezar diante das imagens que havia dentro do ambiente. (MACEDO, 1969). Já a nova morada possui formato retangular, com acréscimo de varandas e de peças laterais, como Macedo assevera:

O exame da atual casa de moradia mostra duas fases: uma que teria sido contemporânea à construção da capela, corresponde a uma época de maior opulência, e outra em que foram acrescentadas peças laterais e uma varanda frontal, em que aquela opulência teria exigido maior dignidade à residência do proprietário. As peças acrescentadas na segunda fase nos lembram a casa rural paulista. (MACEDO, 1962 p. 117).

4.2.2 Inventário *post-mortem*

Para melhor entendimento da partilha da Estância das Pederneiras, elaborou-se uma pequena árvore genealógica da família Ferreira Porto, a partir do vereador José Ferreira Porto. Foram destacados com a cor verde os filhos que herdaram as casas da estância. Esta árvore comprova, também, que a Estância das Pederneiras nunca pertenceu ao Barão do Cai (Francisco Ferreira Porto), como alguns pesquisadores afirmavam ser. O Barão do Cai era apenas o irmão do vereador Jose Ferreira Porto.

Ilustrações 40 - Árvore Genealógica da Família Ferreira Porto



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados dos inventários.

Além da Estância das Pederneiras, o vereador possuía outras muitas propriedades. De acordo com o seu inventário, a partilha relacionada especificadamente a estância ficou acertada entre três herdeiros da seguinte maneira:

Ao herdeiro José Ferreira Porto Filho:

“ 3 Léguas de campo da Fazenda das Pederneiras, 90:000\$00`

A dita tέρrea no distrito denominado Pederneiras 1:500\$00

1 cavalo de raça inglesa 1:500\$000

1 touro de raça inglesa 500\$000

23 novilhos ingleses 598\$000

11 potros de raça inglesa 220\$000

3000 Reses de criar 39:000\$000

80 cavalos 148\$000

100 éguas 300\$000

20 potros domados 320\$000

20 potros xucros 240\$000

329 ovelhas 435\$500

20 bois mansos 600\$000

E os escravos:

Pampeo 900\$000

Estácio 400\$000

José Feliciano 400\$000

Felicidade Benigma 500\$000

Laura 600\$000

(???) 400\$000

João Antonio 800\$000

Leonel 800\$000”

À herdeira Maria Amália Jobim Porto:

“Duas léguas de campo da Fazenda das Pederneiras 60:000\$000

O sobrado de moradia da família 500\$000

Casa do capataz copeira 400\$000

1800 reses 24:000\$000

20 novilhos inglês 520\$000

8 potros inglês 160\$000

80 cavalos 1:280\$000

14 potros domados 224\$000

19 potros xucros 228\$000

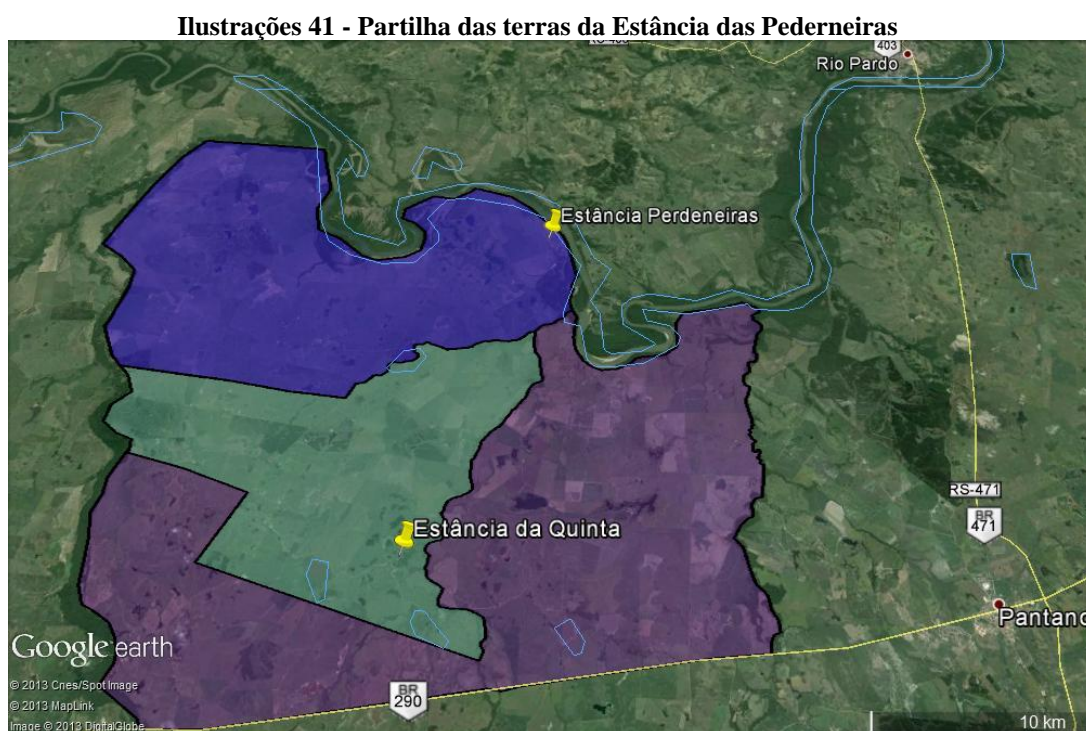
14 éguas 1:200\$000

321 ovelhas 498\$000

10 bois mansos 300\$000

Ao herdeiro de menor, Anápio Jobim Porto foi destinado, três léguas de campo da estância das Pederneiras.

Com os dados citados acima, e os dados da medição da área da herdeira Maria Amália Porto Newlands de 1909, foi possível elaborar a ilustração 41, no qual está demarcada a área das partilhas de cada herdeiro. A parte destacada em azul ficou para o herdeiro José Ferreira Porto Filho (3 léguas de campo e uma casa), a área na cor verde para a herdeira Maria Amália Porto Newlands (2 léguas de campo e um sobrado) e a área remanescente, na cor roxa, ficou para o herdeiro Anápio Porto (3 léguas de campo).



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados dos inventários.

Os inventários são uma grande fonte de investigação. Neles é possível coletar dados dos mais diversos, desde bens, dívidas ativas, joias, escravos, intrigas de família, filhos bastardos, etc. Como não existia um consenso sobre como os dados deveriam ser arrolados, cada escrivão tinha sua forma de relatar. Por exemplo: no inventário da Estância da Vitória foram arrolados, um por um, todos os objetos, móveis e ferramentas, que havia dentro da

residência. Já no inventário de Ferreira Porto esse fato não ocorreu possivelmente os moveis e objetos das casas tenham sido incluídos na avaliação das benfeitorias. Porém este mesmo inventário possuía mais dados sobre os escravos, como idade e profissão e dos equipamentos. Sendo assim, a forma de avaliar os bens nos inventários não são padronizados. Para esta pesquisa, foi fundamental o acesso aos inventários, pois foi possível coletar os dados para estudar a composição do patrimônio das estâncias.

De acordo com o inventário de José Ferreira Porto, a Estância Pederneiras possuía 18 escravos, com idades que variavam de quatro a 40 anos.

Tabela 8 - Descrição dos escravos da Estância das Pederneiras em 1882

Inventário do vereador José Ferreira Porto - Estância das Pederneiras

Descrição dos escravos		Profissão	Idade	Valor
1	Felippe	campeiro	40	800\$000
2	Pampeu	campeiro	15	900\$000
3	Ciriaco	campeiro	36	600\$000
4	Gerlado	campeiro	22	800\$000
5	João Antonio	campeiro	18	800\$000
6	Estacio	campeiro	32	400\$000
7	Felicidade	doméstica	35	400\$000
8	Laura	doméstica	14	600\$000
9	Zenobia		7	600\$000
10	Fruтуosa		6	500\$000
11	Leonel	campeiro	37	800\$000
12	Marcellino	campeiro	24	600\$000
13	João Paulo	campeiro	23	800\$000
14	Felicidade Benigma	doméstica	26	500\$000
15	Andre		4	600\$000
16	Pedro	campeiro	21	600\$000
17	Praxedes	campeiro	9	500\$000
18	João do ceu	campeiro	40	800\$000
Total				11:600\$000

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do inventário.

Como já explicado aqui, os escravos campeiros e de boa saúde possuíam valor mais alto em comparação aos demais. As campanhas pelo fim da escravidão afetaram o valor do escravo, como é possível notar quando comparamos os valores dos escravos do inventário de Ferreira Porto com o de José Mathias Velho, proprietário da Estância da Vitória. Como registrado assim, de acordo com o inventário de Velho, um bom escravo campeiro custava em torno de 1:500\$000 a 1:800\$000. Já na Estância das Pederneiras, o cativo campeiro custava no máximo 900\$000, ou seja, ocorreu uma desvalorização do escravo no período de 6 anos. A média do valor dos escravos caiu de 772\$170 para 644\$444 de um inventário para o outro.

Enquanto, em 1876, eram necessárias 136 reses para comprar um bom escravo campeiro, em 1882 eram necessárias apenas 69 reses de criar.

No arrolamento dos animais da Estância das Pederneiras, é interessante notar, pela primeira vez, a menção à presença da raça inglesa. São indícios da melhoria da qualidade dos animais. A propriedade possuía 17.085 reses de criar, no valor de 13\$000 cada uma. Enquanto o valor do escravo decrescia com a proximidade do fim da escravidão, o valor da res aumentava, antes era 11\$000 e agora 13\$000.

Tabela 9 - Descrição dos animais da Estância das Pederneiras

Inventário do vereador José Ferreira Porto - Estância das Pederneiras

Descrição dos animais	Valor
01 touro de raça inglesa	500\$000
01 cavalo dito	1:500\$000
17.085 reses de gado de criar	222:105\$000
970 reses de novilho	25:220\$000
121 bois mansos	3:630\$000
3655 éguas	10:965\$000
18 mullas	575\$000
23 jumentos	34\$500
76 potros xucros	912\$000
56 potros de criação	896\$000
320 cavalos mansos	5:120\$000
658 ovelhas	987\$000
83 novilhos de raça inglesa	2:158\$000
35 potros de raça inglesa	700\$000
Total	275:302\$500

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do inventário.

No que diz respeito à descrição dos equipamentos relacionados à Estância das Pederneiras, aparecem algumas carroças e carretas, conforme tabela 10:

Tabela 10 - Descrição dos equipamentos da Estância das Pederneiras

Inventário do vereador José Ferreira Porto - Estância das Pederneiras

Descrição dos equipamentos	Valor
5 carretas novas	640\$000
2 ditas velhas	120\$000
1 carroça	50\$000
1 carro de ensino	150\$000
1 troll	350\$000
Total	1:310\$000

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do inventário.

Como a Estância das Pederneiras possuía mais que uma residência dentro de seus campos, elas foram avaliadas separadas do valor da terra. Esse fato não ocorreu na estância estudada anteriormente em que apenas constava o valor dos campos com a casa.

Tabela 11 - Descrição terras e benfeitorias da Estância das Pederneiras

Inventário do vereador José Ferreira Porto - Estância das Pederneiras

Descrição das terras e Benfeitorias	Valor
8 léguas de campo	240:000\$000
1 casa de sobrado	5:000\$000
1 dita térrea morada do capataz, peões e cocheiros	4:000\$000
1 casa térrea denominada a Perdeneiras	1:500\$000
Total	250:500\$000

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do inventário.

Conforme tabela 11, cada légua de campo foi avaliada em 30:000\$000. O sobrado citado é a atual casa-sede da Estância da Quinta, que será a próxima a ser abordada. A casa térrea denominada Pederneiras constituía a casa-sede da Estância Pederneiras.

Em um inventário o valor total dos bens avaliados é denominado *monte-mor*. Como somente foram trabalhados os dados da Estância das Pederneiras tem-se os seguintes:

Tabela 12 - Bens de Raiz da Estância das Pederneiras

Inventário do vereador José Ferreira Porto - Estância das Pederneiras

Bens de Raiz	
Escravos	11:600\$000
Equipamentos	1:310\$000
Animais	275:302\$500
Terra (8 léguas)	240:000\$000
Benfeitorias	10:500\$000
Total	538:712\$500

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do inventário.

Com todos os bens relacionados na tabela 12, chega-se ao valor final da Estância das Pederneiras. Em 1882 ela foi avaliada em 538:712\$500. Um valor bem próximo da estância anterior aqui estudada. As tabelas explanadas aqui são de suma importância para o entendimento da composição do patrimônio da estância, que era da seguinte forma: 2,15% de escravos; 2,19% de equipamentos; 51,10% de animais e 44,55% de terras e benfeitorias. Nesta estância o bem mais valioso eram os animais, diferentemente da estância anterior onde a terra era o bem principal.

4.3 Estância da Quinta

A Estância Boa Vista da Quinta, ou simplesmente Estância da Quinta, localiza-se nas margens BR 290, no período estudado ficava no Município de Rio Pardo. Com a emancipação do Município de Pantano Grande (1987), a estância acabou sendo parte deste município.

Essa propriedade é derivada da partilha da primitiva Estância das Pederneiras conforme já explanado anteriormente. O sobrado e as duas léguas recebidas na herança do finado vereador Ferreira Porto foram o início da Estância da Quinta. Foram seus proprietários, Maria Amália Jobim Porto Newlands e seu Marido Luiz Francisco Newlands, que deram início a esta estância.

Na ilustração abaixo está a área inicial da Estância da Quinta, conforme inventário e medições realizadas na propriedade.

Ilustrações 42 - Área da Estância da Quinta em 1909



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do inventário 1909¹⁶.

4.3.1 Formação e Arquitetura

A Quinta é uma estância relativamente nova comparada com as demais já analisadas, mas é nela que se encontra o único exemplar de uma casa-sede em estilo de sobrado. Laytano a considerou a casa-sede de estância mais bonita da região:

¹⁶ Inventário de Luiz Francisco Newlands, n°145 ano1909

A CASA da Fazenda da Quinta, ou as casas, seria melhor dizer, foram construídas em 1866 e é, sem dúvida, como residência, a mais bela estância do Rio Pardo. Talvez não fosse exagerado acrescentar que se trata duma construção civil muito rara mesmo em todo o Rio Grande. É um sobrado simples, mas de elegantes linhas arquitetônicas, tendo dos dois lados casas baixas que formam um só edifício. Há ainda as senzalas. Possui a fazenda móveis antigos como lavatórios, cômodas, camas cadeiras, oratórios trabalhados com gosto. [...] Construída em plena guerra do Paraguai, embora três anos depois da retomada de Uruguaiana, pelas forças brasileiras, a Fazenda da Quinta mostra-nos a importância econômica que possuía o tradicional município gaúcho. (LAYTANO, 1979, p.88).

Afinal, possuir um sobrado como casa-sede em uma estância era para poucos. O sobrado, tanto rural quanto urbano, era apenas para a elite, e de muito poder, como já explanado aqui anteriormente. Pode-se considerar este exemplar na Estância da Quinta uma radiografia da elite estancieira, um verdadeiro representante desta classe.

Ilustrações 43 - Fachada principal da casa-sede da Estância da Quinta



Fonte: Pinto, 1989, p.26.

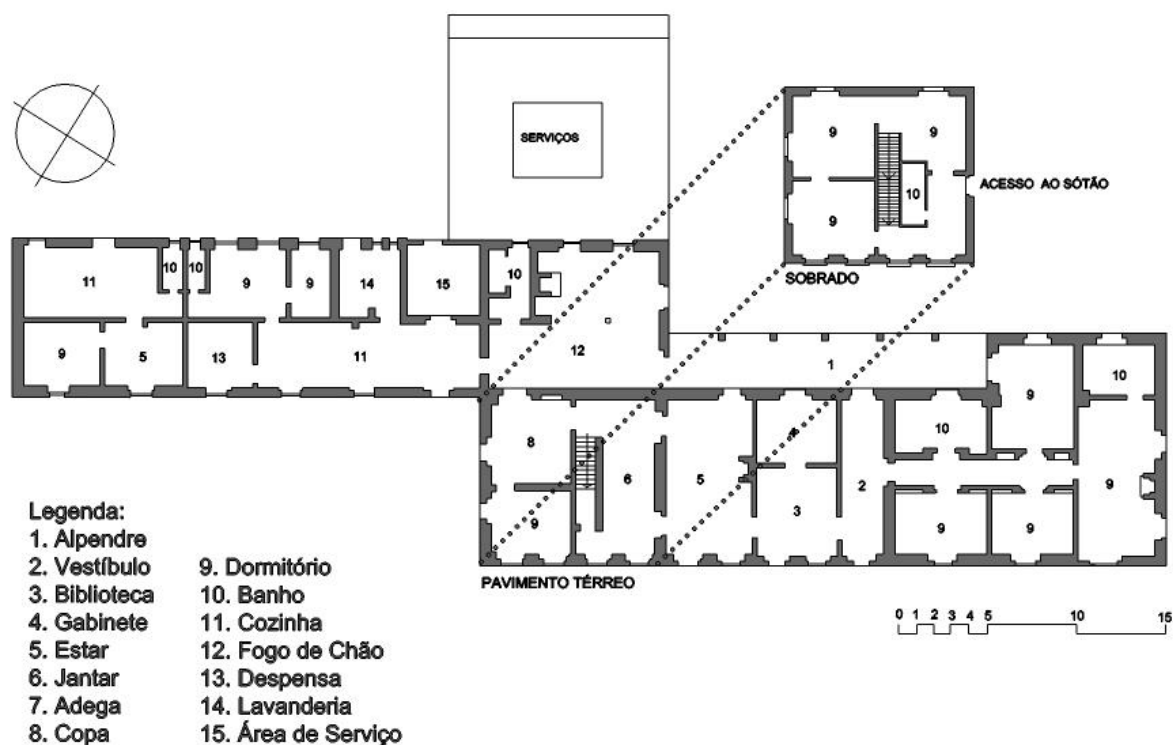
A edificação principal em formato de solar/sobrado com estilo português encontra-se em ótimo estado de conservação. A importância econômica da Estância da Quinta é perceptível, porquanto se percebe o real contraste existente entre o sobrado com o bloco de serviços. Atualmente, sua principal atividade é a de plantio de soja e a criação de cavalos crioulos.

Entre as casas-sede já estudadas, a da Quinta é a maior. Uma residência típica açoriana, com aberturas de caixilhos de vidro e arco na parte superior, e dimensões mais amplas do que das casas anteriores. As janelas pintadas de azul escuro se destacam na fachada branca. No segundo andar do sobrado, há pequenas sacadas nas portas-janelas com parapeitos em ferro trabalhado.

Na estância estudada, encontram-se ambientes que as outras não possuíam, como por exemplo: adega, biblioteca etc. São compartimentos até então desconhecidos na sociedade. Provavelmente, os proprietários da Quinta, em suas viagens ao exterior, adquiriram gosto refinado, exigindo estes ambientes em sua casa de moradia na estância.

No bloco principal está o sobrado, que é a casa de moradia do estancieiro. E este está conectado ao outro bloco, onde estão os compartimentos referente a serviços. Por meio deste bloco é possível acessar o pátio de serviços. No final do bloco de serviços, há atualmente uma pequena residência – cozinha, dormitório, banho e sala – sem conexão interna para o restante dos blocos. Provavelmente, ali era a senzala e hoje em dia deve ser a casa da doméstica.

Ilustrações 44 - Planta Baixa da casa sede da Estância da Quinta



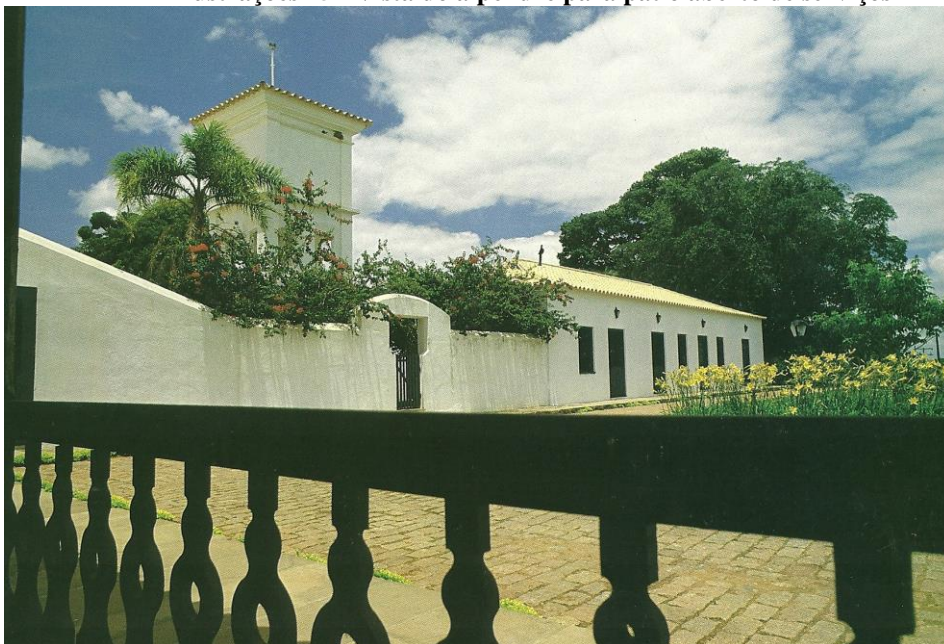
Fonte: elaborada pela autora a partir de Pinto, 1989 p.200.

Nessa edificação, nota-se pela primeira vez, a presença do banheiro dentro da residência. Porém, como não se sabe a data exata da construção da casa e nem da planta, não se pode afirmar em qual época os banheiros foram anexados à casa. Mas, pela forma que foram distribuídos na residência, provavelmente foram adaptados aos espaços existentes.

O acesso principal à residência é feito pelo alpendre (varanda). Ao entrar na residência pelo vestíbulo, encontra-se, no lado esquerdo a área íntima da família, como dormitórios e banheiros dos proprietários. E, no outro lado, está a área de convívio da família, como sala de estar, biblioteca, sala de jantar, copa etc. Essa divisão entre a área social e área íntima era uma forma de preservar a vida privada da família perante a permanência das visitas em sua residência.

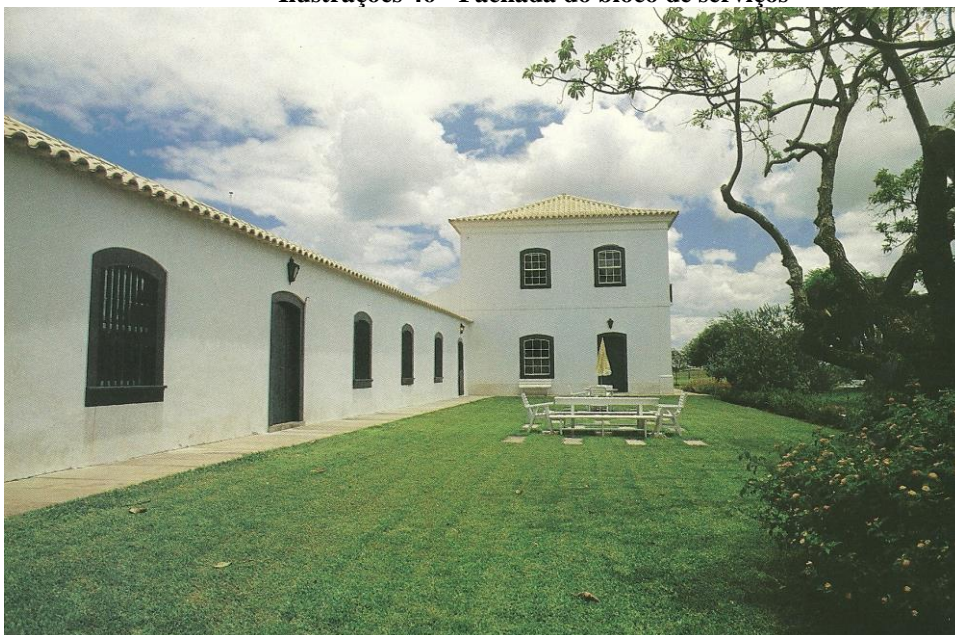
Na ilustração 45, é possível notar que há uma torre no pátio de serviços, onde provavelmente é o reservatório de água. O pátio é resguardado por um muro, tendo acesso por um portão. E este pátio está conectado a um bloco que não consta na planta baixa, provavelmente pela tipologia da fachada (janela e porta). Devem ser pequenas casas/dormitório.

Ilustrações 45 - Vista do alpendre para pátio aberto de serviços



Fonte: Pinto, 1989, p.31.

Ilustrações 46 - Fachada do bloco de serviços



Fonte: Pinto, 1989, p.30.

Na fachada do bloco em que está localizada a parte de serviços da casa, pode-se notar a presença de grades nas janelas. Como já citado aqui anteriormente, o emprego de grades nas janelas das senzalas era com o intuito de evitar possíveis fugas de cativos. Hoje, a senzala abriga uma pequena residência da doméstica da casa.

Ilustrações 47 - Biblioteca e escadaria de acesso à parte do sobrado



Fonte: Pinto, 1989, p.28-29.

As janelas possuíam tampos internos, uma forma de dar mais privacidade e segurança à residência. O piso de tabuão e o forro de madeira estilo saia e camisa pintado de azul enriquecem o ambiente. Na sala de jantar nota-se a presença de uma tabua fixada na parede e distante 80 cm do chão, que tinha a finalidade de preservar a parede, das possíveis “encostadas” das cadeiras. Esta guarnição era utilizada em salões ou lugar que recebiam muitas pessoas.

Ilustrações 48 - Azulejos pintados com o nome da estância e o símbolo da estância



Fonte: Pinto, 1989, p.32.

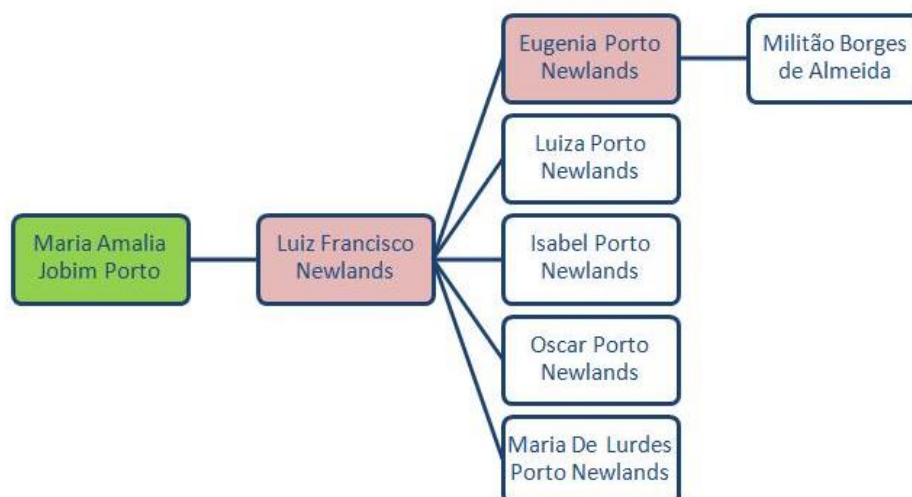
O nome da estância pintado com tinta azul em azulejos brancos, provavelmente feito por algum artista renomado, remete às origens portuguesas da família e da casa. Ao lado está o símbolo utilizado para marcar os animais da estância, como forma de registro de posse.

4.3.2 Inventário *post-mortem*

A Estância da Quinta originou-se da primitiva Estância das Pederneiras. Esta divisão já fora explanada anteriormente. Maria Amália de Jobim Porto Newlands herdou da propriedade de seu pai duas léguas de campo e um sobrado, morada da família. Foi assim que a Estância Boa Vista da Quinta se formou.

A Estância da Quinta somente aparece com esta denominação no inventário de 1909, de Luiz Francisco Newlands, marido de Maria Amália Jobim Porto. Deste matrimônio resultaram cinco filhos. Com o falecimento do casal fundador, a Estância da Quinta ficou para a herdeira Eugenia Porto Newlands, casada com Militão Borges de Almeida.

Ilustrações 49 - Árvore genealógica da Família Porto Newlands



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do inventário de José Ferreira Porto.

Por ser um inventário mais recente, não possuía tantos detalhes sobre mobiliários, objetos e equipamentos. E, por ser de 1909, não havia mais nenhum cativo.

Tabela 13 - Descrição dos Animais da Estância da Quinta

Inventário de Luiz Francisco Newlands - Estância da Quinta

Descrição dos animais	Valor
120 reses de criar	3:600\$000
730 ovelhas	2:920\$000
47 éguas chucras	470\$000
14 cavalos chucros	350\$000
10 cavalos mansos	250\$000
TOTAL	7:590\$000

Fonte: Elaborada pela autora a partir do inventário de Luiz Francisco Newlands.

Enquanto na Estância da Vitória uma rês valia 11\$000, das Pederneiras valia 13\$000, da Quinta, valia 30\$000. Esse aumento gradual do valor do gado pode ser pelo melhoramento da genética, qualidade da carne, ou pelo o aumento de custos na criação do gado, devido ao fim da escravidão, os estancieiros tiveram que contratar mais trabalhadores assalariados para exercer os serviços anteriormente feitos pelos cativos.

Tabela 14 - Bens de Raiz da Estância da Quinta, 1909

Inventário de Luiz Francisco Newlands - Estância da Quinta

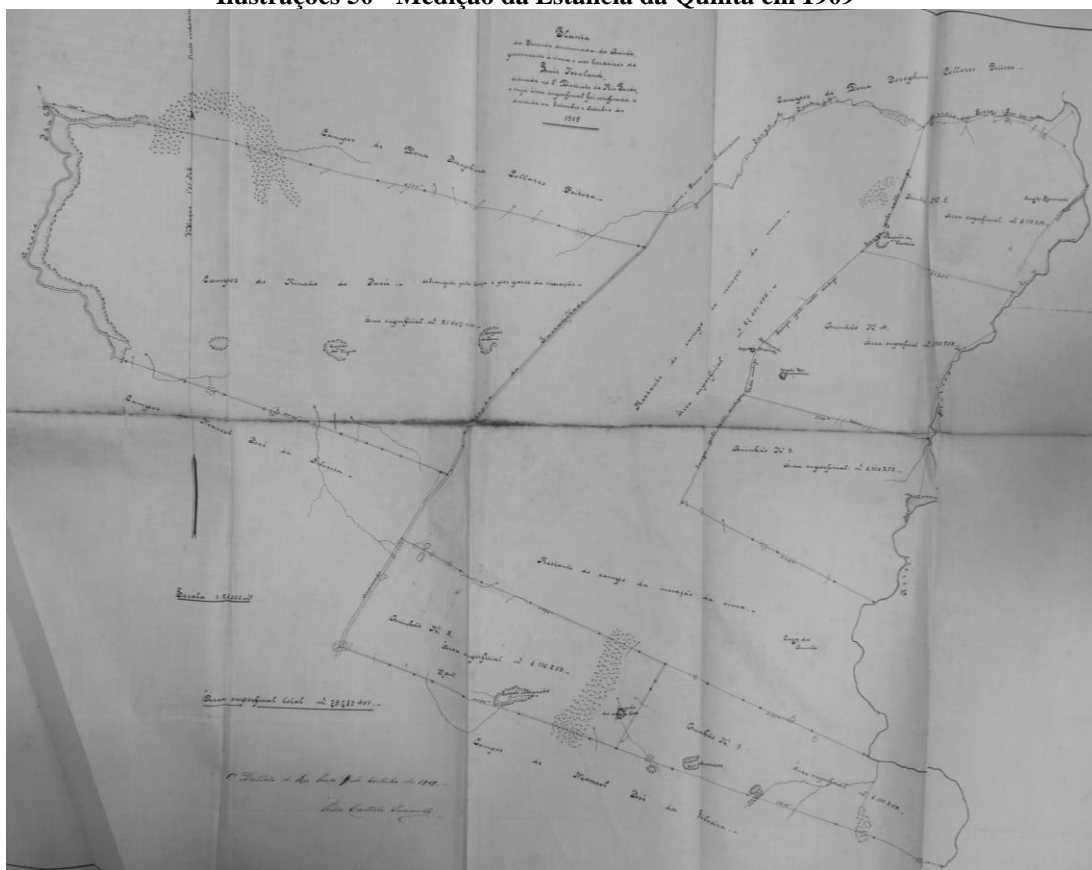
Bens de Raiz	
Animais	7:590\$000
Terra 8.841 hectares	160:000\$000
Casa de moradia na estância	8:000\$000
Total	175:590\$000

Fonte: Elaborada pela autora a partir do inventário de Luiz Francisco Newlands.

Na tabela 14 estão os bens de raiz da Estância da Quinta. Por não possuir escravos, a composição do patrimônio desta propriedade era de 4,32% de animais; 91,12% de terras e 4,55% de casa e benfeitorias. Mesmo o inventário estudado sendo o mais recente comparado aos demais, a terra era o bem mais valioso do patrimônio.

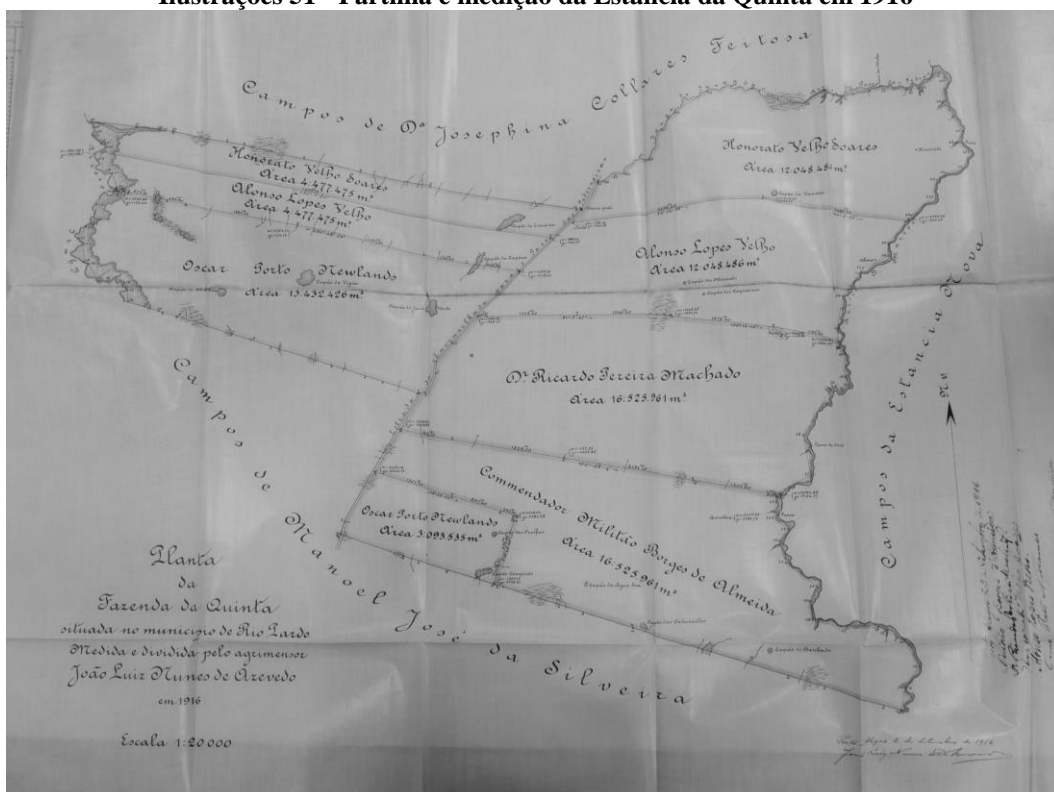
Nos inventários e documentos relacionados à Estância da Quinta sempre houve divergência entre os herdeiros sobre a área total da mesma. Sendo assim, foram achados 4 pedidos de medições dos campos e encontrados apenas dois mapas, um de 1909, ano do falecimento de Luiz Newlands, e outro de 1916, com o falecimento da viúva Maria Amália Porto Newlands. A Quinta teve formação inicial com 87.120.000 m², porém, no inventário de 1909, ela foi descrita com área de 79.789.401 m². E, com o falecimento de dona Eugenia, seus herdeiros, já insatisfeitos com as antigas medições, solicitaram, em 1915, uma nova medição, que resultou com área de 82.629.805 m².

Ilustrações 50 - Medição da Estância da Quinta em 1909



Fonte: Inventário Luiz Francisco Newlands, 1909.

Ilustrações 51 - Partilha e medição da Estância da Quinta em 1916



Fonte: Inventário Luiz Francisco Newlands, 1909.

Nas ilustrações 50 e 51 evidenciam a partilha da Estância da Quinta havida no início do século XX.

4.4 Os trabalhadores das estâncias: cativos e livres

Conforme a bibliografia demonstra, com o fim do tráfico negreiro, em 1850, com a Lei Eusébio de Queiros, a oferta de escravos no mercado diminui muito, aumentando o valor dos escravos. Com a intensificação do movimento pela abolição da escravatura os preços dos cativos tenderam a cair. Isso aconteceu principalmente na década de 1880, quando a perspectiva de abolição era iminente.

A abolição da escravidão no Brasil se deu por etapas. Primeiramente houve a extinção do tráfico negreiro em 1859. Em 1871 a lei do Ventre Livre possibilitou que os filhos nascidos de escravos a partir desta data estariam livres. Em 1885 houve a Lei do Sexagenários mas foi somente em 1888, com a Lei Áurea, que a escravidão no Brasil teve fim.

As manifestações contra a escravidão, até a extinção da mesma, causaram impacto na composição do patrimônio das estâncias estudadas. Pode-se constatar, ao analisar os dados na tabela 15, o decrescente número de escravos listados. Através dos inventários dos proprietários das estâncias estudadas é possível notar que em todas as três estâncias houve a utilização de mão de obra escrava.

Tabela 15 – Composição das estâncias

Composição das estâncias pesquisadas

inventários	estância	ano	área	nº de escravos outras funções	nº de escravos campeiros	total escravos	nº de reses	nº de total animais
1	Vitória	1876	35.500 hec	37	16	53	11.544	15.052
2	Pederneiras	1882	34.848 hec	5	13	18	17.085	23.102
3	Quinta	1909	8.841 hec	0	0	0	120	921

Fonte: A autora elaborada a partir de dados dos inventários.

Como o inventário da Estância da Vitória é o mais antigo, é possível notar a quantidade elevada de escravos em relação às demais estâncias. O inventário da Estância das Pederneiras, com data 1882, já sofre uma considerável diminuição de escravos. A Estância da Quinta inicialmente possuía escravos quando da sua constituição. Porém, como o inventário pesquisado é datado de 1909, os escravos já não mais existiam.

Os cativos relacionados nos inventários eram classificados de acordo com sua profissão e, geralmente, os escravos campeiros e domadores valiam mais, pois eram fundamentais para a lida no campo e responsáveis por guardar e realizar os rodeios do gado. Osório (2005) relata

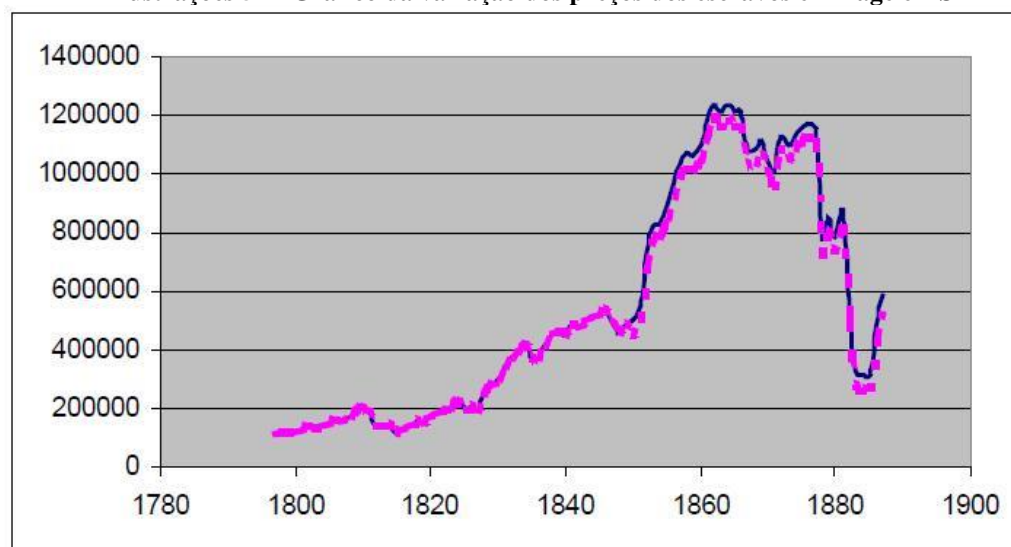
que o elevado preço dos escravos poderia ser uma forma dos estancieiros em mantê-los nas propriedades, sem que eles pudessem comprar sua alforria. Maestri (2008) a esse respeito defende que nos séculos XVIII e XIX era muito difícil encontrar mão de obra tanto escrava como livre. A dificuldade de encontrar força de trabalho teria forçado a utilização do cativo.

O valor do escravo gradualmente aumentou durante o século XIX, e perto do fim da escravidão descaiu de preço. O escravo em 1816 custava em torno de 120\$000, já em 1820, era 200\$000. (Maestri, 2008). Sobre a valorização dos escravos, Maestri assevera:

Em 1831-32, no Rio Grande, o preço médio do cativo novo importando encontrava-se já em 350\$000. Após o fim do tráfico, em 1850, o trabalhador escravizado valia um patrimônio! Em 1868, o anúncio de venda de uma charqueada em Santa Isabel oferecia cativo de 32 anos, de sexo masculino, por 1:200\$000 mil-réis – o valor de quatrocentos cavalos ou seiscentas éguas ou 150 bois prontos – 3\$000, 3\$000 e 8\$000 mil-réis, respectivamente. A produção anual de uma fazenda com uns 1500 animais! A evolução do preço da alforria do cativo, de 1830 a 1880 em Pelotas, o principal centro saladeiril sulino, sugere também a dimensão da valorização do trabalhador escravizado. (MAESTRI, 2008 p.211).

Noguerol et al (2010), fundamentados em inventários pesquisados, construíram um gráfico do preço médio de escravos na Província do RS e no município de Bagé. Para tanto, elegeram como padrão, os chamados escravos de primeira linha. Para eles os escravos de primeira eram aqueles que apresentavam as seguintes características: ser sadio, do sexo masculino e contar de 20 a 30 anos de idade. A ilustração 52 representa a variação dos preços médios deste tipo de cativo no Rio Grande do Sul e em Bagé ao longo de 90 anos:

Ilustrações 52 - Gráfico da variação dos preços dos escravos em Bagé e RS



Fonte: Noguerol <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A025.pdf>

Nos anos de 1876 e 1882 aqui estudados os valores de um bom escravo campeiro, o que equivaleria ao que o autor acima chamou de primeira linha, era, respectivamente de 1:800\$000 e 900\$000.

Quanto maior a estância e a quantidade de animais tanto maior era a necessidade de ter escravos campeiros e com habilidades de lida para manter os trabalhos em dia. Gradualmente o número de escravos foi reduzindo e a introdução de campeiros livres para continuar a lida do rebanho foi aumentando. Por se tratarem de funcionários livres, não constam nos inventários. Em dois dos nossos inventários foram encontrados comprovantes de pagamento a trabalhadores assalariados porque os mesmos envolviam menores de idade na partilha. Nesses casos, era necessário contabilizar os gastos feitos pelos administradores da herança.

Para Maestri, os trabalhares livres possuíam salários elevados, o que onerava muito os custos da estância, principalmente se comparamos os salários com os valores do gado. O historiador argumenta que em 1780 o salário pago a um trabalhador livre que exercia a função de peão era de 4\$000. Em 1832, era em torno de 8\$000. Porém, com a escassez cada vez maior da mão de obra, o salário aumentava. Isso seria notado em 1841, quando um “o salário anual do capataz da Estância da Música era de 600\$000 mil-réis – 50\$000 mil-réis mensais.” (MAESTRI, 2008, p. 214.).

A listagem dos pagamentos abaixo integra o inventário do vereador José Ferreira Porto, proprietário da Estância das Pederneiras.

Ilustrações 53 - Lista de pagamento de salários da Estância das Pederneiras, de julho a setembro de 1881

Conta do custo da fazenda das Pederneiras de 3 meses de julho agosto e setembro do corrente anno de 1881

A Saber

Capataz	Braz Pinto de Miranda	3 meses	50,000	150,000
Posteiros	Sustão Vicente da Silveira	idem	12,000	36,000
"	Vicente Alves Parnal	"	12,000	36,000
"	João da Silva	"	12,000	36,000
"	Patricio Augusto Silveiro	"	12,000	36,000
"	Gaspar Corrêa de Figueira	"	12,000	36,000
"	Antonio Landi de Maciel	"	12,000	36,000
"	Franco Salazar dos Santos	"	10,000	30,000
"	Paulino Pereira dos Santos	"	10,000	30,000
"	Hilibrando Pereira dos Santos	"	10,000	30,000
"	João Sustão da Silveira	"	10,000	30,000
"	Vicente Pinto de Miranda	"	10,000	30,000
"	Lamille Pinto de Miranda	"	10,000	30,000
				546,000

Fonte: Inventário vereador José Ferreira Porto, 1882 p.52.

Na relação acima, aparece o pagamento pelos serviços pagos a um capataz e a 12 posteiros¹⁷ no trimestre que vai de julho a setembro do ano de 1881. O primeiro nome que aparece na ilustração 53 é do capataz Braz Pinto de Miranda que recebe 50\$000 ao mês. Os demais posteiros percebem 10\$000 ou 12\$000 ao mês. Considerando que uma rês xucra valia então 13\$00, o pagamento de um posteiro girava em torno de uma rês ao mês. Já o capataz recebia o equivalente a 4 reses mensalmente.

Na Estância das Pederneiras, conforme a tabela 8, havia ao todo 12 escravos campeiros. Em média, a cada um deles foi atribuído o valor de 700\$000. Considerando que um posteiro ganhava entre 120 e 144\$00 anuais, conclui-se que em 4,8 a 5,8 anos de trabalho ganhava o equivalente ao preço de um escravo campeiro. O preço mensal de um posteiro equivalia, mais ou menos, a de um peão campeiro. No inventário do vereador José Ferreira Porto aparece uma relação, datada do ano de 1882, de pagamentos feitos ao capataz, posteiros e peões da Fazenda da Cria, localizada então no município de Porto Alegre, e que possuía 10 escravos.

¹⁷ Posteiros eram trabalhadores livres de estâncias de criação de gado responsáveis pela vigília de parcela do rebanho e da terra ao redor de seu posto. Viviam com sua família em ranchos ao redor do qual faziam pequena criação de animais e roças de subsistência. Além de poderem usufruir da posse útil da terra, recebiam pagamento pelo serviço prestado que podia ser em dinheiro, animais ou outras mercadorias.

Ilustrações 54 - Conta de custeio da Fazenda da Cria

Item	Quantidade	Valor Mensal	Total
Capataz	3 meses	5.000	15.000
Posteiros			
Ruyte	3 meses	1.000	3.000
José Roberto	3 Ditos	1.000	3.000
Filippe	3 Dito	1.000	3.000
Antonio	1 Dito	1.000	1.000
Antonio	3 Ditos	1.000	3.000
Feliceiros	3 Dito	1.000	3.000
José Ferreira	3 Dito	1.000	3.000
José Alvares	2 mes	1.000	2.000
Hilario Carneiro	2 Ditos	1.000	2.000
Total			29.000

menos 29,000 com o p...

Recbi o importe acima
Porto Alegre 11 de Janeiro 1882
Quaresma Manoel de Moura

Fonte: Inventário vereador José Ferreira Porto, 1882 p.32.

Como pode ser visualizado na ilustração acima, o preço mensal pago ao capataz e aos posteiros da Fazenda da Cria era exatamente o mesmo que o pago aos mesmos trabalhadores livres da Estância das Pederneiras. Os peões recebiam então uma remuneração que variava entre 10\$000 e 12\$000. A partir desses dados concluímos que para o estancieiro possivelmente era altamente vantajosa a utilização do trabalhador cativo. No início da década de 1880, ele se pagava em um período de 5 a 6 anos de trabalho. Em todo o caso, possuir apenas trabalhadores escravos seria um equívoco, como comenta Farinatti:

não era aconselhável nem mesmo substituir todos os peões mensais por escravos, por que durante uma época do ano era preciso aumentar o numero de trabalhadores, o que se fazia contratando um ou mais peões por dois ou três meses. No restante do ano, eles não eram necessários.(FARINATTI, 2010 p.100)

Possuir trabalhadores assalariados, em todo o caso, tinha suas vantagens. Uma delas é que não era necessário dispor de um grande volume de capital para a aquisição da força de trabalho, como acontecia para a aquisição dos cativos. No caso da contratação do trabalhador livre, os pagamentos eram mensais ou trimestrais e caso o trabalhador se machucasse durante o serviço, o mesmo era substituído sem importar em maiores prejuízos para o patrão (MAESTRI, 2008).

Assim, o ideal parecia ter um quadro misto de trabalhadores, mesclando livres e cativos. Caso o escravo fosse descartado e substituído apenas por trabalhadores assalariados para fazer a lida do campo, faltaria mão de obra e os salários subiriam, já que a procura seria maior do que a oferta.

Pelos dados aqui apresentados, pode-se afirmar que nas estâncias de criação de gado de Rio Pardo havia a conjugação da força de trabalho livre com a escrava.

Para evitar possíveis conflitos e rebeldias, os estancieiros permitiam o casamento dos escravos. De certa maneira, isso poderia ser lucrativo para o proprietário aumentando a quantidade de escravos, caso desse matrimônio houvesse frutos. Dentro dos inventários pesquisados, encontram-se escravas que possuem filhos pequenos, sendo estes também escravos do seu patrão. Esse fato está comprovado pelos registros encontrados no inventário de José Mathias Velho, em que a viúva Luciana Terra Velho registra, em 2 de Setembro de 1875, que sua escrava Luciana, preta, de matrícula 2.562, teve uma criança parda de sexo feminino, batizada com o nome de Gabriela.

Ilustrações 55 - Registro de escravos nascidos na Estância da Vitória

NOTA Nº. 237

(Art. 6º do regulamento n. 4.835 do 1º de dezembro de 1871) p. 3

Luciana Francisca Terra Velho, residente neste município, declara que no dia 2 de Setembro de 1875 nasceu de sua escrava, Selva, nome Luciana Lucia preta, que se acha matriculada com os ns. 2562 da matrícula geral do município e 530 da relação apresentada pelo mesmo, uma criança Parda, do sexo feminino, baptizada com o nome de Gabriela.

Provincia de Rio Grande do Sul
 municipio de Rio Pardo
 parochia de Nossa Senhora do Carmo
 de 29 de Setembro de 1875

Luciana Francisca da Terra Velho

matriculada em 2 de Setembro de 1875

Fonte: Inventário Mathias José Velho.

Todavia, como o registro aqui mostrado é posterior à Lei do Ventre Livre de 1871, este registro era obrigatório aos proprietários e, se não realizado, os mesmos corriam o risco de multa, como consta no artigo 8, da Lei N° 2040, de 28.09.1871.

§ 4.º - Serão também matriculados em livro distinto os filhos da mulher escrava, que por esta lei ficam livres. Incorrerão os senhores omissos, por negligência, na multa de 100\$000 a 200\$000, repetidas tantas vezes quantos forem os indivíduos omitidos, e por fraude nas penas do art. 179 do código criminal.

Na página 79 do inventário de Mathias Velho, há um pedido para que o escrivão faça o lançamento dos seguintes escravos: Julião, 13 anos; Clementino, 9 anos; Luiza, 8 anos e Conrado, 4 anos. Todos eram filhos da escrava Thereza. Essas crianças foram libertas em 13 de Março de 1876 pela viúva Luciana Terra Velho. Esse ato pode ter sido alguma forma de gratificar os serviços ou, até mesmo, uma promessa feita à mãe das crianças, a escrava Thereza, ou apenas pelo fato que no artigo 1.º da Lei do Ventre Livre consta o seguinte:

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

Ainda constava na lei que não se poderia separar as famílias. Sendo assim, Luciana Velho achou por bem libertá-los. Mesmo libertos, eles foram relacionados na lista de escravos da Estância da Vitória, pois o falecimento de Mathias Velho ocorreu em 25 de maio de 1875 e o inventário apenas iniciou em oito de março de 1876.

4.5 Composição do patrimônio

Para fazer um comparativo da composição do patrimônio das estâncias aqui estudadas, elaborou-se uma tabela na qual foram inseridos os dados coletados a partir dos inventários para, assim, analisar como era a composição de cada propriedade na época estudada.

Tabela 16 - Composição do patrimônio das estâncias estudadas
Participação (%) dos diferentes bens de produção no patrimônio

produtivo das estâncias estudadas

Estância	animais (%)	terras (%)	escravos (%)	equip/prod móveis (%)	n° médio escravos	Periodos inventários
Santa Vitória	34,97	56,99	7,28	0,75	53	1876
Pederneiras	51,1	44,55	2,15	2,19	18	1882
Quinta	4,32	91,12	0	4,55	0	1909

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados dos inventários.

De acordo com a tabela 16, nota-se que nas estâncias da Vitória e da Quinta, a terra era o bem mais valioso, com 56,99% e 91,12%, respectivamente, e na Estância das Pederneiras a terra era 44,55% do patrimônio. Como já explanado anteriormente, todas as estâncias selecionadas possuíam, inicialmente, cativos. Na Estância da Vitória foram registrados 53 escravos, um número elevado para a época, tornando os cativos um patrimônio valioso na composição da propriedade.

Os animais foram o bem mais valioso na Estância das Pederneiras, chegando a 51,10%, ou seja, o proprietário possuía a metade do patrimônio da propriedade em animais de diversos rebanhos, conforme tabela 10.

Os rebanhos eram de grande importância para as estâncias. Eram através deles que o proprietário aumentava seu patrimônio a partir da reprodução e venda. De acordo com Osório (2007), a reprodução dos rebanhos dependia principalmente dos seguintes fatores: localização, qualidade das terras e do próprio gado. Com estes fatores favoráveis, o estancieiro consegue ter 25% de crias, ou seja, mil reses produzem em torno de 250 crias. Porém, as vacas conseguem procriar com dois a três anos, então essa taxa de reprodução diminuía nestes primeiros anos.

A autora ainda afirma que é muito difícil obter os dados exatos do crescimento do rebanho no RS. “O crescimento geral do rebanho dependia não só da taxa de reprodução, mas do consumo e a comercialização que se fizessem dos animais, da idade na qual se abatia o gado e da possibilidade de crescer o rebanho por meio das arreadas.” (OSÓRIO, 2007 p.144)

Tabela 17 - Número de animais por hectare

Número de cabeça de gado por hectare

estância	ano	área	nº de total animais	animais por hectare
Vitória	1876	35.500 hec	15.052	0,42
Pederneiras	1882	34.848 hec	23.102	0,66
Quinta	1909	8.841 hec	921	0,1

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos inventários.

A tabela 17 mostra a quantidade de animais por hectare de cada propriedade selecionada de acordo com os dados dos inventários. Dessa forma, conseguiu-se chegar à porcentagem da lotação animal por hectare.

De acordo com os dados da Embrapa, em sistemas extensivos, recomenda-se ajustar a carga animal a uma lotação de 0,75 a 1,5 unidade animal/ha (UM/ha). Dessa forma, nenhuma das estâncias aqui possuía superlotação nos campos. Na Estância da Quinta, a lotação animal era 0,1 UM/ha, um valor bem baixo, e este dado leva a crer que a estância possuía alguns hectares dedicados à agricultura. Não foi possível, em nenhuma das propriedades, determinar a quantidade de hectares destinados à agricultura. Mas ela deve ter existido nas três estâncias estudadas.

Além das propriedades rurais descritas nos inventários estudados todos os estancieiros possuíam diversas propriedades urbanas, principalmente nas cidades de Porto Alegre, Mostardas e São Leopoldo. Sendo assim o patrimônio global dos estancieiros pesquisados era composto por imóveis urbanos e rurais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as proposições realizadas nesta pesquisa, pode-se considerar que as estâncias de criação de gado foram as grandes responsáveis pelo primeiro núcleo de atividade rural e produtiva do RS, as quais também desempenharam um papel importante na formação das fronteiras atuais do Estado. A apropriação da terra no RS, nos séculos XVIII e XIX, foi de suma importância para o surgimento do latifúndio, principalmente naquelas áreas onde poderia ocorrer a criação de gado.

A criação de gado, durante os séculos XVIII e XIX e nas primeiras décadas do século XX, constituiu-se no esteio da economia do RS. A pecuária extensiva foi, também, o carro-chefe que impulsionou o desenvolvimento econômico e social do Município de Rio Pardo e de grande parte da região sul que, posteriormente, viria a ser denominada de Vale do Rio Pardo.

Conforme se procurou demonstrar no segundo capítulo, a existência do gado remanescente dos povos missioneiros foi de vital importância para a ocupação do atual território sul-rio-grandense. Sua existência provocou a vinda de lagunistas, de paulistas, de mineiros e de gente da Colônia de Sacramento, que passaram a pedir cartas de doação de sesmarias nas áreas de campo. Assim, a chamada Fronteira de Rio Pardo foi dividida e distribuída em extensos latifúndios. Já as áreas cobertas por extensas florestas foi desprezada, inicialmente.

A partir dos dados coletados nos inventários de Mathias José Velho, de José Ferreira Porto e de Luiz Francisco Newlands, respectivamente proprietários, no final do século XIX, da Estância da Vitória, da Estância das Pederneiras e da Estância da Quinta, foi possível chegar a uma série de constatações.

No que diz respeito à composição do patrimônio dos estancieiros pesquisados, apurou-se que ele não era homogêneo. Nas estâncias da Vitória e da Quinta, a terra se constituiu no principal bem patrimonial. Nessas duas unidades de produção, a propriedade da terra correspondeu, respectivamente, a 56,99% e a 91,12% dos bens inventariados na estância. Já na Estância das Pederneiras a terra correspondeu a 44,55% do total patrimonial.

Os animais formaram o bem mais valioso na Estância das Pederneiras, com 51,1% . Na Estância da Vitória representaram 34,97% e na Estância da Quinta responderam por apenas

4,32% do patrimônio. Os animais foram um dos bens com maior variação entre as estâncias pesquisadas, principalmente se forem comparadas às estâncias das Pederneiras e da Quinta.

Os cativos estiveram presentes, inicialmente, em todas as estâncias estudadas. Sua força de trabalho foi de grande importância nas propriedades rurais. Constituíam-se, igualmente, em uma mercadoria valiosa para os estancieiros. Na Estância da Vitória, que possuía 53 escravos, correspondiam a 7,28% na composição do patrimônio da propriedade. Na Estância das Pederneiras havia 18 escravos, equivalendo a 2,19% do montante patrimonial. Como o inventário pesquisado do proprietário da Estância da Quinta era posterior à lei de emancipação dos escravos, obviamente ali não mais poderiam ser encontrados trabalhadores cativos. A extinção do trabalho compulsório deve ter provocado aumento nos custos de produção do gado em função do encarecimento da mão de obra. Mas isso é apenas uma hipótese que se pode levantar a partir dos dados pesquisados.

Ao lado dos escravos, que eram a principal força de trabalho das estâncias de criação de gado pesquisadas, também havia a presença de trabalhadores juridicamente livres. Nos inventários eles aparecem exercendo os trabalhos de capatazes, posteiros e peões. Na Estância das Pederneiras, constatou-se a presença de 13 trabalhadores livres no período de julho a setembro de 1881, sendo um capataz e 12 posteiros. No trimestre seguinte, esse quadro de trabalhadores teve o acréscimo de mais dois posteiros.

Os trabalhadores livres – posteiros e peões - recebiam então uma remuneração que variava entre 10\$000 a 12\$000. Já os capatazes tinham uma remuneração mensal de 50\$000. Nessa mesma época, aquilo que consideramos ser um bom escravo campeiro valia 900\$000. Em média, um escravo campeiro custava 700\$000. A partir desses dados, concluiu-se que, para o estancieiro, possivelmente era altamente vantajosa a utilização do trabalhador cativo.

Portanto, pode-se afirmar, com algum grau de segurança, que as estâncias de Rio Pardo, durante o século XIX, mesclavam trabalhadores cativos e livres, com a predominância dos primeiros. Assim, não se sustenta a tese longamente difundida de que na criação de gado dos campos do RS não se empregava o trabalho escravo.

Para ter uma dimensão da importância das estâncias na época abarcada por este estudo, fez-se uma análise do arranjo das benfeitorias – atafona, senzala, casa de charque, depósitos, casa-sede e galpões – e da sua arquitetura. A presença da atafona e da casa de charque são indícios claros de que esse tipo de unidade produtiva tendia a obter, na própria estância, parcela significativa dos meios de subsistência para alimentar a escravaria e os homens livres que viviam no complexo.

No que diz respeito especificamente à arquitetura dos prédios analisados, constatou-se que em todas os exemplares das casas-sede, a ostentação esteve presente. A falta de pesquisa pontual sobre as casas-sede, ou as estâncias, limita o entendimento da evolução destas edificações. Ao observar os exemplares explanados neste trabalho, nota-se que não há um estilo de arquitetura definido nas edificações. A casa-sede da Estância das Pederneiras lembra uma casa paulista (MACEDO); a da Quinta possui traços da arquitetura açoariana; e a da Santa Vitória possui alguns traços das casas portuguesas. As edificações recebiam adaptações de acordo com as necessidades das famílias proprietárias.

É nítida a evolução da casa do estancieiro, tanto na forma, quanto na função e no conforto. A introdução de materiais manufaturados na construção possibilitou a melhoria das casas-sede, que tornaram-se mais resistentes às intempéries, mais confortáveis e mais salubres. A urbanização da cidade, a necessidade de mais privacidade da família, a introdução de novos hábitos e costumes, modificaram a cada ano o programa de necessidades das casas estancieiras. Essas alterações podem ser notadas na planta baixa, na configuração espacial, na fachada da casa-sede e na disposição das demais benfeitorias da estância dentro do terreno. Se, inicialmente, as casas-sede eram bastante simples, com o passar do tempo tornaram-se mais requintadas.

As alterações do modo de vida possibilitaram a criação de novas necessidades e colocaram fim em algumas outras. A partir do início do século XX, a necessidade da estância de possuir uma casa de charque ou uma senzala já não se fazia sentir. A senzala acabou se tornando uma edificação obsoleta, sendo utilizada para outras funções, como foi percebido na Estância da Quinta, onde esta benfeitoria acabou servindo de moradia para a trabalhadora doméstica. Também a casa do charque acabou perdendo sua função com a introdução de matadouros e o consumo de carne verde. Ao mesmo tempo, novas benfeitorias foram sendo acrescentadas, posteriormente, dentro da Estância, como mais galpões para os equipamentos, tratores, roçadeiras, plantadeiras, e novas instalações para os funcionários e suas famílias, além de mangueiras, bretes e cabanhas para cavalos.

Apesar dos limites do presente trabalho, acredita-se que foi possível dar uma contribuição, ainda que modesta, a respeito da formação social e econômica da região do atual Vale do Rio Pardo. Os dados aqui levantados desafiam à realização de novas pesquisas a respeito, por exemplo, da dimensão que atingiu o emprego do trabalhador escravo na criação de gado e dos mecanismos que permitiram a convivência do cativo e do trabalhador livre nas estâncias. Um outro tema instigante diz respeito à produtividade da terra e às inovações implementadas, no final do século XIX, na atividade criatória, o que, acredita-se, pode estar

ligado à extinção da escravidão. Um terceiro tema desafiador diz respeito ao aumento do preço da propriedade fundiária. Analisando um conjunto maior de inventários, certamente será possível responder, ainda que parcialmente, a esses temas.

6 REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria de estudos territoriais**. Ediciones Ciccus, Buenos Aires, 2006.

AXT, Gunter. **Illuminando divisas**. In: *Fronteira Iluminada: História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 13- 20.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1980.

_____, Guilhermino. **Origens da Economia gaúcha (o boi e o poder)**. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajétórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da Costa. **Entre a “Flor da sociedade” e a “escória da população”: a experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880)**. Curso de pós-graduação em história. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo, 2006.

COSTA, Elmar Bones da. FONSECA, Ricardo e SCHMITT Ricardo (coord). **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RBS publicações, 2004.

DAUMARD, Adeline et al. **História social do Brasil: teoria e metodologia**. Curitiba: Editora da UFPR, 1984

FARINATTI, Luís Augusto. **Panos, moedas e prazeres. Notas sobre os meios de pagamento dos peões da pecuária na fronteira meridional do Brasil (1840-1860)**. In: *História: Debates e Tendências*, Universidade de Passo Fundo – v. 9, n. 1, jan./jun. 2010, publ. no 1º sem. 2010.

_____, Luís Augusto. **CONFINS MERIDIONAIS: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

FLORES, Moacyr. **Tropeirismo no Brasil**. Porto Alegre: Editora nova dimensão, 1998.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – uma visão do estado da arte. In. *Territorios con identidad cultural*: RIMISP, 2006.

FRIEDMANN, J. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras: Celta, 1996.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974

_____, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**, 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

_____, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. **Fronteira Iluminada: História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

HERRLEIN JR., R.; HERRLEIN JÚNIOR, R. **A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação**. Economia e Sociedade (UNICAMP), Campinas - SP, v. 22, p. 85-103, 2004.

_____, R. **O Rio Grande do Sul, 1889-1930: Um outro capitalismo no Brasil meridional?**. Campinas – SP Instituto de Economia da UNICAMP - Tese de Doutorado, 2000.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983, p. 35.

JUVENAL, Amaro (pseudônimo de Ramiro BARCELOS). **Antônio Chimango**. 21a. Edição. (Prefácio de Carlos Reverbel; coordenação, capa, notas e posfácio de Rodrigues Till; ilustrações de Mário Matos), Porto Alegre: Martins, 1978.

LAYTANO, Dante de. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

_____, Dante de. **A Estância Gaucha**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura serviço de informação agrícola, 1952.

_____, Dante de. **Guia histórico de Rio Pardo**. Porto Alegre, 2edicao 1979.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia – a noção de região no pensamento geográfico. IN: CARLOS, Ana Fani. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. **Estâncias e Fazendas: arquitetura da pecuária no Rio Grande do Sul**. Artigo. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2010

_____, Luís Henrique Haas. **Estâncias e fazendas: uma contribuição ao estudo da arquitetura tradicional rio-grandense**. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.071/363>. Acesso em: 15 de março de 2013.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Solar do almirante: historia pela arquitetura**. Porto Alegre: UFRGS; IEL,1980.

_____, Francisco Riopardense de. **A Arquitetura. In: Rio Grande do Sul terra e povo.** Porto Alegre: Editora Globo 2 edição 1969, paginas109-128

MAESTRI, Mário. **História: Debates e Tendências.** In: História: Debates e Tendências, Universidade de Passo Fundo – v. 7, n. 2, jul./dez. 2007, publ. no 2o sem. 2008

_____, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010

_____, Mário. Org. **O Cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense(1680-1964)** IN: O negro e o gaúcho: Estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai, e Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008

MENZ, Maximiliano. **Entre dois Impérios: Formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006

NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. **Elementos da escravidão no Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o “seguro” contra a fuga na fronteira com o Uruguai.** Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A025.pdf>> Acessado em 15 de agosto de 2013.

OSÓRIO, Helen. **Estrutura agrária e ocupacional.** In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **Coleção História geral do Rio Grande do Sul (Volume 1 - Colônia).** Passo Fundo: Méritos, 2006, p.153-170.

_____, Helen. Coleção Academia II – **O Império português no sul da América- Estancieiros, lavradores e comerciantes.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

_____, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.** Niterói, Curso Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. (tese de doutoramento). 1999.

_____, Helen. **Fronteira, escravidão e pecuária: O Rio Grande do Sul no período colonial.** Porto Alegre: PUCRS 2005.

PECQUEUR, Bernard. **A guinada territorial da economia global.** Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política, PPSP UFSC, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho.** (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto,1988.

_____, Sandra Jatahy, SOUZA, Ferraz Célia de. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.** Porto Alegre: Editoria da Universidade/UFRGS, 1997.

_____, Sandra Jatahy. **Historia do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora: Mercado Aberto 8 ed, 1997

PINTO, Lourdes Noronha. **Antigas fazendas do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Gráfi-offset, 1989.

PORTO, Aurelio. **História das Missões Orientais no Uruguai**. V.I Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

_____, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Pedro. **Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural)**. Estudos avançados, 2001

REZENDE, Mariana. **Rio Pardo histórias e recordações**. Rio Pardo: 1987

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

_____, Milton. **O papel ativo da geografia: um manifesto**. Rio de Janeiro: Revista Território, ano V, n°9, pp.103-109, jul/dez., 2000

_____, Milton. **Território e Dinheiros**. In: Território e Territórios. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SCHNEIDER, Luiz Carlos. **Rio Pardo: evolução urbana e patrimônio arquitetônico urbanístico**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

SILVA, Nery Luiz Auler da. **Velhas fazendas sulinas: no caminho das tropas do planalto médio séculos XIX**. Passo Fundo: Imprensa livre, 2003.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. **Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no vale**. Universidade Federal Santa Catarina. Tese de doutorado. 2007

VOGT, Olgário Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In. SILVEIRA, R. L. L. e VOGT, O. (Org.) **Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 69-122

_____, Olgário Paulo; Romero, Maria Rosilane Zoch. **Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200anos: cultura, arte e memória**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.

_____, Olgário Paulo; RADÜNZ, Roberto. **Do presente ao passado: inventários post-mortem e o ensino de história**. São Leopoldo: Revista Latino Americano de Historia Vol.2 n°6. ago. 2013. P.25-39.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ZARTH, Paulo Afonso. A importância **dos arquivos do poder judiciário para a pesquisa histórica**. *História Social*, n. 21, segundo semestre de 2011.

JUVENAL, Amaro (pseudônimo de Ramiro BARCELOS). **Antônio Chimango**. 21a. Edição. (Prefácio de Carlos Reverbel; coordenação, capa, notas e posfácio de Rodrigues Till; ilustrações de Mário Matos), Porto Alegre: Martins, 1978.